



# ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



**Guilherme Filipe Bonito Courela**

**Portugal na Grande Guerra. A Marinha em Moçambique**

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares  
Navais, na especialidade de Fuzileiros**



**Alfeite  
2015**





# ESCOLA NAVAL

ta sãntve bi fãire



**Guilherme Filipe Bonito Courela**

***Portugal na Grande Guerra. A Marinha em Moçambique***

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais,  
na especialidade de Fuzileiros**

**Orientação de: António José Duarte Costa Canas**

O Aluno Mestrando

O Orientador

---

ASPOF FZ Bonito Courela

---

CFR Costa Canas

**Alfeite**

**2015**



*“Não podemos desfazer o passado, mas somos obrigados a revê-lo por forma a retirar lições que possam ser utilizadas no futuro...”*

*(Winston Churchill)*



## **Dedicatória**

Esta dissertação é dedicada à minha namorada, família e amigos. Foram sempre os meus pilares e fonte de inspiração. Sem eles, o percurso até hoje percorrido não teria valido a pena. A todos, muito obrigado!



## **Agradecimentos**

Estas breves palavras são dirigidas a todos, que de uma forma direta ou indireta, contribuíram positivamente para a elaboração desta dissertação.

Começo por agradecer ao meu orientador, Capitão-de-fragata António José Duarte Costa Canas, por todas as indicações, ajuda, conhecimentos e disponibilidade demonstrados desde a nossa primeira reunião. A sua orientação e consequente supervisão foram alguns dos aspetos chave para o sucesso desta dissertação.

Não podia também deixar de agradecer aos funcionários do Museu de Marinha, da Biblioteca Central de Marinha, da Biblioteca da Escola Naval e aos militares do Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha e à Dra. Isabel Beato, por toda a ajuda prestada durante a realização desta dissertação.

Por último e não menos importante, não poderia deixar de fazer uma breve menção aos militares que foram meus formadores e instrutores e alguns simplesmente amigos, mas que através do seu exemplo, correta atitude e amor pelo seu trabalho, me ajudaram a tornar no militar e na pessoa que hoje sou.



## Resumo

No fim do século XVIII e início do século XIX com a independência das colónias Americanas, as potências Europeias voltaram-se para as colónias Africanas, pois a sua busca por matérias-primas e recursos mantinha-se elevada. A partilha de África e os conflitos que daí surgiram foram alguns dos fatores que desencadearam a 1ª guerra mundial.

Portugal entrou oficialmente na Grande Guerra em 1916, após a declaração de guerra Alemã devido à apreensão de 76 navios Alemães que se encontravam em portos Portugueses.

Uma das principais atuações da Marinha Portuguesa em Moçambique durante a Grande Guerra foi a tentativa de travessia do Rio Rovuma e as ações militares decorridas na preparação dessa travessia entre o dia 20 e 29 de Maio de 1916, em que estiveram empenhados o cruzador *Adamastor* e a canhoneira *Chaimite*. A secção de Marinha comandada pelo Segundo-tenente Prestes Salgueiro auxiliou também a Coluna de Manica, na campanha de pacificação travada na região do Barué em 1917, tendo desempenhado todas as suas ações com bravura e dedicação, o que lhes valeu vários elogios do comandante da Coluna, Capitão Cardoso de Serpa.

Em Janeiro de 1918, na tentativa de uma revolução falhada, vários marinheiros são enviados para Moçambique, decidindo-se mais tarde criar o batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique onde são incorporados juntamente com outros voluntários. Este batalhão esteve em Moçambique de Agosto de 1918 a Fevereiro de 1919, tendo sido empenhada uma das suas companhias numa companhia de pacificação pelos territórios de Regone e Gilé, onde os nativos se encontravam insubmissos aos Portugueses.

**Palavras-chave:** Grande Guerra, Rovuma, *Adamastor*, *Chaimite*, Batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique



## **Abstract**

By the end of the 18th century and the beginning of the 19th century, the independence of the American colonies forced the European Powers to turn to Africa in the search of raw materials and natural resources. The scramble for Africa and the conflicts that aroused from that scramble are some of the main reasons why the First World War began.

Portugal officially entered the war in 1916 with the declaration of war by Germany, due to the apprehension of 76 German ships that were on Portuguese harbours.

One of the main actions of the Portuguese Navy in Mozambique during the war was the attempt to cross the Rovuma River and the military actions that took place during the preparation phase. This period went from the 20th to the 29th of May 1916 and the main ships involved in those operations were the *Adamastor* and *Chaimite*. The Navy's squad, commanded by the Second-lieutenant Prestes Salgueiro joined the Coluna de Manica in a pacification campaign in the Barué region in 1917. They fought with honour and very bravely, which earned them several compliments by their commander, Captain Cardoso de Serpa.

In January 1918, after the failed attempt of revolution against the government, several sailors were sent to Mozambique. They were later incorporated in the Navy's expeditionary battalion to Mozambique alongside other volunteers. This battalion was in Mozambique from August 1918 to February 1919 and one of its companies was employed in the pacification campaign of the Regone and Gilé regions, where the natives were resisting against Portuguese sovereignty.

**Keywords:** World War I, Rovuma, *Adamastor*, *Chaimite*, Navy's expeditionary battalion to Mozambique



## Índice Geral

Introdução .....	1
1. Antecedentes.....	3
1.1 Conferência de Berlim .....	3
1.2 O <i>Ultimatum</i> Britânico.....	6
1.3 Os Acordos secretos e a Invasão de Quionga .....	8
1.4 O Regicídio e a Implantação da República.....	8
1.5 Planos para a Armada .....	10
1.6 O deflagrar da Grande Guerra.....	11
2. Declaração de guerra da Alemanha a Portugal.....	13
2.1 Portugal, neutro mas atento.....	13
2.2 Apreensão dos navios Alemães .....	13
2.3 A declaração .....	14
3. Operações de guerra no Rovuma.....	17
3.1 Introdução .....	17
3.2 Chegada a Moçambique.....	18
3.3 Dia 21 de Maio .....	21
3.4 Dia 22 de Maio .....	24
3.5 Dia 23 de Maio .....	26
3.6 Dia 24 de Maio .....	28
3.7 Dia 25 de Maio .....	29
3.8 Dia 26 de Maio .....	29
3.9 Dia 27 de Maio .....	31
3.10 Dia 28 de Maio .....	36
3.11 Dia 29 de Maio .....	37
4. A colaboração com a coluna de Manica na 2ª Revolta do Barué.....	39
4.1 A coluna de Manica .....	39
4.2 Chegada da secção de Marinha a Inhamucarara .....	40
4.3 Reconstrução da ponte de Inhamucarara .....	41
4.4 O Combate do Manomué.....	41
4.5 A Esquadilha do Zambeze.....	42
5. Batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique .....	43
5.1 A revolta dos marinheiros.....	43
5.2 A criação do batalhão .....	44



5.3 Em viagem .....	48
5.4 A chegada a Moçambique.....	49
5.5 Alterações de efetivos .....	50
5.6 No Lumbo .....	51
5.7 Em Mossuril.....	53
5.8 Os primeiros casos de doença .....	54
5.9 A visita do General Van Deventer .....	55
5.10 Quelimane .....	58
5.11 A ocupação de Mucelo e Maquival .....	61
5.12 Os indígenas revoltam-se em Regone e Gilé .....	63
5.13 O regresso de algumas praças ao batalhão.....	64
5.14 Os Alemães atravessam o Rovuma.....	65
5.15 O impaludismo.....	66
5.16 Destacamento de militares para o <i>Adamastor</i> .....	66
5.17 A epidemia de gripe pneumónica .....	67
5.18 Fim da comissão .....	69
6. Campanha de pacificação a Regone e Gilé .....	75
6.1 Missão e efectivos.....	75
6.2 As instalações .....	76
6.3 Treino.....	79
6.4 Os Rebeldes .....	80
6.5 As intenções do Tenente Capelo.....	81
6.6 Os rebeldes ganham confiança .....	82
6.7 O plano.....	83
6.8 Pelo mato de Regone .....	83
6.9 As intimidações e a descoberta dos acontecimentos .....	85
6.10 Na zona do Monte Gilé.....	86
6.11 De regresso à base.....	92
6.12 Os cipaiais.....	93
Conclusão .....	95
Bibliografia.....	99
Anexos.....	105



## Índice de Figuras

Fig. 1- Distribuição de território pelas potências Europeias .....	5
Fig. 2- Modelo do Cruzador <i>Adamastor</i> .....	18
Fig. 3- Cruzador <i>Adamastor</i> a navegar.....	21
Fig. 4- Esboço rápido do Rio Rovuma desde a foz até Namiranga, conforme as observações da esquadilha de operações do <i>Adamastor</i> .....	22
Fig. 5- Capitão-de-fragata Judice Bicker.....	45
Fig. 6- Capitão-de-fragata Quirino da Fonseca .....	45
Fig. 7-Cruzador <i>Almirante Reis</i> na doca seca nº1 da exploração do porto de Lisboa....	46
Fig. 8- Deslocamento de uma companhia .....	50
Fig. 9- Tendas de abrigo .....	55
Fig. 10- Companhia de Marinha em marcha .....	56
Fig. 11- Embarque do batalhão no Mossuril com destino a Quelimane.....	58
Fig. 12- Quartel do batalhão em Quelimane.....	59
Fig. 13- Competições desportivas entre os Portugueses e os Ingleses .....	60
Fig. 14- Competições desportivas .....	61
Fig. 15- Caminho-de-ferro que saía de Quelimane para Maquival .....	62
Fig. 16- Embarque da 2ª companhia em Quelimane .....	64
Fig. 17- Barraca construída pelos marinheiros em Quelimane .....	68
Fig. 18- Tendas de campanha onde se alojaram os oficiais.....	77
Fig. 19- Barbearia da 2ª companhia.....	77
Fig. 20- Cozinha da 2ª companhia.....	78
Fig. 21- Algumas das instalações da 2ª companhia em Regone.....	79
Fig. 22- Tiro ao alvo com metralhadora <i>Hotchkiss</i> em Regone .....	80



## Introdução

Evocou-se em 2014 o centenário do início da Grande Guerra, evento profundamente marcante para toda a humanidade e que determinou a forma como o século XX se viria a desenrolar. Como Aspirante da classe de Fuzileiros, os acontecimentos relacionados com esta temática sempre me suscitaram interesse, devido às batalhas e ações militares travadas. Como tal, decidi realizar a minha dissertação de mestrado subordinada ao tema “Portugal na Grande Guerra. A Marinha em Moçambique.”

Quase todas as obras consultadas por mim no início desta dissertação acerca da atuação Portuguesa em Moçambique durante a Grande Guerra focavam-se principalmente nas quatro expedições militares do Exército que para lá foram enviadas. Sabendo que a Marinha tinha constituído um batalhão de marinheiros destinado ao serviço de campanha em Moçambique e que este apenas tinha sido referido superficialmente em alguns artigos ou livros, sem que nenhuma obra fosse integralmente feita sobre o batalhão, tornou-se uma das minhas principais motivações realizar pesquisa em arquivo, compilar e apresentar um excerto detalhado, preciso e esclarecedor sobre o empenhamento do batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique.

Sabia também que a Marinha tinha participado em ações militares no Rio Rovuma, peça fundamental no domínio daquela zona da África oriental. Assim, ao fim de alguma investigação apercebi-me de que não poderia realizar esta dissertação sem mencionar os episódios vividos no Rovuma durante o mês de Maio de 1916, episódios bastante trágicos para a Marinha e o Exército Portugueses. Quanto a estes episódios além de os descrever e explicar, pretende-se saber o que correu mal e de que forma isso poderia ter sido evitado.

Esta dissertação encontra-se dividida em seis capítulos, sendo que no primeiro capítulo se pretende desenvolver toda a conjuntura mundial, política e social que levou ao deflagrar da Grande Guerra, pretende-se também abordar em que situação política e social se encontrava Portugal e conseqüentemente a Marinha. No Segundo capítulo descreve-se como Portugal, através da declaração de guerra por parte da Alemanha, entrou oficialmente na guerra. O terceiro capítulo e um dos principais focos desta dissertação são as operações de guerra no Rovuma, cujo objetivo já foi descrito

anteriormente. O quarto capítulo descreve a breve, mas importante colaboração de uma secção de Marinha com a Coluna de Manica durante a 2ª campanha do Barué em 1917. Os últimos dois capítulos abordam o segundo foco principal do trabalho, o batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique, sendo que no quinto capítulo aborda-se a “vida” do batalhão desde os acontecimentos que levaram à sua criação, até à sua extinção em 1919, já em Lisboa. Por fim o sexto e último capítulo destina-se à campanha de pacificação pelos territórios de Regone e Monte Gilé realizada pela 2ª companhia do batalhão de Setembro a Dezembro de 1918.

A metodologia de investigação utilizada nesta dissertação consiste numa extensa pesquisa de documentos do Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha, bem como a análise várias obras escritas sobre esta temática.

As transcrições colocadas nesta dissertação encontram-se tal como foram escritas na altura, sem ter sofrido qualquer alteração causada pela evolução da Língua Portuguesa.

Conforme regulamentado nas normas para a elaboração das dissertações de mestrado da Escola Naval, elaboro uma breve menção relativa ao número de páginas de texto desta dissertação. Este número excede a recomendação de 80 a 90 páginas de texto. Sendo porém, uma recomendação, e mesmo restringindo-me ao que julguei pertinente e essencial para esta dissertação, vi-me obrigado a aumentar este número pois considero que só assim é possível obter um pleno entendimento e compreensão dos episódios aqui abordados.

# 1. Antecedentes

## 1.1 Conferência de Berlim

As principais explorações Portuguesas no interior de África tiveram inicialmente como objetivo fins comerciais, contudo, antes do mapa cor-de-rosa já Francisco de Sousa Coutinho, na altura Governador de Angola, projetara a travessia de África da costa Ocidental à costa Oriental bem como o povoamento e o desenvolvimento da zona interior. Prevendo já que o seu direito sobre essas terras fosse contestado, o governo de Portugal decidiu enviar explorações não só a nível geográfico mas também comercial e político. A Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada a 31 de Dezembro de 1875, teve um importante papel nestas expedições. Além de ser responsável por angariar os fundos necessários e organizar as expedições, propôs um plano de exploração científica e comercial dos rios Zaire, Zambeze, Cubango e Cunene, assim como do lago Ngami. Em 1876, foi convocado pelo Rei Leopoldo II da Bélgica, a Conferência Geográfica de Bruxelas, para a qual Portugal não foi convocado. Foram convocadas a França, Alemanha, Inglaterra, Áustria e Rússia. Esta conferência deu origem à *Association International Africaine*, associação criada com fins científicos e humanitários mas que rapidamente começou a servir os objetivos políticos do Rei Leopoldo II. (Teixeira, 2004, p. 254 e 255)

Em 1884, o chanceler Alemão Otto Von Bismark convocou os principais líderes mundiais para se discutir e chegar a um consenso sobre um conjunto de regras respeitante à distribuição e controlo das colónias Africanas, organizando assim a Conferência de Berlim. Alguns dos pontos-chave focados nesta conferência foram a abolição dos direitos históricos, o estabelecimento do princípio de ocupação efetiva, liberdade de navegação e comércio nos rios Níger e Congo e a liberdade de religião. Pretendia-se também assegurar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do comércio e da civilização. (Teixeira, 2004, p. 255)

Nesta conferência encontravam-se representadas 14 nações, sendo elas: Império Austro-Húngaro, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Portugal, Holanda, Rússia, Espanha, Turquia, EUA e Suécia-Noruega (estiveram unidos de 1814 a 1905). O chanceler alemão via isto como uma oportunidade para expandir o seu império e para forçar as nações rivais a disputarem entre si territórios. Até à altura da conferência,

cerca de 80% de África ainda permanecia sob o comando e controlo local e tradicional. (Rosemberg, 2015)

A Alemanha, principal impulsionadora desta conferência, surgiu como grande potência após a vitória da Guerra Franco-Prussiana e tinha por motivos comerciais e industriais, como principais zonas de interesse, o Togo, Camarões e a zona de Tanganica. Já a França, por sua vez, pretendia dominar a orla sul do mediterrâneo e também algumas zonas na África Subariana Negra. A Inglaterra tinha-se visto obrigada a reconhecer os direitos históricos de Portugal no Ambriz em troca da liberdade de navegação e comércio no Zaire e como tal, Portugal apercebeu-se nessa altura que os direitos históricos estavam a perder força como argumento e motivo para possuir determinados territórios e teve de tentar obter algum apoio da França e da Alemanha para conseguir lidar com a exigência Inglesa. (Teixeira, 2004, p. 255)

A Inglaterra pretendia controlar a região austral africana, tendo vindo a disputar por duas vezes um aceso conflito com os Boer<sup>1</sup>, não só devido à importância geográfica daquela zona mas também devido à forte presença de ouro no solo daquela região.

A conferência ocorreu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 (Teixeira, 2004, p. 255), período durante o qual os líderes apenas se preocuparam com os limites geográficos/fronteiras dos seus territórios. Importa referir que até esta altura, apenas as zonas costeiras de África se encontravam colonizadas. (Rosemberg, 2015)

---

<sup>1</sup> Colonos Sul-africanos de ascendência Holandesa. Foram dos primeiros colonos da zona do Transvaal, hoje em dia os seus descendentes são vulgarmente conhecidos por Afrikaners. (Britannica, 2014)

O principal resultado desta conferência foi o seguinte:

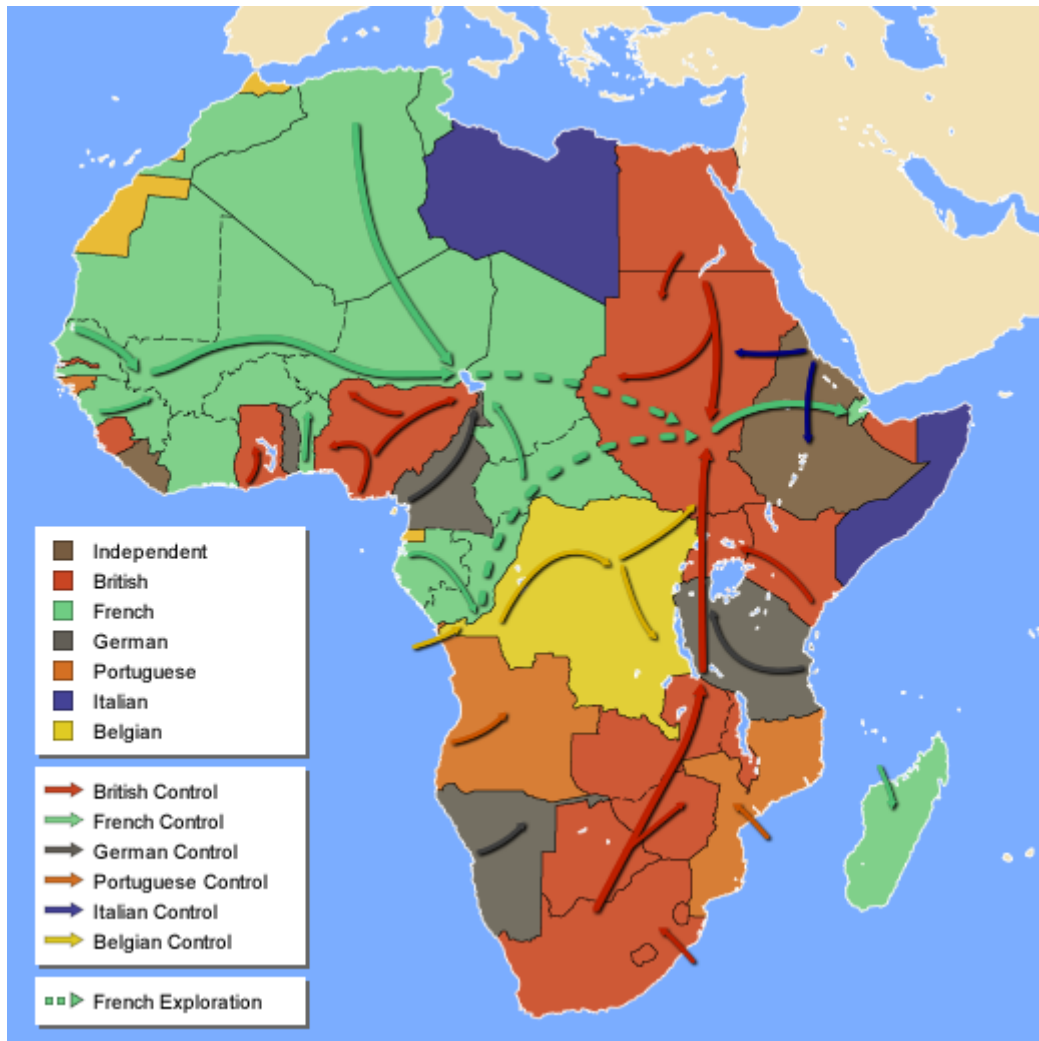


Fig. 1- Distribuição de território pelas potências Europeias<sup>2</sup>

No mapa acima, podemos ver como ficou elaborada a distribuição de territórios a seguir à conferência de Berlim.

A nova divisão fruto da conferência, fortemente baseada nos interesses económicos e de soberania das potências europeias (Rosemberg, 2015) fez com que milhares de culturas indígenas que pouco tinham em comum (algumas nem falavam a mesma língua e possuíam inclusive disputas entre si) fossem obrigados a partilhar uma mesma nacionalidade e consequentemente terem de lidar entre si, mais do que o que seria natural.

<sup>2</sup>Mapping History, *Africa after the Berlin Conference*, <http://mappinghistory.uoregon.edu/english/AF/AF01-02.html>, acedido em Maio de 2015

Na Conferência de Berlim foi decidido que os direitos históricos não garantiriam que uma nação reclamasse um território como seu, mas apenas a ocupação efetiva através da exploração e colonização garantiria o direito de reclamar um território como seu. (Teixeira, 2004, p. 255)

Segundo Teixeira (1990, p. 54), apesar da insistência Britânica para que o princípio da ocupação efetiva fosse aplicado a todo o continente, este só foi aplicado às zonas costeiras, pois todas as outras potências se mostraram contra esta ideia. É através da necessidade de definir uma política de ocupação efetiva nas zonas interiores que surge o conflito entre Britânicos e Portugueses.

## **1.2 O *Ultimatum* Britânico**

Portugal decidiu fazer esforços para ocupar a zona entre Angola e Moçambique pois era sua intenção unir a costa oeste à costa leste. Este desejo de unir estas duas grandes colónias ficou conhecido como o mapa cor-de-rosa, criado pela sociedade de geografia de Lisboa em 1881, contudo só foi formalmente apresentado em Maio de 1886 numa convenção com França e em Dezembro na Convenção luso-germânica. (Teixeira, 1990, p. 55)

Os Ingleses demonstraram-se contra esta ideia pois esta entrava em conflito com o seu desejo de ligar o Cairo à cidade do Cabo através de uma ferrovia. Projeto este, levado a cabo pela British South Africa Company, fundada em 1887 por Cecil Rhodes. (Teixeira, 2004, p. 256)

Portugal tentou prosseguir com o “sonho cor-de-rosa” mas a situação com Inglaterra começou a ficar tensa e após 2 acontecimentos chave é enviado o *ultimatum* a Portugal. O primeiro foi o da organização Portuguesa do distrito do Zumbo. Os Ingleses não ficaram satisfeitos com a sua organização pois afirmavam que o território dos Machona era um protetorado seu, porém Portugal já lá contava com a presença de missionários, exploradores, soldados e negociantes há vários séculos atrás. Os Machona já se tinham submetido aos Portugueses e partilhavam até amizade com eles, tendo os exploradores Portugueses presenciado várias vezes os nativos ostentando a bandeira Portuguesa. Esta região fazia geograficamente parte de Moçambique. O facto que fazia a Inglaterra afirmar-se como suserana na terra dos Machona, foi um acordo que traçaram com Lobengula, chefe dos Matubele, em que este falsamente se intitulava suserano dos

Machona. Contudo o despoletar do ultimato aconteceu apenas após o incidente de M'Ponda com os Macololos, tribo esta que era um protetorado dos Ingleses. Serpa Pinto<sup>3</sup> deslocava-se ao alto Chire para estudar com Álvaro Castelões, o percurso de um caminho-de-ferro que ligaria os dois troços navegáveis do Chire por forma a facilitar a ligação do Niassa com o litoral. Esta expedição desde cedo que apresentou sinais que poderiam ser considerados como mau presságio. O primeiro foi quando Serpa Pinto ao iniciar a sua viagem foi abordado por um cônsul britânico que o tentou demover de atravessar a terra dos Macololos, contudo Serpa Pinto prosseguiu a sua expedição afirmando que a sua missão era de paz e em nome do progresso e que uma tribo protetorado de uma potência Europeia nunca atentaria algo contra os pioneiros de África. Todavia, as boas intenções de Serpa Pinto não conseguiram evitar que a sua expedição fosse atacada por duas vezes pelos Macololos, os quais foram derrotados e enquanto fugiam deixaram para trás duas bandeiras Inglesas no terreno. Assim que este acontecimento chegou a Inglaterra e à imprensa internacional, Serpa Pinto foi acusado de ser um agressor destes pobres povos, tecnologicamente e militarmente inferiores e esta atitude foi injustamente classificada como um ultraje a Inglaterra. Como tal iniciou-se de imediato e durante vários dias trocas de notas diplomáticas e negociações entre Portugal e Inglaterra. (Enes, 1946, p. 149 e 150)

Após rejeitarem as negociações com Portugal e após colocarem forças navais em pontos nevrálgicos ao longo da costa Portuguesa, é enviado a Portugal a 11 de Janeiro de 1890 um *ultimatum*. Com este *ultimatum* os Ingleses diziam a Portugal que se não retirasse as suas forças militares dos territórios entre Angola e Moçambique seria o fim da sua aliança e atacariam Portugal. (Enes, 1946, p. 197)

A cedência de Portugal ao *ultimatum* Britânico foi vista como uma humilhação pelo povo que teceu duras críticas ao governo e ao Rei D. Carlos I. Este acontecimento teve um grande impacto na sociedade Portuguesa e entrávamos numa situação de bancarrota o que gerou um forte descontentamento social. (Pacheco, 2014, p. 453)

---

<sup>3</sup> Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto nasceu em Santa Catarina de Tendais, concelho de Cinfães, distrito de Viseu, em 20 de Abril de 1846. Alcançou o posto de Tenente-coronel no Exército e efetuou várias campanhas em África, tendo realizado uma expedição científica em que atravessou África de Benguela a Durban em 1877. Faleceu no dia 28 de Dezembro de 1900. (Militar, 2001)

### **1.3 Os Acordos secretos e a Invasão de Quionga**

É assinado no dia 20 de Agosto de 1890 o tratado de Londres entre Portugal e Inglaterra, que definia os limites territoriais de Moçambique e Angola. Nesta altura Portugal começa-se a aperceber da vontade da Inglaterra e Alemanha em se apoderarem das colónias Portuguesas em África e são prova disso os 2 acordos secretos entre estas nações em 1898 e 1912. (Barroso, 2008)

No dia 16 de Junho 1894, dão-se início às hostilidades Alemãs frente a Portugal. É na pequena localidade de Quionga que isto vai acontecer. Quionga, uma pequena localidade a sul do Rovuma, era a localidade mais a norte de Moçambique, possuía um porto e apenas 3 casas comerciais. Desde a conferência de Berlim que o Rio Rovuma tinha ficado definido como fronteira natural do território Português, porém no dia 16 de Junho os Alemães decidem alterar esse limite e invadem o porto desembarcando com os seus Askaris (tropas indígenas dos Alemães), vendo-se os soldados Portugueses obrigados a retirar. Quionga ficou sob o domínio Alemão até 12 de Abril de 1916. (Thomas, 1951, p. 47, 48, 49 e 50)

Já depois deste acontecimento, em Agosto de 1898, um acordo secreto entre a Inglaterra e a Alemanha afirmava que nenhum deles faria um empréstimo a Portugal sem que o outro estivesse envolvido. Em 1911 a Inglaterra e a Alemanha iniciaram novamente negociações acerca dos modelos de empréstimo financeiro e as colónias Portuguesas e posteriormente uma análise das convenções assinadas por estes em 1898. Contudo com o deflagrar da guerra em 1914 estas negociações não foram concluídas. (Pacheco, 2014, p. 453, 454 e 455)

### **1.4 O Regicídio e a Implantação da República**

Após a cedência ao *ultimatum* Britânico todos os opositores ao governo teceram-lhe duras críticas e iniciaram uma onda de propaganda muito forte para fragilizar o governo. Além das inúmeras marchas e manifestações anti-Inglesas realizadas principalmente por jornalistas e estudantes os ministros chegaram a ser intitulados de “traidores vendidos a Inglaterra”. É nesta altura que Guerra Junqueiro publica “Finis patriae”, obra poética que falava do fim da pátria e com, segundo Saraiva (1983, p. 492), “um incitamento ardente ao regicídio”. Tem início também nesta altura a publicação do

jornal “República Portuguesa” dirigido de forma bastante frontal e agressiva ao rei, intitulado inclusivamente como “um jornal de combate”. (Saraiva, 1983, p. 494)

A ideia de um golpe militar surgiu a partir do facto de os republicanos não possuírem uma representação numérica suficiente para se fazerem ouvir no parlamento. (Saraiva, 1983, p. 495)

A primeira tentativa falhada de revolução foi da autoria de um núcleo de sargentos revoltosos no dia 31 de Janeiro de 1891 na Cidade do Porto. Estes conseguiram juntar cerca de 800 soldados e da janela da Câmara chegou mesmo a ser proclamada a república, contudo as tropas governamentais, apoiadas pela artilharia derrotaram estes militares revoltosos depois de a maioria ter fugido e de um núcleo liderado pelo Alferes Malheiro se ter refugiado no edifício da Câmara. (Saraiva, 1983, p. 496)

A segunda tentativa e também falhada foi no dia 28 de Janeiro de 1908, em que se pretendia prender João Franco<sup>4</sup> e levá-lo para um navio da Armada, contudo houve fuga de informação, o Rei tomou conhecimento desta intenção e praticamente todos os principais intervenientes desta revolução foram presos. O que levou o Rei a assinar no dia 31 de Janeiro, um decreto em que ficou determinado por escrito, que qualquer insurgente capturado seria expulso da metrópole ou enviado para as colónias para que lá passasse os restantes dos seus dias. (Saraiva, 1983, p. 510)

No seguimento destes acontecimentos, no dia 1 de Fevereiro de 1908 dá-se o regicídio de D. Carlos e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe e com a morte do Rei dá-se também o desvanecimento do seu ideal político e do papel de João Franco. Segundo Saraiva (1983, p. 510) apesar de não ter sido imediatamente explícito, estávamos perante o fim da Monarquia e foi apenas uma questão de tempo até que no dia 5 de Outubro de 1910 se desse a implantação da república. Esta revolução ocorrida bem no coração de Lisboa foi organizada e teve forte interveniência de vários elementos das Forças Armadas contudo à medida que a revolução foi avançando a Carbonária<sup>5</sup> foi ganhando expressão e o seu número de intervenientes aumentando. Existiam grupos de civis a favor da

---

<sup>4</sup> Nascido a 14 de Fevereiro de 1855, foi Presidente do Conselho de Ministros e foi o responsável por encerrar as cortes e afastar os ministros do Partido Progressista. Remodelou o governo a 2 de Maio de 1907. A sua ditadura levou à queda da monarquia. (Soares, 2015)

<sup>5</sup> A Carbonária era uma sociedade secreta de carácter político, adversa ao clericalismo e às congregações religiosas. Tinha por objetivo as conquistas da liberdade e a perfeitibilidade humana. (Serrão, 1963, p. 481)

revolução espalhados por Lisboa e vários navios da Armada a favor da república encontravam-se fundeados no Tejo à espera de indicações. (Saraiva, 1983, p. 514)

É durante um deslocamento de um embaixador Alemão que a população ao julgar que as forças monárquicas estavam a proceder à sua rendição, sai às ruas e começa a celebrar a república, impedindo assim a atuação das forças militares monárquicas. Deste modo as forças monárquicas juntaram-se aos festejos do povo efetuando assim a sua adesão ao movimento republicano e uma hora depois era proclamada a república na varanda da Câmara Municipal de Lisboa. Assim que tomou conhecimento da situação o Rei D. Manuel II exilou-se para Gibraltar com as rainhas D. Maria Pia e D. Amélia. No poder ficou um governo provisório liderado por Teófilo Braga. (Saraiva, 1983, p. 515)

### **1.5 Planos para a Armada**

Após a Implantação da República, além das mudanças de carácter político, também na Marinha se pretendiam efetuar mudanças, uma dessas mudanças foi a criação em 1911 da Marinha Colonial “na dependência do Ministério das Colónias, levando assim a uma duplicação de esforços do Ministério da Marinha e colónias, mas com recurso aos meios e pessoal da Marinha de Guerra.” (Pacheco, 2014, p. 457)

Foi também criada uma comissão no dia 25 de Outubro de 1910 para apresentar uma proposta de reorganização e de aquisição de meios navais, pois a estrutura que Portugal possuía na altura encontrava-se desadequada face ao empenhamento que poderia surgir tanto na metrópole como nas colónias. A comissão criada, intitulada de “A Grande Comissão” era constituída por 44 Oficiais da Marinha e 2 civis e era presidida pelo Vice-almirante Tasso de Figueiredo. (Silva, 2014, p. 429)

Fruto do trabalho desta comissão foi elaborado um diploma de 30 de Junho de 1912 em que o governo despendia 5830 contos para a aquisição de 6 contratorpedeiros, 3 submergíveis, 1 navio de apoio de submergíveis e 2 cruzadores. (Silva, 2014, p. 431)

A 26 de Julho foi também elaborada uma lei do Congresso que afirmava que a organização da Armada deveria ser constituída por uma esquadra de operações, meios de defesa portuária, navios para serviços de fiscalização e auxiliares e manutenção de soberania nas colónias. O prazo máximo para cumprir com estes requisitos foi de 3 anos e o governo disponibilizaria até 38 mil contos, dos quais 840 seriam para “duas escolas

de preparação, melhorias nas escolas de torpedos, artilharia e máquinas e no serviço de hospitalização.” (Silva, 2014, p. 430)

Para a esquadra de operações previa-se a aquisição de 3 couraçados, 3 exploradores e 3 contratorpedeiros, perfazendo um valor de 34 635 contos. A prioridade deste plano de aquisição era sem dúvida os couraçados, este era um plano que possuía fortes referências da *Royal Navy*. (Silva, 2014, p. 431)

Todavia estes planos acabaram por não passar do papel visto que o seu custo era tão elevado que iria impedir o investimento de dinheiro no Exército durante vários anos e o facto de ter começado a Grande Guerra fez com que estes planos fossem postos de lado. (Silva, 2014, p. 432)

## 1.6 O deflagrar da Grande Guerra

O assassinato do herdeiro ao trono do império Austro-húngaro, o Arquiduque Francisco Fernando e a sua esposa, pelo jovem estudante Nacionalista Sérvio Gavrilo Princip no dia 28 de Junho de 1914, enquanto estes visitavam a Bósnia foi o acontecimento que marcou o início da Grande Guerra. (Costa, [s.d.], p.2)

O império Austro-húngaro culpou o governo Sérvio e usou este acontecimento como um motivo para resolver a questão multicultural Eslava<sup>6</sup>. O Império Austro-húngaro esperou pela garantia do apoio do império Alemão pois sabia que a Rússia apoiava a Sérvia e que se a Rússia se envolvesse, conseqüentemente também a França e a Inglaterra se envolveriam. Esse apoio chegou no dia 5 de Julho quando o Kaiser Guilherme II secretamente prometeu o seu apoio ao Império Austro-húngaro. Nessa altura foi enviado um *ultimatum* à Sérvia praticamente impossível de aceitar. Segura de que iriam entrar em Guerra, a Sérvia pediu de imediato ajuda à Rússia e aprontou as suas Forças Armadas. O Império Austro-húngaro declarou guerra a Sérvia no dia 28 de Julho e passado uma semana a Grande Guerra tinha começado com a Rússia, Bélgica, França e Inglaterra prontas a combater a Alemanha e o Império Austro-húngaro. (História, [s.d.]

---

<sup>6</sup> O império Austro-húngaro era constituído por vários povos de diferentes etnias, sendo considerado o império poliglota. Este império tentava sempre dissimular o orgulho e nacionalismo que algumas etnias suas constituintes sentiam pelas suas raízes. Por vezes, estes povos demonstravam bastante interesse em terem a sua própria nação. A Sérvia era considerada pelo império Austro-húngaro como a nação que mais incitava a este orgulho e este nacionalismo. (Clare, 2014)



## **2. Declaração de guerra da Alemanha a Portugal**

### **2.1 Portugal, neutro mas atento**

Com o deflagrar da guerra Portugal precisou imediatamente de expressar a sua atitude perante esta situação e como tal, Bernardino Machado, Presidente da República na altura, afirmou que apesar de desejar a neutralidade, se a Inglaterra necessitasse Portugal atuaria em seu auxílio e que necessitava também de estudar a defesa das suas colónias, fortemente cobiçadas pelos Alemães. (Costa, [s.d.], p.2)

Anteriormente ao acontecimento que fez a Alemanha declarar guerra a Portugal, já há vários anos que se vinha a presenciar uma certa tensão entre ambas as nações, tensão esta, de origens coloniais. Além do desejo Alemão de alargar o seu território em África e ocupar territórios Portugueses em África, contribuíram especialmente para a tensão entre Portugal e a Alemanha dois acontecimentos: a invasão de Quionga no norte de Moçambique, em 1894 e a de Naulila no sul de Angola em 1914. Para se prevenir, Portugal decidiu no dia 11 de Setembro de 1914 enviar duas expedições militares para Moçambique e Angola comboiadas pelo Cruzador *Almirante Reis* e pelas Canhoneiras *Ibo* e *Beira*. (Inso, 2006, p. 15)

No dia 4 de Agosto de 1914, os navios Alemães que se encontravam em alto mar, recebem indicações via rádio que deveriam aportar aos países neutros mais próximos pois com a declaração de guerra de Inglaterra à Alemanha corriam o risco de serem intercetados pela *Royal Navy*. Estes navios deveriam lá permanecer até ao fim da guerra. (Telo, 2014, p. 5)

No dia 25 de Agosto dá-se o primeiro incidente após o início da Grande Guerra, quando os forças Alemãs atacam o posto de Maziua, matando um sargento enfermeiro de Marinha e os seus seis auxiliares indígenas. (Pereira, 2014, p. 63)

Este ataque foi identificado com um aviso dos Alemães, um pequeno raid efetuado a um país que se afirmava neutro, mas que não escondia a sua simpatia com a Inglaterra. (Telo, 2014, p. 13)

### **2.2 Apreensão dos navios Alemães**

Quase passados dois anos, no dia 23 de Fevereiro de 1916, a pedido de Inglaterra (Costa, [s.d.], p. 2), foram apreendidos 35 navios mercantes Alemães e um austríaco que

se encontravam no Tejo. Estes navios foram requisitados pelo Governo Português e de imediato foi arriada a bandeira Alemã e hasteada a Portuguesa com o cruzador *Vasco da Gama* a salvar este acontecimento com 21 tiros. (Costa, [s.d.], p.10)

Além destes 36 navios Alemães apreendidos na metrópole foram também apreendidos navios Alemães que se encontravam refugiados em portos das ilhas e em portos das colónias, o que corresponde a 72 navios apreendidos. (Inso, 2006, p. 17, 18 e 22)

Esta atitude, segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, Dr. Augusto Soares era não só uma “imperiosa necessidade” de Portugal, mas coincidia também com o interesse da antiga aliada, Inglaterra, para que estes navios voltassem à circulação comercial e que ela pudesse também utilizá-los sempre que possível. (Inso, 2006, p. 20 e 21)

O governo Inglês, através do Ministro da Inglaterra em Lisboa, Sir L. Carnegie teceu os mais elevados elogios ao governo Português e elogiou bastante a forma como foi delegada e efetuada a apreensão dos navios. (Inso, 2006, p.22)

### **2.3 A declaração**

Como consequência da ação tomada por Portugal, o governo Alemão enviou a sua declaração de guerra, entregue pelo Ministro Alemão Friedrich Von Rosen a Augusto Soares. A Alemanha não se baseou apenas na apreensão dos seus navios para declarar guerra a Portugal. Como motivo também, a Alemanha utilizou o facto de Portugal não se ter demonstrado neutro desde o início da guerra e deu o exemplo de várias situações em que Portugal não foi neutro. Constam na declaração de Guerra os seguintes exemplos: foi permitido por quatro vezes que tropas Inglesas passassem por Moçambique, enquanto que aos navios Alemães foi impedido o reabastecimento de carvão; foi permitido aos navios Ingleses que pudessem estar por tempo indefinido nos portos nacionais e que utilizassem a Madeira como base naval; foram enviadas expedições militares para Moçambique e Angola com o objetivo de travar combates com os Alemães; o aprisionamento no dia 19 de Agosto do Dr. Schultz-Jena, Governador Alemão em Angola, de dois oficiais e de algumas praças e a sua execução após tentativa de fuga de 1914 e por último, a apreensão dos navios Alemães, que segundo Friedrich Von Rosen

estavam sujeitos ao artigo 2º do tratado de comércio e navegação Luso-alemão e não à soberania nem ao direito de apropriação de Portugal (Abecassis et al., 2014, p. 7, 8 e 9)

Esta declaração foi entregue no dia 9 de Março de 1916, data a partir da qual Portugal passou a ser efetivamente uma nação participante na Grande Guerra. (Abecassis et al., 2014, p. 10)



### 3. Operações de guerra no Rovuma

#### 3.1 Introdução

Segundo comprova o ofício n.º 24/1916 de 4 de Janeiro, enviado pelo diretor geral das colónias, um facto que era indiscutível e que já por várias vezes tinha sido referido por vários oficiais de Marinha é que Moçambique possuía poucos navios face à extensa costa que possuía e face às necessidades de vigilância a que a mesma obrigava. Consta também nesse mesmo ofício que por várias ocasiões se haviam fretado navios da “Empreza Nacional de Navegação” em condições onerosas. É lá referido que é de extrema importância e também vantajoso a nível comercial, a presença de um navio canhoneira tipo Beira, pois o dinheiro gasto na fretagem de um navio é bastante superior à aquisição de um navio daquele tipo para a Marinha.

Apesar de, como já foi referido, Moçambique necessitar de uma força naval com uma presença efetiva e que assegurasse a defesa da sua costa, a força que lá prestava serviço era apenas constituída pela canhoneira *Chaimite* e pelas lanchas-canhoneiras *Sena* e *Tete*. Como tal foi decidido que o *Adamastor* que saíra em Dezembro de 1915 de Lisboa em direção à Índia, ficaria por Moçambique, devido à entrada de Portugal na guerra. (Inso, 2006, p. 125)

O *Adamastor* saiu de Lisboa a 16 de Dezembro de 1915 com uma guarnição de 218 homens. E com uma eficaz revista pelo chefe dos serviços de saúde, o Dr. Manso Preto, foi assegurado de que o navio não saía de Lisboa sem que todos os elementos estivessem de perfeita saúde. Contudo, aquilo que se figurava como sendo uma comissão de soberania às colónias da costa oriental e ocidental de África, rapidamente se tornou numa missão com permanência em Moçambique e com serviço de campanha. (Preto, 1917, p. 1)

Nas palavras do doutor, se ele tivesse conhecimento das dificuldades que atravessaria nessa campanha, quer pelos efeitos do clima ou pelas pobres condições de habitabilidade do *Adamastor*, teria feito todos os possíveis, para que fosse escolhido outro navio para essa comissão. (Preto, 1917, p. 1)

Excluindo os camarotes do imediato e do comandante, quase todos os alojamentos eram mal ventilados e pouco arejados, o que fazia com que o ar nunca fosse renovado. O

facto das retretes se situarem no mesmo piso que os alojamentos dos oficiais fazia com que um cheiro insuportável permanecesse sempre no ar. (Preto, 1917, p. 2)

O facto do navio não possuir camaras frigorificas já na altura se considerava uma grande desvantagem. O pessoal que se encontrava mais prejudicado era sem dúvida o pessoal que trabalhava na máquina, que além destas pobres condições de vida ainda trabalhavam a uma temperatura média de 45° C. (Preto, 1917, p. 3)



Fig. 2- Modelo do Cruzador *Adamastor*<sup>7</sup>

### 3.2 Chegada a Moçambique

Assim que o *Adamastor* chegou a Moçambique, o Governador-geral de Moçambique, Álvaro de Castro, demonstrou logo um grande interesse em proceder a um reconhecimento armado ao Rovuma e tentar o desembarque de forças Portuguesas na margem inimiga. (Ribeiro, 1916, p. 3)

Como tal no dia 15 de Maio deu-se início à preparação da flotilha de embarcações que iriam proceder a esse reconhecimento. Esta flotilha era constituída por 2 escaleres a vapor e 2 baleeiras. Todas as embarcações foram reforçadas com madeira e chapas de aço. Os escaleres foram adaptados para se conseguir montar uma peça de 37mm em cada um e as baleeiras foram equipadas com uma metralhadora (Ribeiro, 1916, p. 1)

Nesta altura o quartel-general das forças expedicionárias situava-se em Quionga. O Tenente-coronel Moura Mendes, comandante desse quartel, considerava ser necessário

---

<sup>7</sup> PINTO, José Luís Leiria, *Cruzador “Adamastor”*

empenhar o *Adamastor* num reconhecimento à baía de Mekindane, em território inimigo, para analisar a zona, possibilidades de desembarque, bem como condições de ocupação e defesa dessa baía. Mas por outro lado o comandante do *Adamastor*, Capitão-tenente José de Freitas Ribeiro, não considerava viável proceder-se a esta tarefa sem se ter um domínio efetivo sobre ambas as margens do Rovuma, ou pelo menos um controlo da sua foz. (Ribeiro, 1916, p. 5)

Sobre as operações no Rovuma que se estavam a planear, o imediato do navio, Capitão-tenente Quirino da Fonseca dirigiu-se a terra por várias vezes para conferenciar com o Tenente-coronel Mendes e começaram a surgir algumas divergências de opinião. Em traços gerais, o Tenente-coronel Mendes queria que algumas dessas pequenas embarcações e alguns elementos de Marinha fossem colocados ao seu dispor para guarnecer essas embarcações e algumas que o mesmo possuía. Seria ele a comandar essas embarcações e os elementos de Marinha durante as operações no Rovuma. Contudo, a vontade do comando do *Adamastor* não era essa. Como seria espectável, o comando do *Adamastor* teria todo o gosto em auxiliar o Tenente-coronel nesta missão, mas o comando e controlo dos meios navais e dos homens não sairia dos oficiais de Marinha. Eles seriam os responsáveis por controlar as embarcações e por comandar o pessoal lá embarcado. Era de todo impensável, separar o pessoal de Marinha dos seus legítimos superiores hierárquicos e consequentemente afastá-los da sua natural cadeia de comando. (Ribeiro, 1916, p. 6, 7 e 8)

Considerando as indicações do Governador-geral de que seria necessário apressar a travessia do Rovuma, no dia 18 de Maio, quando se reuniu o imediato do *Adamastor* com o Tenente-coronel Moura Mendes pela última vez, o Comandante Fonseca comunicou-lhe que a esquadilha já se encontrava aprontada e pronta a realizar o reconhecimento na madrugada seguinte. Não existia qualquer dúvida de que o efeito de surpresa seria extremamente importante para alcançar o sucesso nestas operações. O Tenente-coronel acabou por concordar com esta intenção, afirmando que era de extrema importância. (Ribeiro, 1916, p. 12 e 13)

Contudo, existia ainda um grande desconhecimento relativamente ao rio, não se sabia se os escaleres conseguiriam navegar por certas zonas devido à altura da maré e o comando do *Adamastor* também não possuía grande conhecimento sobre a disposição das forças Portuguesas na margem Portuguesa do Rovuma (Ribeiro, 1916, p. 13)

O Tenente-coronel Moura Mendes apenas exigiu que seguisse com as embarcações o Tenente Teodorico, ajudante do comando da coluna, que esclareceria qualquer dúvida quanto as forças que se encontravam a guarnecer os postos na margem Portuguesa do Rovuma e dois indígenas bastante conhecedores do rio. (Ribeiro, 1916, p. 14)

Contudo o *Adamastor* não poderia iniciar as suas operações sem receber da *Chaimite* granadas ordinárias e lanternetas das peças 37 mm. No *Adamastor* apenas possuíam granadas próprias para danificar material resistente (próprias para danificar submersíveis ou outras embarcações) que não eram adequadas para afetar pessoal disperso no mato. (Ribeiro, 1916, p. 14)

Como tal no dia 20 de Maio, largou o *Adamastor* da baía de Quionga em direção ao Rovuma, entrando pela foz do rio às 07h30min. Ainda a navegar, o *Adamastor* recebeu um comunicado do *Luabo*, informando que o Governador-geral de Moçambique se dirigia para Quionga a bordo da *Chaimite*. Assim que o *Adamastor* fundeou, arreararam-se as embarcações fazendo os preparativos finais para a missão do dia seguinte. (Ribeiro, 1916, p. 26)

Enquanto o Segundo-tenente de Marinha Conceição Rodrigues e o Aspirante de Marinha Rodrigues Janeiro sondavam e balizavam a embocadura do Rovuma numa baleeira e escaler, foram atacados por fogo inimigo da margem Alemã. Perante este cenário, o Comandante Ribeiro deu-lhes de imediato ordem para recuar. Esta foi uma situação em que todos os marinheiros, independentemente do seu posto, demonstraram uma calma e sangue frio soberbos, que é aquilo que se pede num momento tenso e de alto risco como aquele. O *Adamastor* contra-atacou de imediato a margem inimiga com 4 tiros das suas peças conseguindo cobrir a retirada das pequenas embarcações. Durante a noite foram tomadas todas as medidas de segurança para garantir que nem as pequenas embarcações nem o navio sofriam um ataque da margem inimiga. (Ribeiro, 1916, p. 27)

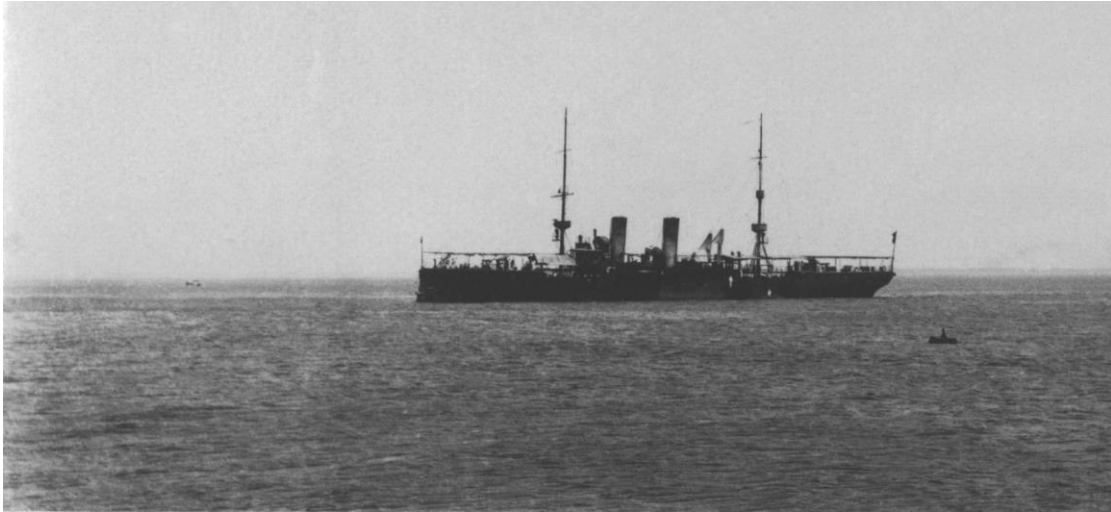


Fig. 3- Cruzador *Adamastor* a navegar<sup>8</sup>

### 3.3 Dia 21 de Maio

Às 09 horas da manhã a *Chaimite* fundeou perto do *Adamastor* e por determinação do Governador-geral, ficava subordinada às ordens do Comandante Freitas Ribeiro. De imediato forneceram ao *Adamastor* uma metralhadora automática para ser instalada numa das baleeiras, uma peça de 37 mm, munições, um intérprete indígena e dois indígenas conhecedores do rio. (Ribeiro, 1916, p. 28)

Às 12 horas o *Adamastor* levantou ferro e aproximou-se da foz do Rovuma, bombardeando a margem inimiga, especialmente a fábrica Alemã que se conseguia ver por trás de algumas árvores e a localidade onde se suspeitava ser o posto inimigo, Tokoto. Terminado este bombardeamento, por volta das 13h30min o *Adamastor* e a *Chaimite* fundearam perto da barra do Rovuma. (Ribeiro, 1916, p. 28)

Antes de desembarcar a esquadilha de embarcações que iria atravessar o rio, o comandante do *Adamastor*, aproveitou para dirigir algumas palavras de motivação e algumas indicações aos seus homens. Como tal os seus homens formaram na tolda do navio e o comandante relembrou-lhes das antigas tradições da Marinha Portuguesa e da Pátria que se encontravam a defender. Aconselhou-os a ajudarem qualquer camarada que necessitasse de auxílio e que não deixassem nenhum homem para trás em caso de retirada. Salientou também a sã camaradagem entre oficiais e praças e que não tinha dúvidas de que qualquer oficial faria tudo para proteger os seus homens, bem como qualquer

---

<sup>8</sup> PINTO, José Luís Leiria, *Cruzador "Adamastor"*

marinheiro faria tudo para cumprir a missão atribuída pelos seus superiores, facto que o deixava bastante orgulhoso como seu comandante. (Ribeiro, 1916, p. 29)



Fig. 4- Esboço rápido do Rio Rovuma desde a foz até Namiranga, conforme as observações da esquadilha de operações do *Adamastor*<sup>9</sup>

Após estas palavras do seu comandante, o contingente embarcou nas pequenas embarcações e saíram para a sua missão às 14 horas. As embarcações encontravam-se bem armadas, levando as duas peças de 37mm do *Adamastor* nos escalares, uma metralhadora automática numa baleeira e na outra uma metralhadora automática da *Chaimite*. Esta esquadilha ia equipada da melhor forma possível, considerando que tinha sido equipada apenas com os recursos de bordo do *Adamastor*. O Comandante Freitas Ribeiro salienta aqui o importante trabalho de preparação destas embarcações da responsabilidade do imediato, Quirino da Fonseca, e de todos os seus subordinados, relevando-lhes a dedicação prestada e a superior e inteligente supervisão do imediato. Os elementos que embarcavam nestas embarcações eram: o imediato, Quirino da Fonseca, o

<sup>9</sup> INSO, Jaime Correia do, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*

Guarda-marinha Prestes Salgueiro, os Aspirantes Maia Rebelo e Rodrigues Janeiro, os sargentos artilheiros Fonseca e Sá, o sargento condutor de máquinas Santos e 35 praças. Tanto a nível de guarnição como de material, tudo estava preparado da melhor forma possível para o sucesso. (Ribeiro, 1916, p. 29)

As pequenas embarcações foram navegando, sendo-lhes indicados os canais navegáveis e as zonas mais profundas por alguns indígenas, que mais tarde se veio a saber não serem grandes conhecedores do rio, pois limitavam-se a navegar nas suas pequenas canoas enquanto o rio estava na praia-mar, nunca tendo alguma dificuldade em transpor o rio. Como a altura de maré não era suficiente e o conhecimento do rio também não, foram demorando a subir o rio e à medida que iam avançando, iam bombardeando a margem dos Alemães. (Fonseca, 1916, p.8 e 9)

Passada uma tarde inteira apenas tinham navegado 4 milhas, e tudo sem um único ataque do inimigo, ao contrário daquilo que era costume. Assim que se depararam perto da fábrica Alemã, dispuseram-se em linha as embarcações e abriram fogo sobre à fábrica à medida que iam avançando. (Fonseca, 1916, p.11)

A entrada destas embarcações rio acima foi sendo apoiada pelo fogo de artilharia do *Adamastor* e um pouco antes de julgar que poderia atingir as pequenas embarcações o Comandante Ribeiro determinou que cessassem fogo as peças do navio, tendo realizado no total 35 tiros. Porém não desejando que as embarcações ficassem expostas ao perigo e sem auxílio, determinou ao comandante da *Chaimite*, Primeiro-tenente Matos Preto que se deslocasse no sentido das embarcações e que fundeasse num ponto onde conseguisse dar apoio às mesmas, mas sem prejuízo para a segurança da *Chaimite* e dos seus elementos. Seria certo que os marinheiros assim que se apercebessem que tinham a *Chaimite* perto deles se sentiriam mais seguros e teriam um local onde abrigar mais perto, caso fosse necessário retirar. O Comandante Ribeiro reforçou para este efeito a guarnição da *Chaimite* com um condutor e 12 marinheiros e apenas não reforçou com mais elementos por não poder retirar mais ninguém do *Adamastor*, sendo que no total possuía já 55 elementos ausentes do seu navio. (Ribeiro, 1916, p. 30)

Aproximando-se da margem, o Comandante Quirino da Fonseca determinou ao Aspirante Rebelo e à sua embarcação que desembarcassem e que incendiassem ou destruíssem o que lá encontrassem. A ordem foi cumprida eficazmente e após revista aos arredores da fábrica e ao próprio edifício, concluiu-se que os antigos ocupantes tinham

saído à pressa, tendo sido encontrado arroz a secar e várias galinhas soltas. (Fonseca, 1916, p.12 e 13)

Começava a escurecer quando se começou a observar a bordo do *Adamastor*, fumo e labaredas provenientes da zona da fábrica Alemã, nesse momento o Comandante Ribeiro ainda não tinha novidades da operação e não conseguia avistar movimento algum nas margens. (Ribeiro, 1916, p. 30)

Mais tarde o Comandante Ribeiro comunicou via rádio com o comandante da *Chaimite*, desejando saber a que distancia se encontrava da foz do rio, se era seguro o fundeadouro onde se situava, se se podia deslocar mais para montante para tentar estabelecer comunicações com a esquadilha, com os postos amigos e com o governador. Por fim desejava saber se era segura a permanência da *Chaimite* naquele local, pois não queria que ela se arriscasse a sofrer um ataque das metralhadoras Alemãs naquela posição. (Ribeiro, 1916, p. 31)

Era já noite cerrada quando as embarcações retiraram da margem inimiga. (Fonseca, 1916, p.15)

### **3.4 Dia 22 de Maio**

O Governador-geral de Moçambique assistiu em terra juntamente com vários oficiais do Exército ao desembarque da esquadilha. Subindo a bordo do *Adamastor*, antes de se dirigir para Quionga num escaler a gasolina da *Chaimite*, contou ao Comandante Ribeiro que ficou bastante agradado com a atuação dos marinheiros. (Ribeiro, 1916, p. 32)

Não obstante da boa atuação dos marinheiros, o Comandante Ribeiro, não pôde deixar de considerar um erro tremendo não se ter procedido de imediato à ocupação da fábrica e conseqüente entrincheiramento e fortificação das posições. Esta decisão poderia ter feito toda a diferença entre ter alcançado um enorme sucesso ou uma terrível infelicidade, como se constatará mais adiante. (Ribeiro, 1916, p. 32)

O facto de não se ter procedido à ocupação da fábrica permitiu que os Alemães reocupassem as suas posições, melhorassem as suas defesas e ficassem a aguardar o regresso das forças Portuguesas para assim as emboscar. O Comandante Ribeiro atribui a culpa desta decisão à “ falta de iniciativa e a má preparação das forças expedicionárias, consequencia das hesitações de muitos, senão de todos.” (Ribeiro, 1916, p. 33)

O Governador-geral dirigiu-se para Quionga com o objetivo de apressar as tropas Portuguesas a efetuarem a travessia do Rovuma. O escaler a gasolina onde se deslocava o governador fez o maior caminho possível, dobrando o Cabo Rovuma para se deslocar a Quionga, em vez de se ter dirigido pelo canal Decombe, que corria pelo interior. Demorou assim muito mais tempo e teve a sorte da viagem correr bem devido à calma e serena noite que se fez sentir no mar. (Ribeiro, 1916, p. 33)

Suspeitando que as forças do Exército ainda demorassem a atravessar o rio para ocupar a fábrica, o Comandante Ribeiro considerou por momentos ocupar a fábrica com uma força de marinheiros comandada pelo Guarda-marinha Mascarenhas. (Ribeiro, 1916, p. 33)

Contudo, após melhor repensar o assunto, constatando que tinha poucas ou nenhuma garantias dos Alemães não terem regressado à fábrica e verificando que uma vez as forças em terra, o apoio dado pelo *Adamastor* e pela *Chaimite* não seriam o suficiente para impedir o sacrifício dos marinheiros, o Comandante Ribeiro decidiu desistir desse plano. (Ribeiro, 1916, p. 34)

Enquanto conversava com o imediato do navio em Namáca, o Governador-geral afirmou que se deveria proceder o mais rápido possível à ocupação da fábrica. Mas ao saber disto havia duas perguntas que vinham à cabeça do Comandante Ribeiro: Onde estavam os soldados Portugueses? Onde estava o seu material de guerra e os seus mantimentos? (Ribeiro, 1916, p. 35)

Nesse dia chegou uma comunicação do *Luabo*, onde se lia a seguinte mensagem:

“Foi extremamente agradável ver a maneira como a marinha de guerra portuguesa se desempenhou ontem da missão que lhe foi incumbida pelo comandante do “Adamastor” no bombardeamento da margem do Rovuma e reconhecimento dêsse rio, motivo porque S. Ex<sup>a</sup> o Governador Geral felicita o Comandante, officiaes e praças do cruzador “Adamastor” e as da canhoneira “Chaimite”.” (Ribeiro, 1916, p. 36)

Mais uma vez, o Governador-geral elogiava a prestação dos marinheiros, desta vez formalmente, enviando uma mensagem. O comandante do *Adamastor* agradeceu e salientou que ele e a sua guarnição estavam sempre prontos para defender a Pátria e a república. (Ribeiro, 1916, p. 36)

### 3.5 Dia 23 de Maio

Neste dia de manhã, o Comandante Ribeiro recebeu uma carta do Governador-geral dizendo que no dia seguinte deveria auxiliar a passagem de uma companhia indígena, uma bateria de artilharia e uma secção de metralhadoras. Como tal estavam disponíveis e prontos para a missão os dois escaleres salva-vidas do navio, armados com peças de 37 mm sob o comando do Guarda-marinha Mascarenhas, transportando 1 sargento e 16 praças. Contudo as forças que deveriam efetuar a travessia ainda se encontravam bastante recuadas no terreno e afastadas do ponto de embarque. (Ribeiro, 1916, p. 37 e 38)

Neste dia ocorreu também um grave incidente, a baleeira do Aspirante Janeiro, imprudentemente e afastada da esquadilha, aproximou-se demasiado da margem inimiga encalhando num banco de areia. Esta aproximação imprudente deveu-se provavelmente à confiança ganha com o sucesso da travessia do dia 21 de Maio. Sem que o pessoal da baleeira esperasse, assim que o inimigo se apercebeu da baleeira encalhada, abriu fogo sobre a mesma, morrendo 3 marinheiros e tendo ficado feridos outros 6. (Ribeiro, 1916, p. 39)

A canhoneira *Chaimite* e os escaleres a vapor do Guarda-marinha Salgueiro e Aspirante Rebelo ripostaram de imediato com tiros contra a margem inimiga. O Aspirante Rebelo demonstrando grande coragem e heroísmo, ainda debaixo de fogo, passou um cabo à baleeira encalhada rebocando-a para a margem amiga. Assim que a baleeira se encontrava a navegar, o inimigo cessou fogo. O Comandante Ribeiro julgava apenas não terem sido maiores as perdas, devido ao facto dos Alemães estarem a poupar as suas munições, talvez não dispusessem de muitas. (Ribeiro, 1916, p. 39)

O Aspirante Janeiro apesar de se encontrar debaixo de fogo não deixou de motivar os seus homens e o Cabo artilheiro chefe da metralhadora da baleeira portou-se como um verdadeiro guerreiro, continuando a fazer fogo após ter sido ferido. Apenas parou de desempenhar a sua função após um projétil o ter atingido numa vista, perdendo assim o seu olho direito. O escaler do Aspirante Rebelo chegou ao *Adamastor* bastante esburacado e com uma avaria na sua peça que foi logo reparada, transportando de seguida o médico até à *Chaimite* para observar os seus feridos. (Ribeiro, 1916, p. 39)

Á medida que se ia adiando a passagem do rio, os Alemães iam reforçando as suas posições, tanto a nível de pessoal como de fortificação das mesmas, trabalho este que era realizado sem o incómodo das forças Portuguesas, pois ninguém entrava na sua margem. (Ribeiro, 1916, p. 40)

Eram observados grandes grupos de indígenas a chegarem à fábrica, atraídos e recompensados pelos Alemães, para combaterem a seu lado. (Fonseca, 1916, p.49)

O imediato, Quirino da Fonseca, relatou ao Comandante Ribeiro ter passado a tarde do dia 23 auxiliando grupos de indígenas que transportavam mantimentos para o posto de Namáca em pangaios e pequenas lanchas. Estes eram transportados até ao seu fundeadouro e de lá eram transportadas as suas cargas para o posto de Námaca. Esta tarefa era bastante árdua e desgastava bastante os marinheiros, tendo estes que passar muito tempo dentro de água tentando ultrapassar os inúmeros bancos de areia para conseguir levar as cargas até terra. A falta de mantimentos em terra era muito grande e os soldados encontravam-se em condições de fome extrema e bastante desgastados pelos efeitos do clima, como tal esta tarefa era bastante urgente. Enquanto muitos dos marinheiros efetuavam esta árdua tarefa, oficiais, sargentos e soldados dormiam em terra. (Ribeiro, 1916, p. 40)

Os mantimentos faltavam em terra por vários motivos, um deles era o receio que algumas embarcações tinham de sofrer ataques dos Alemães ao entrarem no Rovuma, como tal a presença do *Adamastor* naquele rio era fundamental, para garantir o acesso dessas embarcações ao rio. Este facto fazia com que o Comandante Ribeiro se sentisse bastante injustiçado quando em conversas anteriores com o Tenente-coronel Moura Mendes, este apelidou a presença do *Adamastor* de inútil. (Ribeiro, 1916, p. 40)

Ainda neste dia, desembarcaram na ilha de Namáca, 2 sargentos e 22 praças para darem apoio aos soldados na defesa desse posto que havia sido atacado no dia 20 por soldados Alemães. Este ataque pôs os soldados Portugueses em fuga desorganizada, valeu-lhes a bravura de alguns indígenas mais corajosos e que mesmo sem comando, aproveitaram o facto dos Alemães se terem embebedado com algum álcool encontrado no posto e conseguiram retaliar, fazendo-os retirar, perdendo uma carabina com sabre baioneta e algumas granadas de arremesso. (Ribeiro, 1916, p. 36)

Por isso, os marinheiros desembarcaram no posto e efetuaram quase todo o trabalho de defesa do mesmo, pois os soldados, como já foi referido, encontravam-se mesmo num estado lastimável e não conseguiam fazer quase nenhum trabalho físico. (Ribeiro, 1916, p. 41)

### **3.6 Dia 24 de Maio**

Realizaram-se neste dia as honras fúnebres e enterro dos militares falecidos no dia anterior, tendo o Comandante Ribeiro pronunciado umas breves palavras de despedida perante a sua guarnição. (Ribeiro, 1916, p. 42)

No posto da ilha de Namáca além dos militares referidos anteriormente, ficaram também o Aspirante Janeiro, Guarda-marinha Salgueiro e o imediato, Quirino da Fonseca. O posto da ilha de Namáca era constituído por um Tenente, um Alferes, 2 sargentos, 8 soldados Europeus e 40 indígenas. Decidiu-se montar aí duas peças de 37mm, no reduto mais avançado da ilha, enquanto a *Chaimite* desembarcaria a sua peça de 37 mm no posto de Namáca situado na margem direita do rio, posto este que era guarnecido por 1 sargento e 20 indígenas. Os militares do *Adamastor* que tinham ido reforçar a *Chaimite*, permaneceram lá, constituindo uma reserva. (Ribeiro, 1916, p. 42)

O Capitão-tenente Quirino da Fonseca possuía um plano que considerava ser o ideal para ocupar a fábrica Alemã e em conversa com o Comandante Ribeiro, confessou-lhe achar necessário manter a esquadilha de embarcações no Rovuma enquanto não controlassem a fábrica. Contou-lhe que seria ideal desembarcar de noite em dois pontos distantes da fábrica, um a montante e outro a jusante, dois grupos de marinheiros. Assim que estes se juntassem a norte da fábrica, as embarcações simulariam um ataque pelo rio à fábrica para distrair os Alemães e os marinheiros desembarcados aproveitariam para atacar a fábrica apanhando os soldados Alemães desprevenidos. (Ribeiro, 1916, p. 42 e 43)

O Comandante Ribeiro apenas encontrou uma objeção para este plano, mas que era algo bastante preponderante e perigoso. O facto dos marinheiros se encontrarem desgastados e cansados, dificultaria bastante a manobra no terreno, já para não falar que estariam a fazer fogo enquanto se deslocavam. Adicionando o fator de que estaria noite cerrada e escuro, isto poderia causar graves acidentes dentro da própria força. (Ribeiro, 1916, p. 43)

O Comandante Ribeiro transmitiu ao Governador-geral que era bastante negativo continuar a adiar-se a travessia do rio, pois à medida que o tempo ia passando cada vez mais os marinheiros se desgastavam, não se admirando que dentro de alguns dias começassem a ficar doentes devido aos efeitos do clima. Em Namáca continuavam sem chegar quaisquer tropas para efetuar a travessia do rio. (Ribeiro, 1916, p. 43)

### **3.7 Dia 25 de Maio**

Neste dia fizeram-se alguns disparos em direção á fábrica Alemã, com o objetivo de regular o tiro e também de incomodar os Alemães. Os tiros foram efetuados das peças da *Chaimite* e de Namáca, contudo os disparos efetuados de Namáca caíram relativamente curtos, não atingindo o alvo. Procedeu-se também a montagem de duas peças de 37 mm e de duas metralhadoras na Ilha de Namáca. (Ribeiro, 1916, p. 48)

Quirino da Fonseca comunicou neste dia ao Comandante Ribeiro de que o chefe de estado-maior da coluna militar tinha aprovado o seu plano para a travessia do rio, mencionando apenas que os pontos escolhidos para o desembarque deveriam ser Tokoto, por partirem de lá bons caminhos para o interior e o outro seria o ponto na margem oposta a Namiranga. Contudo mais um dia passava sem que chegassem tropas a Namáca. (Ribeiro, 1916, p. 48)

### **3.8 Dia 26 de Maio**

Assim que nasceu o dia, o Segundo-tenente Rodrigues foi procurar um fundeadouro mais próximo da foz do Rovuma, conseguindo assinala-lo com uma boia de barril sem ser atacado pelos Alemães. O *Adamastor* seguiu de imediato para essa posição e lá fundeou para se proceder a uma série de tiros com o objetivo de atingir a fábrica e ao mesmo tempo regular o tiro das peças, acabando por não atingir os objetivos. (Ribeiro, 1916, p. 49)

Os tiros caíam quase sempre curtos, inclusivamente com as peças no ângulo de maior alcance. O Comandante Ribeiro atribuía este insucesso ao estado das pólvoras das munições. Por mais que ele se aproximasse da fábrica, correndo o risco de encalhar o *Adamastor*, não conseguia fazer com que os tiros lá caíssem. Era com grande pesar que teria de assistir à atuação das suas forças sem as poder auxiliar com o fogo do *Adamastor*. (Ribeiro, 1916, p. 50)

Fez-se também tiro em Namáca com as peças e com as metralhadoras, tendo-se obtido maus resultados. Os projeteis da peça de bronze de 87 mm caíram todos antes de alcançar a margem inimiga, que se situava a cerca de 1000 metros. Uma das peças de 37 mm não se conseguiu fixar ao chão e duas das metralhadoras estavam inoperacionais, uma danificada pelo fogo inimigo e a outra já tinha as estrias do cano gastas. A única metralhadora em condições era uma metralhadora *Maxim* e foi decidido guardá-la para a levar para a fábrica assim que esta fosse tomada. (Ribeiro, 1916, p. 51)

Chegou ao *Adamastor*, por intermédio do *Luabo*, que os Alemães tinham incendiado o posto de Matiú, por isso o comandante de Mocimbua pedia auxílio e o envio de reforços. Os escaleres a vapor do *Adamastor* e o escaler a gasolina da *Chaimite* foram e vieram a Matiú várias vezes, trazendo soldados e carga que se tinha conseguido resgatar. Os marinheiros suportaram este duro serviço sem saber a que hora teriam a próxima refeição, estando constantemente dentro e fora de água, enquanto os soldados permaneciam inativos, moles de tanto dormir e de fome. (Ribeiro, 1916, p. 52)

Mais uma vez se comprova, o sentimento de ultraje do Comandante Ribeiro:

“Ora o “Adamastor” cuja presença seria inútil, no dizer d’alguem, matou a fome a toda esta gente e o desfalque nos seus mantimentos prova-o sem contestação.” (Ribeiro, 1916, p. 52)

Em alguns postos do Exército, não se abriam os paióis com os mantimentos sem a presença do oficial de administração militar. Isto levava a que quando o oficial não se podia deslocar ao posto, os soldados passassem por situações de fome extrema. (Ribeiro, 1916, p. 52)

Em conferência com o chefe do estado-maior das forças expedicionárias e com o Governador-geral e os seus ajudantes, o Comandante Ribeiro discordou em escolher-se Tokoto como local de desembarque, afirmando que era um local muito perigoso para isso. (Ribeiro, 1916, p. 52)

O plano do desembarque ficaria a cargo do comandante Quirino da Fonseca. Este era um rio de difícil navegação e ele como comandante da esquadilha, conhecia melhor do que ninguém o Rovuma, pois os deslocamentos efetuados pelas embarcações da esquadilha tinham-lhe dado bastantes informações acerca dos melhores locais e horas de desembarque. (Ribeiro, 1916, p. 53)

Segundo confirmação do chefe do estado-maior, a operação de travessia do Rovuma teria início no dia 27 às 09 horas. Afirmava também que se daria início a fogo de artilharia às 08 horas da manhã e iria-se prolongando o mesmo até ao desembarque da força. (Ribeiro, 1916, p. 53)

Quando chegaram a Namáca o comandante da Coluna, o seu chefe de estado-maior, 100 soldados, 3 peças de bronze de 87 mm e 3 metralhadoras Maxim, o comandante Quirino da Fonseca ficou surpreendido com o estado da força e confessou ao Comandante Ribeiro que o desembarque deveria ser efetuado no dia 28, pois os soldados encontravam-se em muito mau estado, recomendações estas que não viriam a ser seguidas. Informou também que o tiro efetuado a bordo das embarcações tinha sido excelente em direção, mas que caía sempre curto em relação ao alvo. Permaneceram em Namáca para se efetuar o desembarque no dia seguinte, os dois escaleres a vapor, as duas baleeiras e os dois salva-vidas do *Adamastor*. (Ribeiro, 1916, p. 54)

### **3.9 Dia 27 de Maio**

A guarnição do *Adamastor* encontrava-se em postos de combate às 08 horas da manhã, altura em que se ouviu o primeiro tiro em Namáca. O *Adamastor* começou assim a fazer tiro com as suas peças de bordo, prolongando o seu tiro até às 09 horas, altura em que se tinha combinado dar início à travessia das embarcações. A guarnição do *Adamastor* sabia que o seu fogo de pouco servia aos elementos que efetuavam a travessia, pois os testes anteriores às peças e às munições tinham corrido mal. Durante o seu tiro muitas munições deram falha de fogo, talvez pelo mau estado das escorvas. (Ribeiro, 1916, p. 55)

Nessa mesma manhã, o chefe do estado-maior relatou ao Comandante Quirino da Fonseca que o serviço de informações do quartel-general tinha sabido que o inimigo havia abandonado a fábrica e que tinha construído um reduto, a cerca de 300 ou 400m para jusante da fábrica, numa zona arborizada. Quirino da Fonseca acreditava ter sido daquele ponto que as embarcações tinham sido bombardeadas no dia 23. Segundo informação do Alferes de artilharia Fonseca, essa zona deveria ter sido bombardeada, fato que nunca chegou a ocorrer. O Comandante Quirino ficou bastante surpreendido pelo chefe de estado-maior não ter tomado nenhuma ação quanto a essa posição. (Fonseca, 1916, p.66)

Os marinheiros e o Comandante Quirino da Fonseca, conseguiram montar uma das peças de 47 mm da *Chaimite* no reduto da ilha de Namáca, enquanto todo o pessoal do Exército, inclusivamente o chefe do estado-maior, olhavam para os marinheiros a trabalhar e diziam ser impossível. Contudo a tarefa foi finalizada com sucesso pouco antes de se ter dado início ao bombardeamento da fábrica, tendo ela realizado 65 tiros durante o bombardeamento e guardado 35 para apoiar a travessia das forças. O bombardeamento cessou às 09 horas. (Ribeiro, 1916, p. 59)

O embarque só se fez após ter cessado o bombardeamento e deveria ter começado a ser feito enquanto este ainda estivesse a decorrer. Assim não aconteceu e às 09 horas deparou-se o Comandante Quirino com as tropas expedicionárias a correrem em direção ao local que ele tinha assinalado como local de embarque. Os soldados na praia encontravam-se completamente expostos ao fogo inimigo. (Fonseca, 1916, p. 69)

O Comandante Quirino da Fonseca encontrava-se num dilema nessa altura. Era de fácil constatação que os tiros de artilharia realizados da ilha de Namáca e do posto de Namáca em direção à fábrica tinham sido ineficazes. Mas nessa altura já os soldados se encontravam de peito aberto na praia, prontos a embarcar. Das duas uma: ou retirava para o *Adamastor* com a sua esquadilha deixando os soldados à mercê do fogo inimigo sendo que o abrigo mais próximo era a 500 m, sendo todos dizimados se lá tentassem chegar; ou mandava os soldados embarcar e tentaria prosseguir com o desembarque na ínfima esperança de que a fábrica estivesse abandonada. Como tal, escolheu a ultima opção, não abandonando os camaradas e dirigiu-se ao local com as suas embarcações. (Ribeiro, 1916, p. 61 e 62)

As embarcações chegaram ao pé dos soldados às 09h30min, estando os soldados bem apetrechados, como se fossem executar uma campanha de vários dias pelo mato, contrariando instruções dadas pelo Comandante Quirino da Fonseca. O 1º escaler salva-vidas, rebocado pelo escaler a gasolina da *Chaimite*, transportava 33 pessoas além da guarnição. O 2º salva-vidas, rebocado por um escaler a vapor transportava 35 pessoas. O 2º escaler a vapor encontrava-se a transportar uma jangada e dirigia-se à Ilha de Namáca onde embarcariam mais tropas, enquanto os outros procediam já à travessia. (Fonseca, 1916, p.73)

Iniciada a travessia e passados alguns instantes começaram-se a ouvir tiros, tendo o *Adamastor* efetuado alguns tiros de proteção à força, disparando para o interior do mato na direção da fábrica. (Ribeiro, 1916, p. 62)

As embarcações que se encontravam a cerca de 60 metros da margem Alemã começaram a ser fuziladas por cerca de 3 ou 4 metralhadoras e os soldados que se encontravam mal-ajeitados a bordo e com excesso de material nem conseguiram fazer o uso das suas espingardas. Os chefes das metralhadoras que não tinham proteção nenhuma morreram de imediato, apenas os chefes das peças de 37 mm dos escaleres que se abrigavam nos escudos da peça conseguiam retaliar. O fogo das peças de Namáca, ou melhor, a sua falta, de nada serviam à esquadilha, quer fosse por sucessivas falhas de fogo, projeteis que caíam na água ou até mesmo peças que ficaram sem munições. (Fonseca, 1916, p.74)

O Aspirante Janeiro que dirigia uma embarcação, apesar de ter sido ferido e vendo que a sua embarcação não respondia às suas manobras, lançou-se à água, tentando movimentar o leme para direcionar a sua embarcação em direção à foz do rio, acabando por desaparecer na água. (Marques, 2012, p. 63)

Os sobreviventes que eram apanhados naquela violência e naquele estado de pânico, observando que a artilharia pouco apoio lhes dava, mesmo encontrando-se próximos da margem inimiga tentavam por tudo que as embarcações voltassem a território amigo. As embarcações conseguiram voltar à ilha de Namáca, mas por efeito de algumas flagelações inimigas à praia, os Portugueses que lá se encontravam abandonaram as embarcações procurando abrigo e pelo efeito da corrente, 1 escaler a gasolina da *Chaimite*, um escaler salva-vidas e uma baleeira da *Chaimite* foram parar à margem inimiga. (Fonseca, 1916, p.79 e 80)

O desastre ocorrido neste desembarque foi o fruto de má preparação, desconhecimento da doutrina adequada a este tipo de combates e duma inacreditável e excessiva confiança de que o inimigo havia abandonado a fábrica. O sucesso do desembarque de dia 21 não foi de todo aproveitado e contribuiu apenas para este mau ataque, em que se decidiu atacar frontalmente uma posição fortemente defendida em que não se conheciam as posições do inimigo e em que se lhe deu tempo para este melhorar as suas posições. (Ribeiro, 1916, p. 56)

Os soldados encontravam-se mal equipados para esta missão, demasiado carregados e vestidos, como já foi referido, tendo levado os bornais cheios e o seu capote, à semelhança do que se fazia numa marcha. Deviam ter ido aligeirados e prontos para combate a qualquer momento. Foram completamente apanhados de surpresa naquela saraivada de projeteis. (Ribeiro, 1916, p. 56)

Alguns soldados além de não se encontrarem em posições capazes de fazer fogo, estavam de tal modo apavorados que nem se atreveram a fazer fogo. Houve ainda quem pensasse que tinham sido poupados por não terem feito fogo de volta, tendo sido respondido ao Comandante Ribeiro por um soldado quando lhe foi perguntado o porquê de não ter disparado:

“Oh! Meu Senhor! Então é que não escaparia um de nós com vida, se temos feito fogo!” (Ribeiro, 1916, p. 57)

Houve ainda quem tivesse a sorte de ter ficado no fundo das embarcações, com vários cadáveres por cima de si, garantindo assim alguma proteção do fogo inimigo. (Marques, 2012, p.64)

Salienta-se a prestação do Guarda-marinha Prestes Salgueiro que num ato de notória coragem e heroísmo, enquanto se encontrava a dirigir as forças que partiam de Namiranga, foi ainda salvar a nado o Tenente do Exército Francisco Ferreira que tinha ido parar num escaler encahado à margem inimiga. (Ribeiro, 1916, p. 65)

Cada vez que podia, sem ser visto pelos Alemães, o Tenente Ferreira agitava a bandeira nacional que trazia consigo, para que os camaradas o reconhecessem, foi nessa altura que o Guarda-marinha Salgueiro o resgatou. (Marques, 2012, p.64)

A força que partia de Namiranga, antes de chegar à margem inimiga, atingiu uma pequena ilha, tendo ainda outras 3 pela frente. Essa força por sua vez, dividiu-se em duas e uma delas fixou-se no terreno com uma peça de artilharia para cobrir o avanço da outra. Estas ilhotas possuíam alguma vegetação que lhes garantia alguma dissimulação da vista inimiga. (Marques, 2012, p.64)

Assim que essa segunda metade chegou à última ilha, desgastada pelo deslocamento sob o Sol e pelo terreno arenoso e com algum lodo, foram surpreendidos por fogo Alemão, que foi de imediato silenciado pela peça de artilharia do primeiro grupo. Enquanto os oficiais decidiam como haviam de transpor esse último canal de cerca de 10

metros de largura até à margem Alemã, soou no ar o toque de retirar e a força reagrupou na primeira ilha. (Marques, 2012, p.65)

O Guarda-marinha Salgueiro retirou as baleeiras do sítio onde estavam encalhadas, tendo-se deslocado a nado até elas, apenas em cuecas e camisola e possibilitando assim o regresso da força a Namiranga. (Marques, 2012, p.66)

Não menos notável foi a prestação do Dr. Manso Preto, médico do *Adamastor*, que tratou todos os feridos incansavelmente e realizou as necessárias intervenções cirúrgicas, sendo apenas auxiliado pelos enfermeiros do *Adamastor* e da *Chaimite*. (Ribeiro, 1916, p. 67)

O Comandante Ribeiro acreditava que com o efetivo que possuíam e com as baixas sofridas, a força tinha obrigação de ter conquistado a fábrica, pois um desastre daqueles sem se ter efetuado ação nenhuma era injustificável. Questionava-se também acerca do motivo pelo qual foram utilizadas as peças de 87 mm quando à partida se sabiam que os seus projéteis eram de má qualidade e que raramente atingiam o seu alvo. Deveriam ter sido utilizadas peças *Canet* de 75 mm, tal como existia em Namiranga. Sabia-se que o tiro destas peças era fidedigno e certo. Como tal, deveria ter-se trazido uma de Namiranga e instalá-la em Namáca, para pelo menos possuir uma destas peças a apoiar cada um dos locais de desembarque. (Ribeiro, 1916, p. 58)

Questionava-se também do porquê de terem mandado recuar as forças que saíram de Namiranga, quando estas já quase tocavam em terra. O desembarque destas forças podia ter sido o suficiente para atacar os Alemães pelo flanco e pela retaguarda, dividindo assim a sua atenção, enfraquecendo-os e permitindo ao pessoal que se dirigia a Tokoto recuperar. Deveria ter-se redirecionado o fogo que se dirigia para a margem inimiga em frente a Namiranga para a fábrica. (Ribeiro, 1916, p. 60)

Na tarde do dia 27, o *Luabo* efetuou o transporte de vários feridos e doentes para o sul a fim de receberem tratamento. Também a lancha inglesa *Thistle* forneceu todo o gelo e água gelada que conseguiu arranjar, para o tratamento de pessoal a bordo do *Adamastor*. O comandante da *Chaimite*, Primeiro-tenente Matos Preto, subiu a bordo do *Adamastor* e contou ao Comandante Ribeiro o seu arrojado plano de tentar resgatar 2 escaleres encalhados na margem inimiga. O Comandante Ribeiro tentou demove-lo deste plano, afirmando que a probabilidade de existirem sobreviventes a bordo era muito

reduzida e que não justificava perderem-se mais vidas, contudo não o conseguiu demover desta ideia e o Tenente Matos Preto foi capturado na margem inimiga. (Ribeiro, 1916, p. 64 e 65)

Na noite de 27 para 28 de Maio na Ilha de Namáca, apenas as sentinelas de Marinha se mantinham acordadas, as praças do Exército da guarnição daquela ilha encontravam-se todas a dormir. Se se verificasse algum ataque e apenas estas ultimas se encontrassem de serviço, teria sido um massacre. (Ribeiro, 1916, p. 66)

Este desastre abalou imenso a moral da guarnição do *Adamastor* e teve um impacto enorme na maneira como os Portugueses observavam o Rovuma. Era impossível controlar completamente a baía do Rovuma e existia um perigo iminente de qualquer embarcação que lá passasse ser atacada da margem Alemã. (Ribeiro, 1916, p. 67)

Nesta pequena lista pode-se observar todo o trabalho feito pelos marinheiros na ilha de Namáca:

- Abriram dois fossos para as munições das carabinas e para as munições das peças; (Ribeiro, 1916, p. 70)
- Aprofundaram e camuflaram corretamente todas as trincheiras já existentes; (Ribeiro, 1916, p. 70)
- Abriram um caminho coberto, de cerca de 300 m entre o Reduto de Marinha e as outras trincheiras; (Ribeiro, 1916, p. 70)
- Construíram e assentaram os estrados para fixar as 2 peças de 37 mm e a peça de 47 mm. (Ribeiro, 1916, p. 70)
- Assinalaram com boias de madeira os canais navegáveis desde o fundeadouro da *Chaimite* até à Ilha de Namáca; (Ribeiro, 1916, p. 71)
- Efetuaram todo o transporte de descarga de material e mantimentos e transporte de soldados desde o ancoradouro dos pangaios até ao posto de Namáca. (Ribeiro, 1916, p. 71)

### **3.10 Dia 28 de Maio**

Regressaram a Namáca 9 soldados europeus e 6 indígenas que tinham ficado em tratamento no *Adamastor*, levando consigo os espólios do Tenente Amorim e de alguns soldados falecidos. O Comandante Ribeiro determinou à *Chaimite* que ancorasse na baía e que saísse do rio, levando no seu comando o Primeiro-tenente João Bello. Todas as

embarcações da esquadilha e o pessoal que lá operava regressaram ao *Adamastor*, à exceção de um salva-vidas que ficou encalhado e do escaler a gasolina da *Chaimite*. (Ribeiro, 1916, p. 71)

Nestes confrontos a *Chaimite* quase ficou sem a sua artilharia, emprestando as suas peças às embarcações da esquadilha e ao reduto de Marinha da ilha de Namáca. Perdeu também um escaler a gasolina, 2 marinheiros e o seu destemido e solidário comandante. (Ribeiro, 1916, p. 75)

O Comandante Ribeiro fez também algumas observações relativamente ao armamento utilizado. As metralhadoras *Nordenfelt* apesar de terem funcionado corretamente não eram próprias para desembarques, pois não tinham proteção e expunham demasiado o seu municionador. As peças *Krupp* do *Adamastor* nunca atingiram o alcance dado pelas tabelas de tiro. Os projeteis das peças de 10,5 mm utilizadas pelo *Adamastor* rebentavam à boca ou então a curta distância da peça e as munições da peça de 15 do castelo deram inúmeras falhas de fogo. As peças de 37 mm utilizadas nos escaleres a vapor funcionaram corretamente. (Ribeiro, 1916, p. 75)

### **3.11 Dia 29 de Maio**

O vapor *Luabo* saiu bem cedo em direção ao *Africa* que transportaria alguns dos seus feridos para Lourenço Marques. A *Chaimite* efetuou uma busca por toda a margem inimiga, tentando avistar algum sobrevivente que se tivesse refugiado no mato, contudo não se avistou ninguém. (Ribeiro, 1916, p. 77)

A *Chaimite* largou para Quionga às 13 horas, transportando o Governador-geral e os seus ajudantes. O Comandante Ribeiro solicitou ao governador para sair do Rovuma, visto não se justificar agora a permanência do *Adamastor* no Rovuma. O navio necessitava de abastecer de carvão, aguada e frescos, bem como retirar a sua guarnição daquele estado de violência vivido durante vários dias. Os marinheiros necessitavam de dar algum descanso ao corpo e à mente. Assim, depois de prestar uma breve homenagem a todos os camaradas falecidos durante os últimos dias e proferir uma breve alocução, o Comandante Ribeiro, mandou levantar ferro e partiram em direção a Zanzibar. (Ribeiro, 1916, p. 78, 79 e 80)



## **4. A colaboração com a coluna de Manica na 2ª Revolta do Barué**

### **4.1 A coluna de Manica**

A 2ª Revolta do Barué teve início em 1916, altura em que o *Adamastor* se encontrava em reparações em Lourenço Marques e a sua guarnição a prestar serviço em terra. (Inso, 2006, p. 136)

Esta revolta tinha como cabecilha o régulo Macombe e ocorreu numa altura crítica em que as forças do General Alemão Von Lettow já se encontravam em Quelimane e ao longo do Rio Zambeze. Os revoltosos revelavam conhecimentos de guerra e técnicas que relembavam facilmente o estilo dos Alemães, deixando assim a forte impressão de serem impulsionados pelos mesmos. (Inso, 2006, p. 138)

No dia 27 de Abril o chefe do gabinete do Governo-geral Capitão de Engenharia Pompeu Meireles Garrido subiu a bordo do *Adamastor*, solicitando material de artilharia e munições para ajudar as forças da província, os quais lhe foram prontamente disponibilizados. No dia seguinte é o Governador-geral interino, General Belegardo da Silva a solicitar ao *Adamastor* que disponibilizasse todos os homens disponíveis para apoiarem as forças da província. Contudo este pedido era mais difícil de realizar pois os marinheiros eram poucos e encontravam-se em fraco estado de saúde. Contudo, após o apelo do imediato do navio ao patriotismo dos marinheiros e após fazê-los ver que a situação das forças da província também não era das melhores, todos eles se deram como voluntários, era então necessário escolher os elementos que seguiriam para o Barué. (Inso, 2006, p. 137)

Todos os Guardas-marinhas se deram todos como voluntários para comandar a secção, tendo sido necessário tirar à sorte o comandante da mesma. O escolhido viria a ser o ainda Guarda-marinha, Prestes Salgueiro. Muitos dos Guardas-marinhas lavados em lágrimas imploraram ao imediato que o deixasse comandar a secção, tendo o mesmo que dolorosamente lhes negar esse pedido, uma vez que o comandante já estava escolhido. Assim se demonstrava o carácter dos homens que serviam a Marinha, quer fossem praças ou oficiais. (Inso, 2006, p. 138)

A coluna de Manica era constituída por 13 Europeus (entre eles 1 oficial, 1 sargento, 10 cabos e guardas e 1 enfermeiro civil), 44 indígenas cuja maioria eram praças adidas à guarda policial, 36 auxiliares indígenas maioritariamente serviçais e

carregadores, 13 animais de carga e 3 viaturas. Era comandada pelo Capitão de infantaria António Cardoso de Serpa e tinha como principal objetivo impedir a entrada dos revoltosos do Barué em Manica e capturar todos os revoltosos que se encontrassem na circunscrição de Manica. Procurava-se assim que regressassem os pacíficos e trabalhadores colonos da região de Manica que haviam sido afugentados pelos revoltosos. (Serpa, 1918, p. 1, 5, 23 e 24)

## **4.2 Chegada da secção de Marinha a Inhamucarara**

O Segundo-tenente António Luiz de Gouveia Prestes Salgueiro e a sua secção de metralhadoras encontravam-se a prestar serviço em Chimoio, quando receberam indicações para seguir para Manica, com o objetivo de reforçar a coluna do Capitão Serpa. A força possuía apenas uma metralhadora e era constituída por 10 praças de Marinha, 4 guardas e 2 voluntários civis Walter William Gibbs e João Batista Ruivo, (agrimensor da companhia e amanuense da repartição do trabalho indígena) chegou a Macequece na noite de 13 de Maio e na madrugada do dia 14 partiu em dois automóveis e um camião em direção a Inhamucarara. (Serpa, 1918, p. 46)

Ao chegarem ao seu destino, o Tenente Salgueiro deparou-se com vários rebeldes que destruíam a ponte do Inhamucarara e de imediato investiu sobre os mesmos, fazendo com que os rebeldes fugissem, ferindo vários e matando um. Ao ser informado por um cipaio<sup>10</sup> de que o Capitão Serpa se encontrava já há 3 dias em confrontos com os rebeldes e ao ouvir o inimigo gritar que já todos os brancos estavam mortos, o Tenente Salgueiro decide deixar a metralhadora com dois marinheiros, 4 guardas e um dos voluntários em Inhamacurara e segue na madrugada do dia 16 com oito marinheiros e o voluntário Gibbs para o acampamento do Capitão Serpa, no Honde. (Serpa, 1918, p. 47)

O Capitão Serpa teceu bastantes elogios, salientando a extraordinária audácia, abnegação e coragem do Tenente Salgueiro, por apenas com 9 homens, sem conhecer o caminho, o inimigo e as suas capacidades ter corrido em auxílio dos seus camaradas que se julgava estarem em apuros. (Serpa, 1918, p. 47)

---

<sup>10</sup> Termo proveniente da palavra hindi *shipahi*, que significa soldado. Estes soldados foram trazidos no séc. XVIII da Índia Portuguesa para Moçambique, devido à escassez de reforços militares. Mais tarde foram sendo incorporados nesta força elementos nativos de Moçambique. (Rodrigues, 2006, p. 58)

### **4.3 Reconstrução da ponte de Inhamucarara**

Por forma a garantir a comunicação entre Macequece e Inhamucarara, tornava-se necessário reconstruir a ponte de Inhamucarara e lá estabelecer um posto defensivo para impedir qualquer tentativa de destruição por parte dos rebeldes. O Tenente Salgueiro partiu ao fim de duas horas do Honde, iniciando de imediato a construção do posto e passados dois dias iniciou-se a reconstrução da ponte, sob a direção do condutor de obras públicas, Manoel Maria Duarte de Carvalho que trouxe também pessoal de Macequece para ajudar nos trabalhos. (Serpa, 1918, p. 48)

Integrado na coluna de Manica, comandada pelo Capitão Serpa, o Tenente Salgueiro apesar de comandar uma secção, ficou no comando de um pelotão. Este pelotão possuía como armamento um canhão *Hotchkiss*, além da metralhadora que a secção de Marinha já possuía, ficando assim com um poder de fogo bastante elevado. (Serpa, 1918, p. 49)

Mais uma vez o Capitão Serpa teceu vários elogios ao Tenente Salgueiro, pela boa vontade e dedicação com que assumiu o comando deste pelotão e pela bravura e competência demonstradas em todas as operações em que participou. (Serpa, 1918, p. 50)

### **4.4 O Combate do Manomué**

O Tenente Salgueiro e o seu pelotão tiveram especial destaque neste combate. A coluna encontrava-se numa zona com um terreno bastante acidentado, zonas de vegetação densa e vários cursos de água o que dificultava a progressão a qualquer força, quanto mais a uma que transportava viaturas. A guarda avançada da coluna, comandada pelo Tenente Salgueiro procedia a um reconhecimento do rio e das suas margens quando foi investida pelo inimigo que se encontrava entrincheirado. O Tenente Salgueiro, dando provas das inúmeras qualidades que lhe são destacadas pelo seu comandante, reage de imediato, lançando um assalto conjuntamente com os soldados indígenas em direção à posição inimiga, fazendo com que estes batassem em retirada. (Serpa, 1918, p. 78)

A força demonstrou uma verdadeira atitude guerreira e que qualquer comandante espera dos seus subordinados e isto é comprovado pela forma como fizeram ininterruptos avanços de uma posição desvantajosa, para uma posição mais elevada no terreno e que à partida conferia vantagem aos rebeldes. Escusado será dizer que os rebeldes possuíam também o efeito de surpresa do seu lado. (Serpa, 1918, p. 79)

O Tenente Salgueiro e a sua força tiveram também especial destaque, quando ao procederem a um reconhecimento na região de Putir, em Gorongoza, atacando de surpresa um acampamento de rebeldes, matando 31 rebeldes, aprisionando 12 homens, 51 mulheres e 59 crianças. (Serpa, 1918, p. 106)

A força de Marinha deixou a coluna e regressou a Lourenço Marques a 19 de Dezembro de 1917. (Serpa, 1918, p. 131)

A participação desta secção nestas operações, revela como o pessoal de Marinha se entrega ao cumprimento da missão e como o espírito de sacrifício e de abnegação estão sempre presentes quer no dia-a-dia a bordo ou no serviço de campanha.

#### **4.5 A Esquadilha do Zambeze**

A Esquadilha do Zambeze constituída pelas lanchas *Salvador* e *Zamba*, comandadas respetivamente pelos Primeiro-tenente Jerónimo de Bivar e Primeiro-tenente Birne, também tiveram especial destaque nesta campanha. Estes navios mercantes foram requisitados pelo facto da lancha *Sena* se encontrar inoperacional e a *Tete* se encontrar bastante danificada devido a uma explosão na sua caldeira. (Inso, 2006, p. 138)

Estas lanchas executaram bombardeamentos às posições inimigas na margem do rio e apoiavam os colonos e comboiavam forças amigas no rio. Participaram também na tomada de Massangano, o ultimo reduto dos revoltosos. O Governador do distrito de Tete, teceu fortes elogios à *Salvador*, afirmando que esta tinha salvo Tete. (Inso, 2006, p. 139)

## 5. Batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique

### 5.1 A revolta dos marinheiros

A revolta dos marinheiros foi uma tentativa de revolução falhada de alguns elementos de Marinha, que ocorreu no dia 8 de Janeiro de 1918 e ocorreu a bordo do cruzador *Vasco da Gama* e no quartel de marinheiros. (Brandão, 1983, p.127)

Os marinheiros fiéis à república, à democracia e ao governo de Afonso Costa encontravam-se descontentes com o facto de terem sido obrigados a desfilar numa formatura em que se comemorava a vitória das forças lideradas por Sidónio Pais<sup>11</sup> e como se isso não bastasse, foram obrigados a desfilar desarmados. Esta foi apenas uma das primeiras humilhações de Sidónio aos marinheiros. A segunda chegou no dia 8 de Janeiro por volta das 14 horas, quando um camião chegou ao quartel dos marinheiros em Alcântara, com o objetivo de levar todas as munições que lá existiam. Perante tal atitude, inicia-se de imediato uma onda de resistência da parte dos 3 sargentos e das 100 praças presentes. (Brandão, 1983, p.128)

Sidónio Pais como já previa que existisse resistência da parte dos marinheiros, mandou a sua tropa ocupar posições em volta do quartel de marinheiros, bem como na rotunda, no alto do Monsanto e no castelo. Encontrava-se ele próprio a comandar as operações no terreno e estava preparado para agir a qualquer momento. (Brandão, 1983, p.128)

Após uma noite de intensa chuva e tendo os marinheiros ficado abandonados à sua sorte pelos oficiais, bastou ao Tenente Sidonista Teófilo Duarte entrar no quartel e aceitar a rendição dos marinheiros, reconhecendo-lhes a bravura e valor:

“Rapazes... Sois uns valentes... Quem me dera comandar-vos. Como gostaria de vos comandar!” (Brandão, 1983, p.129)

Após esta tentativa falhada, no dia seguinte o *Vasco da Gama* posiciona-se em frente ao Terreiro do Paço, tentando dar novo ímpeto à revolta dos marinheiros, contudo Sidónio Pais já tinha toda a artilharia da cidade apontada ao navio. Sidónio encontrava-

---

<sup>11</sup> Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais nasceu a 1 de Maio de 1872, em Caminha. Foi Major do Exército e a 5 de Dezembro de 1917 liderou uma revolta militar triunfante que afastou do poder o antigo presidente Bernardino Machado. Nesta mesma altura, Afonso da Costa (antigo líder do Partido Republicano Português e antigo Ministro das Finanças) é preso. Sidónio Pais deixou o poder a 14 de Dezembro de 1918, data em que ocorreu o seu assassinato por José Júlio da Costa, na estação do Rossio. (República, 2015)

se no Castelo de S. Jorge e é com bastante orgulho que o próprio desfere um tiro de artilharia sobre o cruzador *Vasco da Gama*. E sem desistir, continua a direcionar as peças de artilharia do castelo ao *Vasco da Gama*, não tendo o navio outro remédio que não o de se render. Eram visíveis as marcas dos projeteis no convés, na popa e também num paiol do navio. (Brandão, 1983, p.129)

Sidónio, impiedoso, não desiste, e continua a mandar disparar sobre tudo o que movimentava no Tejo, disparando inclusivamente para as baleeiras onde se refugiavam revoltosos que já se tinham rendido e para os salva-vidas de outros navios que no meio do aparato também se fizeram à água. Este acontecimento, extremamente negativo e em especial para a coesão das Forças Armadas de Portugal foi amplamente divulgado como um feito extraordinário, pela propaganda de Sidónio Pais. (Brandão, 1983, p.129)

Poucos conheciam a situação do *Vasco da Gama* e poucos sabiam que este se encontrava em reparação na doca da Parceria Lisbonense e o quão difícil foi fazê-lo navegar a pouca distância até este se posicionar. Este navio que não se encontrava em condições de travar um combate e a sua artilharia não se encontrava à altura das peças de Sidónio. (Brandão, 1983, p.130)

Como consequência deste episódio, 242 marinheiros são presos e enviados para Caxias, só sendo posteriormente libertados, para serem enviados para Moçambique. (Brandão, 1983, p.130)

## **5.2 A criação do batalhão**

O batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique foi criado oficialmente pelo decreto-lei n.º 4086/1918 de 5 de Abril e o seu principal objetivo era cooperar em Moçambique no combate à ameaça alemã que surgia da antiga África Oriental Alemã. É precisamente neste batalhão, que se vão incorporar as praças de Marinha, deportadas para Moçambique após a tentativa falhada de revolução de 8 de Janeiro de 1918. Contando com estas, esperava-se que o batalhão tivesse um efetivo de mil praças. Estas praças, que já se encontravam em Moçambique antes da elaboração do decreto, encontravam-se numa complicada e delicada situação, pois apesar de se encontrarem abonadas em termos de vencimento ao cruzador *Adamastor*, encontravam-se em duras campanhas pelo sertão de Moçambique ao lado de companhias indígenas e sob o comando de oficiais do Exército. (Bicker, 1920, p. 1)

Apesar destas praças terem sido incorporadas no batalhão sem opção de escolha, muitos militares deram-se como voluntários para lá prestar serviço, são exemplo disso o seu comandante Capitão-de-fragata Judice Bicker, o 2º comandante Capitão-tenente Henrique Quirino da Fonseca, bem como vários oficiais, sargentos e praças. (Bicker, 1920, p. 2)



Fig. 5- Capitão-de-fragata Judice Bicker<sup>12</sup>



Fig. 6- Capitão-de-fragata Quirino da Fonseca<sup>13</sup>

Apesar de parecer uma ingrata comissão, segundo o seu comandante:

---

<sup>12</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

<sup>13</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

“Teria pelo menos o estimável intuito de agrupar sob a autoridade de oficiais da Armada, praças que, embora consideradas em serviço da PÁTRIA, se encontravam no maior numero, violentamente separadas dos seus legítimos superiores e até da propria corporação.” (Bicker, 1920, p. 2)

Por instrução do ministro das colónias, o batalhão ficaria na dependência do Governador-geral de Moçambique, o Coronel Massano de Amorim. (Bicker, 1920, p. 6 e 8)

Apesar do cruzador *Almirante Reis* não reunir as condições necessárias para lá habitarem os marinheiros, nem possuir armamento, foram sendo lá reunidos os marinheiros que seguiriam para Moçambique. (Bicker, 1920, p. 2)

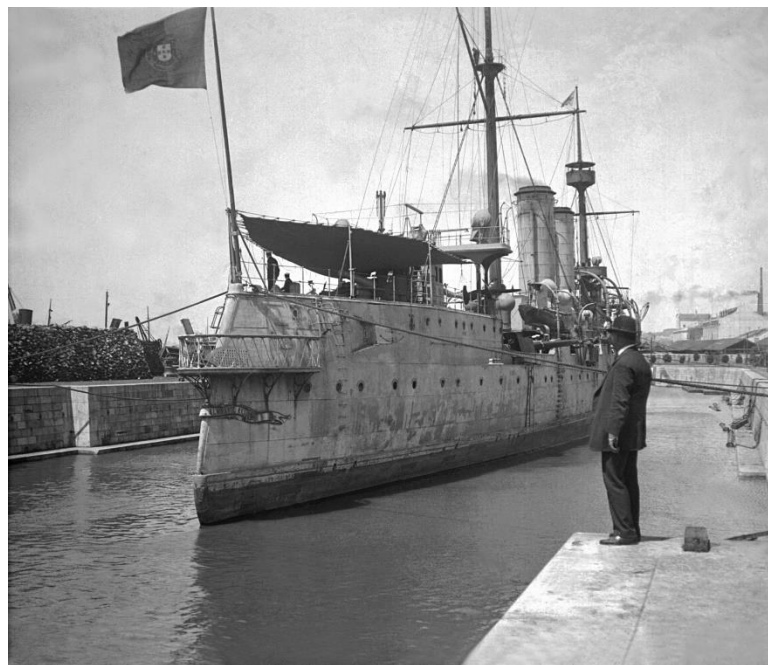


Fig. 7-Cruzador *Almirante Reis* na doca seca nº1 da exploração do porto de Lisboa<sup>14</sup>

O processo de seleção das praças a alistar no batalhão não foi feito nas devidas condições nem a nível sanitário nem disciplinar. Algumas praças podiam não sofrer de uma doença grave, mas não possuíam a robustez física e algumas nem sequer a idade, para aguentar uma dura campanha enfrentando inúmeras condições adversas em África. Este processo foi de tal forma mal elaborado, que o batalhão chegou a servir de escape

---

<sup>14</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 61

para algumas unidades enviarem os seus elementos mal comportados, com problemas disciplinares e considerados inúteis. (Bicker, 1920, p. 3)

Segundo o Comandante Bicker (1920, p. 3), para derrotar os Alemães nos combates travados nas nossas colónias era necessária uma força organizada de forma semelhante a eles mesmos, e já tinha sido verificado na altura em várias publicações, que a orgânica adotada pelo batalhão de Marinha ou as companhias indígenas que eram utilizadas em combates com os indígenas, não eram adequados para travar combates rápidos e explosivos como era a abordagem dos Alemães.

O General Von Lettow, comandante das forças Alemãs na África oriental, é considerado hoje em dia como um dos pioneiros da guerra de guerrilha. Este tipo de combate caracteriza-se por confrontos rápidos, bastantes emboscadas e é dada muita primazia ao efeito de surpresa. Pode-se até caracterizá-la como uma guerra de confrontos do “bate e foge”.

O Comandante Bicker (1920, p. 3) afirma que nem os Portugueses nem os Ingleses tiveram estes requisitos em consideração aquando da adoção das suas organizações operacionais.

Já às forças indígenas do Congo que travaram batalhas com os Alemães, o Comandante Bicker tece-lhes bastantes elogios, salientando a excelente instrução que tiveram, o seu bom armamento e as qualidades de liderança, espírito de sacrifício, experiência e adaptação ao clima tropical dos oficiais e sargentos. Os oficiais e sargentos sabiam lidar com os indígenas e segundo ele, eram estes os fatores chave para o sucesso no combate com os Alemães. Salientava também que o facto dos graduados das forças Congolesas não se encontrarem “permanentemente obcecados com a ideia de um breve regresso á Metropole” também ajudava bastante. (Bicker, 1920, p. 4)

Ao saber pelo diretor do material de guerra de Marinha que as munições da carabina *Mannlicher* davam cerca de 50% de falhas de fogo ao serem disparadas, o Comandante Bicker conseguiu que o batalhão utilizasse a espingarda *Mauser-Vergueiro*, que se revelava ser mais eficaz e fidedigna que a opção anterior. (Bicker, 1920, p. 4)

Todo o procedimento logístico referente ao equipamento, mantimentos e armamento a seguir para Moçambique não foi um procedimento rápido e fácil, foi antes uma tarefa árdua, meticulosa e longa, que se prolongou durante 4 meses e praticamente

até ao dia da saída do batalhão de Lisboa. Salientaram-se pelo seu esforço e dedicação nesta tarefa o Primeiro-tenente João Capelo e o Segundo-tenente do secretariado naval Carlos Ayres. (Bicker, 1920, p. 4)

Como meio de transporte para Moçambique, foi fretado pelo governo o paquete *Lourenço Marques*, tendo embarcado no dia 16 de Junho de 1918 e largado na manhã de 17, 16 oficiais, 38 sargentos, 399 praças e ainda como adidos 1 cabo hípico e 1 cabo ferrador, perfazendo um total de 455 militares do batalhão. Faltaram ao embarque 38 praças, sendo mais tarde autuadas. (Bicker, 1920, p. 5)

### **5.3 Em viagem**

O paquete *Lourenço Marques* saiu à barra por volta das 11 horas do dia 17 com o Comandante Bicker como seu capitão de bandeira, e foi comboiado até ao sul da Madeira pela canhoneira-torpedeira *Tejo*. (Bicker, 1920, p. 5)

O facto de as praças terem sido reunidas em Lisboa repentinamente e sem condições nenhuma, levou a que não se conseguisse proceder à correta instrução das mesmas para efetuarem uma campanha em África com sucesso e muito menos se conseguiu adestrá-las com a arma que iriam utilizar no terreno. A primeira vez que as praças tiveram contacto com as armas foi a bordo do *Lourenço Marques*. (Bicker, 1920, p. 5)

Devido ao elevado número de praças a bordo era bastante difícil efetuarem-se atividades de instrução. Como tal, o Comandante Bicker aproveitou para tentar melhorar a disciplina das praças, regularizar os seus uniformes e proceder-se à estruturação da organização operacional do batalhão, dividindo-o em 3 companhias, uma bateria de 6 metralhadoras e serviços de secretaria, administrativos, transportes, saúde e artífices. Na estruturação efetuada foram tidas em conta a dispersão dos elementos perturbadores pelas subunidades e como não poderia deixar de ser, as classes dos militares. Foi-se também efetuando vacinação contra a varíola e tratamento contra a sífilis aos militares que o necessitavam. (Bicker, 1920, p. 6)

No dia 4 de Julho de 1918, enquanto o navio fazia escala em Luanda, teve as suas duas primeiras baixas, o cabo António Augusto Barbosa e o 1º artilheiro Joaquim Alberto, por motivo de tuberculose. (Bicker, 1920, p. 6)

O navio fez ainda escala no porto de Lobito e na Cidade do Cabo a 15 de Julho, onde foi reforçado com 26 cavalos destinados aos oficiais e os respectivos arreios. Na Cidade do Cabo descobriu-se pelos jornais locais que nos dias 1, 2 e 3 os Alemães tinham atacado Nhamacurra, situada a 25 milhas para norte de Quelimane, destruindo as tropas Portuguesas e Inglesas. Tinham também apreendido a artilharia Portuguesa e aprisionado 19 oficiais Portugueses. (Bicker, 1920, p. 7 e 8)

A informação não fluía de forma correta e como consequência, em Lisboa existia um desconhecimento acerca da forma como se combatia o inimigo na África Oriental. Este ataque por parte dos Alemães foi a prova disso. Existia ainda quem dissesse, nas vésperas da partida do batalhão para África, que este já não ia lá fazer nada pois já não existia inimigo para combater. Contudo, se o batalhão tivesse chegado a África com algum tempo de antecedência, teria sem dúvida participado nesta batalha e assim aumentado a sua folha de serviço. (Bicker, 1920, p. 7)

Á semelhança do que havia feito em Luanda, quando chegou à Cidade do Cabo, o Comandante Bicker telegrafou o Governador-geral de Moçambique para saber aonde se dirigiria o batalhão assim que chegasse a Moçambique, mas mais uma vez não obteve resposta. Não obstante, o cônsul Português na Cidade do Cabo já tinha instruções de que o batalhão seguiria para a província de Moçambique, facto que este que surpreendeu o Comandante Bicker pois devido ao ataque a Nhamacurra, este julgava ser vantajoso colocar o batalhão em Quelimane. Grande parte da população de Quelimane encontrava-se refugiada nos navios de guerra e mercantes lá situados e foi por um feliz acaso que esta localidade não foi atacada. (Bicker, 1920, p. 8)

#### **5.4 A chegada a Moçambique**

O paquete *Lourenço Marques* largou da Cidade do Cabo no dia 17 e atracou em Lourenço Marques no dia 22 de Julho, onde se encontrava o chefe de estado-maior da província, o Coronel Cabrita, em representação do Governador-geral que se havia deslocado a Quelimane, por motivo do ataque a Nhamacurra. Como o Coronel Cabrita não possuía informações relevantes para o batalhão, o Comandante Bicker pediu-lhe que telegrafasse o Coronel Amorim para saber se o batalhão se dirigia para a ilha de Moçambique ou para o continente. Foi rapidamente respondido que o destino do batalhão era Mossuril. (Bicker, 1920, p. 8)



Fig. 8- Deslocamento de uma companhia<sup>15</sup>

Antes de partirem para Mossuril, a força necessitava de satisfazer algumas das suas necessidades logísticas, tanto a nível de armamento como de mantimentos. Como tal, decidiu-se armar o pessoal das secções de metralhadora com carabinas *Mannlicher* que se encontravam no depósito do material de guerra da província, pelo facto das munições das metralhadoras serem do mesmo calibre que as *Mannlicher*. Foram também atribuídos dois veículos ao batalhão para transporte de material, metralhadoras, munições, mantimentos, rações para o gado e qualquer outro material que necessitassem de transportar. (Bicker, 1920, p. 9)

Apesar de o Ministro das Colónias ter dado ordens para que se reservasse em Lourenço Marques bacalhau, açúcar, farinha, sal, chá, café e tabaco, apenas foi fornecido ao batalhão tabaco, com a desculpa de que os restantes mantimentos se encontravam em quantidades abundantes na província de Moçambique. Também os veículos e a gasolina lá se encontrariam à espera do batalhão. Salvaguardando-se no caso de estas promessas não serem verdadeiras, antes de partir, o Comandante Bicker decidiu comprar a bordo do *Lourenço Marques* açúcar e café. (Bicker, 1920, p. 9)

O paquete *Lourenço Marques* saiu no dia 28 de Julho de Lourenço Marques e chegou à província de Moçambique no dia 1 de Agosto. (Bicker, 1920, p. 10)

## 5.5 Alterações de efetivos

Mais duas baixas para o batalhão ocorreram no dia 23 de Julho, quando os grumetes Pita Praça e Martins Torres foram enviados para o hospital de Lourenço

---

<sup>15</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 202

Marques, tendo o último falecido no dia 26 de tuberculose. Já nesta altura o batalhão contava com 4 baixas e todas por motivo de doença, o que demonstra o mau estado de saúde dos seus militares. (Bicker, 1920, p. 10)

Nesse mesmo dia o batalhão recebeu um reforço de 4 oficiais oriundos do cruzador *S. Gabriel*, o Primeiro-tenente Santos Pedro e os Guardas-marinhas Castela, Mendonça e Saraiva. O dia 25 de Julho foi um dia marcado pelos castigos disciplinares. O 1º marinheiro Mateus Martins e o 1º Artilheiro Viana Gonçalves apresentaram-se nesse dia no quartel-general da província, a fim de cumprirem 30 dias de prisão por indisciplina a bordo. Também 2 grumetes, Luiz Teixeira e Trindade Albino, pela sua conduta e atitude incorreta e incorrigível, são nesse dia passados às tropas da província. Dia 26 chega um reforço de peso ao batalhão, 2 sargentos e 58 praças também oriundos do cruzador *S. Gabriel*. No dia 27, mais penas disciplinares, dessa vez para o fogueiro Fernandes, que teria de responder perante conselho de guerra por ofensas corporais. (Bicker, 1920, p. 10)

No dia 1 de Agosto, já na província de Moçambique, apresentam-se os Guardas-marinhas Arantes Pedroso, Roma, Gualberto Freitas, 2 sargentos e 3 praças, todos oriundos do cruzador *Adamastor*. As 225 praças que estavam adidas ao *Adamastor* para efeitos de vencimento, destacaram neste dia para o batalhão. Apesar de muitas se encontrarem em diversas situações e espalhadas pela região, assim que fosse oportuno haveriam de se apresentar ao comando do batalhão. (Bicker, 1920, p. 11)

O Governador do Distrito de Moçambique apenas possuía informação de que o batalhão haveria de ficar alojado numa escola em Mossuril e a cerca de 2 km nas antigas casernas do esquadrão que tinha guarnecido aquela zona durante o governo de Mouzinho de Albuquerque, antigo Governador-geral de Moçambique (durante o ano de 1896). Quanto a informações de carácter estratégico ou operacional acerca do empenhamento do batalhão, nada possuía para o Comandante Bicker, facto que deixou o mesmo deveras surpreendido. (Bicker, 1920, p. 11)

## **5.6 No Lumbo**

Visto a pequena localidade do Lumbo ser uma das extremidades de uma linha férrea que se dirigia para o interior e ser mais acessível para a descarga de material, este seria um excelente ponto para montar o depósito do batalhão. Como prova deste facto,

serve o exemplo das forças Inglesas que operavam no nosso território e possuíam no Lumbo uma base. (Bicker, 1920, p. 11)

Como tal no dia 1 de Agosto, o paquete *Lourenço Marques* fundeou no Lumbo e deu-se início à descarga de material. Esta faina de material demorou 10 dias e foi extremamente difícil devido à falta de lanchas e rebocadores que se encontravam a efetuar descarga de material para as forças Inglesas também no Lumbo. O facto de em terra não existir uma ponte ou um cais de atracação dificultava também bastante este processo, pois aquela era uma zona com pouco declive na parte molhada, bastante espraçada ao ponto de qualquer embarcação ficar atolada numa zona sem água e a grande distância de terra aquando da baixa-mar. Como tal todo o processo de desembarque era feito a grande distância de terra. Esta tarefa foi em parte facilitada, pelos incansáveis esforços e dedicação do capitão do porto de Moçambique, o Primeiro-tenente Almeida Couceiro. Durante esta faina o pessoal deparou-se com vários barris de vinho que se encontravam impróprios para consumo, talvez pela má arrumação ou excessivas baldeações da zona onde se encontravam os barris, causando assim algum prejuízo. (Bicker, 1920, p. 12)

Durante esta faina, no dia 3, mais uma vez se verifica um exemplo de má comunicação, quando o Governador-geral de Moçambique telegrafa o Comandante Bicker, perguntando-lhe que indicações havia este recebido da metrópole. Certamente não teria o Coronel Amorim recebido qualquer indicação da metrópole. Como tal, Juizice Bicker apenas lhe respondeu que as indicações tinham sido limitadas ao facto de o batalhão se encontrar agora na dependência do Governador-geral de Moçambique e que já desde Luanda que tentava entrar em contacto com o mesmo. (Bicker, 1920, p. 14)

No dia 5 chegou a informação de que uma companhia se deveria encontrar a partir daquele momento em estado de prontidão com mantimentos para 30 dias, caso surgisse a necessidade de entrar em ação, contudo com o desembarque de material ainda a decorrer, esta condição ficava bastante dificultada. Só no dia 11, após ter sido concluída a faina de material, pôde o Comandante Bicker dar a força como pronta, mas alertando para a situação de que a força não tinha tido o devido treino e instrução. (Bicker, 1920, p. 15)

Só depois de realizada esta faina de material partiram os militares do batalhão para Mossuril, com mantimentos para um mês. (Bicker, 1920, p. 11)

## 5.7 Em Mossuril

Já em Mossuril, ficaram os oficiais hospedados na escola, que apesar de não reunir as condições necessárias, era bem melhor que as tendas de campanha. As 2 companhias foram divididas pelas casernas de um antigo esquadrão de cavalaria e entre umas casernas de capim e madeira que se construíram de propósito para uma das companhias. Junto destas últimas ficou também o gado atribuído ao batalhão. (Bicker, 1920, p. 12)

Nesta altura o batalhão contava com 741 militares, entre os quais existiam 22 oficiais, 42 sargentos, 674 praças e 2 praças adidas do exército. (Bicker, 1920, p. 13)

A água era uma das principais preocupações e motivo de trabalho do batalhão pois a água de Mossuril era de fraca qualidade e como tal viam-se os militares obrigados a ir buscar água a uma nascente a grande distância do seu acampamento, pois todas as outras nascentes nas proximidades eram de inferior qualidade e volume de água. Para isto tinham de se deslocar em veículos emprestados ao batalhão que por sua vez também se verificavam não ser apropriados aos deslocamentos naquele terreno. (Bicker, 1920, p. 13)

Outro dos aspetos que o Comandante Bicker quis reforçar e que era bastante importante para qualquer força, especialmente para uma força como esta que tinha sido reunida tão repentinamente, era a instrução dos militares nas matérias relativas à campanha que teriam de iniciar a qualquer momento. (Bicker, 1920, p. 13)

Um aspeto negativo, mas com o qual já o Comandante Bicker contava, era não existirem os géneros prometidos ao batalhão, nem no Lumbo nem na Ilha de Moçambique. Bicker sabia que em Monapo, do outro lado da linha férrea de Moçambique existia uma base de abastecimentos Portuguesa e como tal contactou o comandante dessa base para lhe solicitar a entrega ao batalhão dos géneros que necessitavam, de dois veículos e gasolina. (Bicker, 1920, p. 13)

O Comandante Bicker solicitou ainda se seria possível a atribuição de 30 bois, para se irem abatendo à medida que fosse necessário, mas de nada lhe serviu, pois passado pouco tempo, informam-no de que a base em Monapo tinha sido praticamente destruída por um grande incêndio. (Bicker, 1920, p. 14)

Caso o batalhão não possuísse capacidade de sustentação própria, para algum tempo, este aspeto da falta de mantimentos seria tremendamente negativo. Pois além de afetar o estado físico e psicológico de todos, afetaria a maneira como as praças viam

aquela campanha a ser conduzida duvidosamente pelos oficiais ou poderiam até mesmo pensar que eles não estavam preocupados com as suas necessidades básicas e o seu bem-estar. (Bicker, 1920, p. 14)

Os serviços administrativos que apoiavam as forças expedicionárias não retiraram lições das campanhas anteriores e isto observava-se claramente na maneira como eram tratados os processos com o batalhão. Isto também se podia aplicar à grande maioria de operações realizadas em Moçambique, tendo sido necessária a atuação de 6 comandos superiores em apenas dois anos. Na situação oposta encontravam-se as forças Inglesas que foram visitadas pelo Comandante Bicker e com as quais ficou positivamente impressionado, devido à regularidade e correta forma com que tudo se procedia. (Bicker, 1920, p. 14)

No dia 14, chegou a indicação alterando a ultima, de que em vez de uma companhia, todo o batalhão deveria encontrar-se em prontidão. O Major Perry da Camara, oficial de ligação ao quartel-general do comandante em chefe das forças em operações contra os Alemães na África oriental, General Van Deventer, comunicou ao Comandante Bicker que o batalhão seguiria para Quelimane, pois os Alemães voltariam a atacar aquela zona vindos do Norte, ou por vontade própria ou por serem empurrados pelas forças aliadas. (Bicker, 1920, p. 15)

Sempre que havia tempo disponível, aproveitava-se para o treino próprio do batalhão. Não eram só as praças que treinavam com o armamento e o transporte das metralhadoras, também os oficiais treinavam com as suas montadas, pois como nunca deixou de ser, “ a gente do mar com facilidade a tudo se adapta.” (Bicker, 1920, p. 15)

## **5.8 Os primeiros casos de doença**

Não obstante da boa capacidade de adaptação dos marujos, um aspeto bastante difícil de controlar era o estado sanitário da força e no dia 17 com apenas uns dias de permanência no terreno já se encontravam dispensadas por motivo de doença cerca de 140 praças, aproximadamente um terço do batalhão. Já antecipando esta situação o Comandante Bicker determinou ao Dr. Ferreira d’Almeida que elaborasse uma lista de precauções e medidas a tomar para evitar as doenças, que foram amplamente divulgadas pelas praças (Bicker, 1920, p. 16)

Não bastava a gripe que se fazia sentir pelos militares do batalhão, por vezes também eram diagnosticados militares com mordeduras de carraças que lhes causava uma febre semelhante à do impaludismo. Isto verificava-se mais nos militares que dormiam nas casernas situadas perto do recinto do gado. Como tal, mudaram-se logo para mais longe nas suas tendas, aguardando a construção de novas casernas. Este aumento dos doentes e conseqüentemente, da população hospitalar, fez com que todas as tendas de campanha disponíveis fossem utilizadas para albergar doentes. (Bicker, 1920, p. 16)



Fig. 9- Tendas de abrigo<sup>16</sup>

## 5.9 A visita do General Van Deventer

No dia 10 de Agosto, antes do desembarque do batalhão em Mossuril, Van Deventer tinha expressado o seu desejo em passar revista ao batalhão, facto este que deixou o Comandante Bicker bastante orgulhoso, e disse ao General que assim que tivesse concluído o processo de alojamentos e assim que o batalhão estivesse pronto, o avisaria de imediato. (Bicker, 1920, p. 16)

Judice Bicker telegrafou Van Deventer no dia 14 de Agosto, informando que tudo se encontrava pronto para a sua visita e perguntando quando é que o General lhe poderia conceder a honra da sua visita. O General respondeu no dia seguinte avisando que se iria deslocar a Mossuril nesse mesmo dia. Esta mensagem chegou praticamente ao mesmo tempo que o General ao Mossuril, mas o Comandante Bicker prevendo que o General chegasse a qualquer momento já tinha todos os seus militares prontos para formar e todo

---

<sup>16</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 202

o material aprontado. Como tal, assim que chegou o General, o comandante limitou-se a mandar formar em linha todos os militares, que se encontravam uniformizados, equipados e armados como se fossem entrar em campanha nesse preciso momento. (Bicker, 1920, p. 17)

A força formou em frente à residência do Comandante Militar do Mossuril, terminando a formatura com o seu desfile, perfilando e prestando continência, ao General. O batalhão foi muito elogiado pela sua boa apresentação e postura. (Bicker, 1920, p. 18)



Fig. 10- Companhia de Marinha em marcha<sup>17</sup>

O Capitão Viana, ajudante de campo do Governador-geral de Moçambique, comunicou ao Comandante Bicker o que tinha ficado decidido na reunião entre o General Van Deventer e o governador. A partir daquele momento o batalhão ficava sob a dependência direta do General Deventer quanto ao seu empenhamento nas operações militares que se encontravam a decorrer naquela zona. O General acreditava veemente no sucesso das operações e foi logo entregue ao Comandante Bicker uma carta da área de operações. O Comandante Bicker passou a receber diariamente informação cifrada acerca de desenvolvimentos nas operações, movimentações e deslocamentos das forças e contactos com o inimigo. (Bicker, 1920, p. 18)

No dia 16 de Agosto o batalhão formou também para revista e desfilou para o Governador Geral de Moçambique, que ficou bastante satisfeito com o batalhão. Nesse

---

<sup>17</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 202

mesmo dia o Comandante Bicker recebeu indicações do General Deventer que o batalhão se deveria deslocar com urgência a Quelimane, pois era provável que as forças Alemãs que invadiam a região do Angoche, se deslocassem para sul em direção a Quelimane. O Governador-geral confirmou a Juiz Bicker a dependência do batalhão ao General Deventer. O Comandante Bicker aproveitou também para solicitar ao governador, em conformidade com o decreto criador do batalhão, que se apresentassem no batalhão as praças que desde o dia 1 se encontravam adidas ao batalhão em termos de vencimentos, mas que ainda se encontravam a prestar serviço noutras unidades da província. O governador afirmou não ser possível realizar este pedido de imediato, pois as ditas praças encontravam-se em Nampula a guarnecer vários postos e ainda não tinham quem as rendesse. (Bicker, 1920, p. 18, 19 e 20)

No dia seguinte o Comandante Bicker, voltou a telegrafar o Governador-geral, insistindo para que estas praças se apresentassem no batalhão. Contudo o Comandante Bicker acaba por descobrir que estas praças se encontravam em Nampula por determinação do General Deventer, o que o deixou bastante surpreendido pois ele julgava que a movimentação de militares era apenas da competência dos comandos Portugueses e que ele só tinha poderes sobre as forças Portuguesas no que dizia respeito ao emprego tático das mesmas. (Bicker, 1920, p. 20)

O Comandante Bicker já sabia que não seria nada fácil que estas praças se apresentassem no batalhão e como tal no dia 20 telegrafou o General Deventer para que estas saíssem das unidades onde se encontravam e fossem inseridas no batalhão. Contudo, este pedido não foi satisfeito e várias tentativas tiveram de ser efetuados pelo Comandante Bicker até que a maioria das praças se apresentassem no batalhão, sendo que houve algumas que não se chegaram a apresentar. (Bicker, 1920, p. 19)

Mais um pedido do Comandante Bicker que dificilmente e apenas parcialmente foi satisfeito, apesar de possuir toda a legitimidade para o ser, foi a entrega dos géneros necessários para o bem-estar do batalhão. Sendo apenas atribuídas ao batalhão algumas doses de café e de má qualidade. (Bicker, 1920, p. 20)



Fig. 11- Embarque do batalhão no Mossuril com destino a Quelimane<sup>18</sup>

## 5.10 Quelimane

O batalhão foi transportado do Mossuril para Quelimane nos vapores *Luabo* e *Chinde*, chegando o *Luabo* no dia 27 de Agosto e o *Chinde* no dia 9 de Setembro. O primeiro transportava pessoal, material indispensável e mantimentos para 40 dias, e o segundo transportava o pessoal dos serviços de saúde e administrativos, praças em tratamento e o restante material que se encontrava no depósito provisório do Lumbo. Contudo houve material que teve de permanecer em Mossuril, por não poder embarcar nestes vapores, nomeadamente o gado, veículos e algum material. Esta era a sétima vez que se efetuava o transbordo de materiais, desde o seu embarque no *Lourenço Marques* e como se pode calcular já existiam bastantes danos em muito material. (Bicker, 1920, p. 20 e 21)

O batalhão ficou hospedado nas casernas da companhia de depósito do distrito e através da intervenção do General Deventer, foi-lhes fornecido pelas forças Inglesas em Quelimane, 100 depósitos de gasolina, os quais já há muito que eram pedidos mas ainda não tinham sido entregues. Ao passarem nas ruas de Quelimane o pessoal do batalhão

---

<sup>18</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 82

deparava-se com várias fortificações efetuadas pela população no início de Julho, quando se soube do ataque a Nhamacurra. (Bicker, 1920, p. 21)



Fig. 12- Quartel do batalhão em Quelimane<sup>19</sup>

A população relatara aos militares do batalhão vários pormenores acerca do ataque a Nhamacurra. Contaram-lhes que os Alemães, como já era habitual, fizeram um excelente uso do efeito de surpresa e ocuparam de imediato o edifício da fábrica de açúcar da companhia do Boror e apoderaram-se de duas peças de 70 mm, que apesar das suas culatras terem sido inutilizadas pelos soldados Portugueses, os Alemães conseguiram incorporar-lhes uma outra que tinham obtido em Nevala e com essas peças bombardearam a estação dos caminhos-de-ferro de Nhamacurra, onde se encontravam duas companhias Inglesas e a 21<sup>a</sup> companhia indígena Portuguesa, tendo sido feitos prisioneiros 19 oficiais Portugueses e alguns Ingleses. Atacaram também a 25<sup>a</sup> e a 36<sup>a</sup> companhia indígena. (Bicker, 1920, p. 22)

A força Alemã que operava naquela região compreendia cerca de 200 Europeus, 1500 soldados indígenas, cerca de 40 metralhadoras e bastantes carregadores. Este efetivo, comandado pelo General Von Lettow, dividia-se em 3 colunas, uma comandada diretamente pelo General com 5 companhias, outra pelo Major Kale com 4 companhias e outra pelo Major Muler com 3 companhias, sendo esta ultima a responsável pelo ataque

---

<sup>19</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 299

a Nhamacurra. Depois de saquearem a povoação de Nhamacurra, dirigiram-se para nordeste com os prisioneiros e mal o batalhão de Marinha chegou a Quelimane, as forças Inglesas que lá estavam partiram para o Linde com o objetivo de auxiliar as forças que tentavam impedir o inimigo de passar o Rovuma e entrar em território Alemão. (Bicker, 1920, p. 22)

As forças em Quelimane foram também reforçadas durante seis dias com 33 praças do *Adamastor* e duas metralhadoras. Esta força abriu trincheiras e encontrava-se de prevenção a um eventual ataque dos Alemães. Esta força era comandada pelo Guardamarinha Arantes Pedroso. (Inso, 2006, p. 140)



Fig. 13- Competições desportivas entre os Portugueses e os Ingleses<sup>20</sup>

Antes dos Ingleses partirem, o pessoal do batalhão ainda teve oportunidade para brilhar numa competição desportiva, promovida pelos Ingleses, em que o pessoal de Marinha ganhou todas as partidas, à exceção do futebol. Saliente-se que até as provas de equitação foram ganhas pelos Portugueses, deixando os Ingleses tão impressionados que doaram 40 escudos à sociedade Portuguesa da cruz vermelha. (Bicker, 1920, p. 23)

---

<sup>20</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique



Fig. 14- Competições desportivas<sup>21</sup>

### **5.11 A ocupação de Mucelo e Maquival**

O Comandante Bicker solicitou instruções ao General Deventer para o batalhão, tendo-lhe sido respondido que o batalhão seria responsável pela defesa da vila de Quelimane e como tal seria essencial ocupar e fortificar Mucelo e Maquival, povoações situadas na margem do rio Muanange, que constituiriam a linha de defesa exterior de Quelimane e posteriormente trabalhar numa primeira linha defensiva mais próxima de Quelimane. Contudo, como o efetivo do batalhão era reduzido para conduzir com eficácia essas operações, o Comandante Bicker telegrafou o General, com o objetivo de que as forças do Major Pereira Cardoso que se encontravam inativas em Quelimane pudessem ajudar nesta missão. Tal pedido foi autorizado e o Major Cardoso recebeu instruções para que as suas forças ficassem sob as ordens do Comandante Bicker. (Bicker, 1920, p. 23 e 24)

---

<sup>21</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique



Fig. 15- Caminho-de-ferro que saía de Quelimane para Maquival<sup>22</sup>

O 2º comandante do batalhão, Capitão-de-fragata Henrique Quirino da Fonseca efetuou o reconhecimento do Rio dos Bons Sinais, canal do Mucelo e Rio Muanange, com o objetivo de obter informações pertinentes às operações que se haveriam de desenvolver. O plano do Comandante Bicker era ocupar Maquival com uma companhia de Marinha e a sua secção de metralhadoras, 3ª e 5ª companhias indígenas das forças expedicionárias, sendo esta força comandada pelo 2º comandante do batalhão e ocupar Mucelo com duas companhias europeias e com duas metralhadoras. Porém, esta intenção nunca se veio a realizar pois no dia 8 de Setembro de 1918, o Major Cardoso recebeu indicações do comando da sua expedição para se dirigir com a sua força para Angoche, sob o argumento de que os Alemães procuravam reocupar a antiga colónia Alemã. (Bicker, 1920, p. 24)

O comando das forças aliadas naquela região pretendia deter o avanço das forças Alemãs para o norte e empurra-las para Quelimane, onde as forças Inglesas e Portuguesas aproveitariam para atacar aí as forças Alemãs. Contudo o inimigo foi astuto e conseguiu evitar o contacto com as forças aliadas no seu movimento para norte, atravessando os distritos de Quelimane, Moçambique e Companhia do Niassa. (Bicker, 1920, p. 24)

---

<sup>22</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 299

O batalhão permaneceu em Quelimane, mas como o local onde se encontravam não possuía espaço suficiente para acomodar toda a força, o Comandante Bicker decidiu colocar a 1ª companhia de Marinha e a sua secção de metralhadoras em Maquival, onde a companhia da Zambézia lhes disponibilizaria alojamento. Deslocaram-se para lá 4 oficiais (1 médico), 10 sargentos e 117 praças, que seriam rendidas ao fim de um mês. As praças da companhia procederam a algumas obras nesse local, construindo também um forno para cozer pão. (Bicker, 1920, p. 25)

Próximo de Maquival construiu-se uma carreira de tiro para se conseguir dar mais algum treino e instrução às praças. Graças ao Primeiro-tenente, Governador do Distrito de Quelimane, Oliveira Folha, conseguiram-se arranjar mosquiteiros para as camas de todas as praças, contudo era necessário alertar os marinheiros para a vantagem dos mosquiteiros pois alguns consideravam desnecessária a utilização do mesmo. (Bicker, 1920, p. 26)

Apesar do esforço do Comandante Bicker em manter as praças de Marinha em campanha em Moçambique sobre o seu comando, e não de oficiais do Exército estando assim separadas da sua natural cadeia de comando, não conseguiu evitar que algumas das suas praças passassem ao serviço das tropas coloniais por problemas de disciplina anteriores à sua integração no batalhão de Marinha. (Bicker, 1920, p. 26)

## **5.12 Os indígenas revoltam-se em Regone e Gilé**

O Comandante Militar de Moebase comunicou ao governador de Quelimane que a situação no seu território não se encontrava fácil, os indígenas encontravam-se revoltosos e o comando militar encontrava-se na iminência de um ataque. Era normal os indígenas encontrarem-se assim, pois os seus territórios encontravam-se constantemente a ser atravessados por forças Inglesas, Alemãs e Portuguesas, cada uma destas exercendo influências diferentes sobre os nativos e deixando-os confusos acerca da nação a que deveriam obedecer. Como tal, o governador de Quelimane relatou estes acontecimentos ao Governador-geral de Moçambique e este decidiu que parte do batalhão seria empregue numa campanha de pacificação pelos territórios do comando militar de Moebase. (Bicker, 1920, p. 27)

Em conformidade, o Comandante Bicker destacou para esta comissão a 2ª companhia, comandada pelo Primeiro-tenente João Capelo, sendo acompanhada pelo

Segundo-tenente médico naval Oliveira Duarte, enfermeiros, 1 sargento carpinteiro, 1 sargento responsável pelos serviços administrativos, perfazendo um total de 6 oficiais, 12 sargentos e 130 praças. Como o batalhão se encontrava subordinado ao General Deventer, o Comandante Bicker informou-o de imediato desta movimentação. A força efetuou a viagem para Moebase em duas levas no vapor *Capitania*, devido a restrições de efetivos. As viagens foram efetuadas no dia 23 e 27 de Setembro. (Bicker, 1920, p. 28)



Fig. 16- Embarque da 2ª companhia em Quelimane<sup>23</sup>

### 5.13 O regresso de algumas praças ao batalhão

Enquanto o batalhão permanecia em Quelimane foram-se apresentando na sua sede, várias praças que tinham alta dos hospitais ou que destacavam de outras unidades onde tinham estado a prestar serviço. Estas pertenciam às tropas coloniais, antes da formação do batalhão e o Comandante Bicker sempre fez força para que se apurassem quais as praças de Marinha a prestar serviço em Moçambique, para conferir a relação das 225 praças dadas pelo cruzador *Adamastor* e assim regularizar a sua situação. (Bicker, 1920, p. 28)

A falta de informação prejudicava todo o procedimento administrativo no que dizia respeito aos vencimentos das praças. Por vezes geravam-se confusões acerca de praças que já se encontravam na metrópole ou a caminho, que se encontravam hospitalizadas ou até mesmo praças que já tinham falecido e que não tinha sido

---

<sup>23</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 234

comunicado ao batalhão. O Comandante Bicker telegrafou a Majoria General da Armada informando deste facto e disse também que não assumia a responsabilidade por praças que chegavam à metrópole em condições deploráveis, que se julgava terem estado no batalhão mas que nunca sequer lá se tinham apresentado. Servem como exemplo destes erros e má comunicação 76 praças que se encontravam hospitalizadas em Xefina e que supostamente estariam adidas ao batalhão para efeitos de vencimento desde o dia 1 de Agosto de 1918, mas o seu nome nunca tinha chegado ao batalhão. Isto só foi descoberto a 30 de Setembro e assim que se soube desta situação foi-lhes enviado de imediato uniformes, pois os seus estavam em péssimas condições. (Bicker, 1920, p. 29)

#### **5.14 Os Alemães atravessam o Rovuma**

O Comandante Bicker só recebeu no dia 24 a confirmação do General Deventer que já tinha sido ordenado que todos os marinheiros empenhados em comissões noutras unidades se apresentassem no batalhão. Bicker recebeu também informações sobre o inimigo. Os Alemães tinham atravessado o Rovuma e dirigiam-se para Songea, o que significava que em 2 meses tinham efetuado 400 milhas por Moçambique, escapando astuciosamente às forças aliadas. A coluna do Major Muler retirou de Nhamacurra a 3 de Julho e dirigiu-se, assim como as outras duas colunas, para Mocuba, Namarrue, Regone, atravessaram o Lurio em Anguras, Muembe, chegando ao Rio Luculungo a 24 de Setembro. Aí cada uma das colunas segue o seu caminho por forma a atravessar o Rovuma em 3 pontos diferentes, Makalogi, Bangalolo e Mitimuni, com distâncias de cerca de 37 a 55 km entre si. (Bicker, 1920, p. 30)

Há que salientar que todo o deslocamento efetuado desde Nhamacurra até à travessia do Rovuma foi efetuado fora das estradas e picadas, dificultando assim a progressão dos Alemães, facto que contudo não os impediu de fazerem as incríveis distâncias de 30 a 50 km por dia. (Bicker, 1920, p. 30)

Uma das conclusões aqui retiradas é que apesar de todas as expedições que já tinham sido enviadas a Moçambique, continuava-se a descuidar e a desvalorizar a proteção do Rovuma e a sua correta patrulha e fiscalização para impedir que o inimigo se deslocasse com facilidade entre Moçambique e a antiga colónia Alemã. (Bicker, 1920, p. 31)

## 5.15 O impaludismo

Comprovando o tipo de militares que eram enviados ao batalhão, no dia 29 de Setembro deveriam ter chegado 16 praças ao batalhão, contudo chegaram apenas 11, pois 4 delas estavam tão doentes que tiveram de ficar em tratamento no hospital de Lourenço Marques (outra ficou detida e autuada na cidade da Beira). No dia 8 de Outubro, mais uma cerimónia realizada pelo batalhão, desta vez para prestar honras ao Governador-geral de Moçambique, que tinha chegado nesse dia a Quelimane. Com a partida do governador no paquete *Lourenço Marques*, partem também o Primeiro-tenente António José Martins e 12 praças com o objetivo de serem presentes à junta de saúde provincial. O estado de saúde dos militares do batalhão não estava nada fácil de controlar e esta tarefa era bastante dificultada pela ação do clima daquela província. (Bicker, 1920, p. 31)

O impaludismo teve o seu expoente máximo de 4 de Novembro a 3 de Dezembro, sendo que das 504 praças, 190 chegaram a estar impossibilitadas de prestarem serviço, como comprovado pelo Dr. Ferreira de Almeida. (Bicker, 1920, p. 32)

Várias praças da 1ª companhia foram também afetadas pelo impaludismo, fazendo com que o Comandante Bicker mandasse regressar a 1ª companhia a Quelimane. Contudo, por não haver espaço suficiente para acomodar todas as praças e os doentes convenientemente, foi cedido um edifício pelo Governador do Distrito, para que lá se alojassem os doentes. Esse edifício, que sofreu algumas reparações e limpezas por parte de algumas praças, começou a funcionar como hospital a partir de 13 de Outubro. No dia 14 chegou a 1ª companhia vinda de Maquival e dois dias depois, falece o Guarda-marinha do secretariado naval João Tavares, sendo esta a primeira baixa do batalhão entre os oficiais. (Bicker, 1920, p. 32)

Das praças pertencentes ao batalhão já tinham falecido 26, contudo apenas 2 delas se tinham apresentado ao batalhão, as restantes 24 não se encontravam em Quelimane. (Bicker, 1920, p. 33)

## 5.16 Destacamento de militares para o *Adamastor*

No dia 10 de Outubro, o comandante do cruzador *Adamastor* solicitou ao Comandante Bicker a transferência de vários militares para o seu navio com o objetivo de completar a sua guarnição. Entre os militares salientam-se vários Guardas-marinhas, oficiais maquinistas e condutores de máquinas. Este pedido deixou o Comandante Bicker

bastante desagradado, pois tal como ele justificava, o batalhão não era nenhum depósito de pessoal sem unidade. (Bicker, 1920, p. 33)

Sendo este um pedido que o Comandante Bicker não achava ser possível de satisfazer devido à imprevisibilidade das operações a decorrerem na província, procurou indicações junto da Majoria General da Armada. De lá recebeu indicações de que deveria apenas transferir os militares que julgasse dispensáveis e como tal, transferiu dois sargentos e 28 praças para o *Adamastor*. (Bicker, 1920, p. 34)

### **5.17 A epidemia de gripe pneumónica**

No dia 11 de Novembro chegou ao batalhão de que havia sido assinado o armistício com a Alemanha, dando-se por terminada a guerra. Este acontecimento foi festejado pela população de Quelimane, acompanhada pelos militares do batalhão. Tornando-se desnecessária a presença do batalhão em Moçambique, o Comandante Bicker solicitou no dia 16 de Novembro à Majoria General da Armada o regresso do batalhão a Lisboa, contudo este pedido não surtiu efeito, tendo o comandante que repeti-lo várias vezes. Este pedido foi apenas satisfeito a 4 de Fevereiro de 1919. (Bicker, 1920, p. 34)

Em meados de Novembro ocorria um grande surto de gripe pneumónica na África do Sul e já tinham ocorrido também alguns casos dessa gripe em Lourenço Marques. (Bicker, 1920, p. 35)

Também as praças da 2ª companhia, em campanha em Regone, iam sendo devastadas pelos efeitos do clima e como tal, o Comandante Bicker enviou o Dr. Ferreira de Almeida a Regone, para que analisasse os doentes e decidisse quem deveria regressar a Quelimane. (Bicker, 1920, p. 36)

Na primeira quinzena de Novembro, faleceram 3 praças devido ao impaludismo e outras complicações provenientes dos efeitos do clima e da doença. No dia 18 de Novembro cerca de 50 praças encontravam-se no hospital do batalhão e cerca de 67 encontravam-se dispensadas de serviço. (Bicker, 1920, p. 36)

Era necessário arranjar alojamento para as praças que se encontravam a prestar serviço em Nampula e para o pessoal da 2ª companhia quando regressassem a Quelimane, por isso o Comandante Bicker decidiu construir um barracão no quartel de Quelimane, com material que também já tinha sido utilizado em Maquival. Neste barracão

conseguiram-se alojar cerca de 300 praças e a sua construção foi da autoria das praças do batalhão, chefiadas pelo sargento carpinteiro Sequeira. (Bicker, 1920, p. 37)



Fig. 17- Barraca construída pelos marinheiros em Quelimane<sup>24</sup>

Apenas a 24 de Novembro chegaram a Quelimane as 122 praças que se encontravam em Nampula e que o Comandante Bicker já pedia que se apresentassem há cerca de 4 meses. Elas encontravam-se em condições deploráveis tanto fisicamente como a nível de uniformes, 9 delas necessitaram de ser hospitalizadas revelando sintomas da gripe epidémica que naquela altura se começou a fazer sentir em Quelimane. Duas delas morreram no dia 27 de Novembro devido a essa mesma doença. Outras 20 encontravam-se ainda em tratamento em alguns hospitais do norte da província. Nesse dia regressou de Moebase o Dr. Ferreira de Almeida, juntamente com o Guarda-marinha Roma, um sargento e 25 praças que necessitavam de tratamento. (Bicker, 1920, p. 38)

A 30 de Novembro criou-se uma unidade de isolamento num edifício separado do hospital do batalhão, para tratar convenientemente os militares que sofriam da gripe epidémica. A gripe começou-se a fazer sentir de forma tão intensa em Quelimane que

---

<sup>24</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

faleceram 1 médico, 3 enfermeiros e bastantes habitantes, especialmente indígenas. (Bicker, 1920, p. 38)

Nesta altura o Comandante Bicker praticamente todos os dias visitava esta unidade e o hospital para saber como se encontravam os marinheiros, contudo o 2º comandante, Quirino da Fonseca, todas as manhãs e tardes visitava estas unidades hospitalares demonstrando assim uma genuína preocupação e interesse pelos seus militares, facto que motivava bastante as praças e que lhe valeu bastantes elogios por parte do seu comandante. (Bicker, 1920, p. 58)

Todo o pessoal de saúde do batalhão foi empenhado, a pedido do governo do distrito, em inspeções sanitárias na vila de Quelimane e em auxílio aos habitantes doentes, incluindo os habitantes do Lazareto. (Bicker, 1920, p. 39)

Do dia 27 de Novembro até ao dia 19 de Dezembro, os falecimentos devido à gripe eram praticamente diários, chegando a registar-se 6 mortes num dia e perfazendo um total de 44 casos. O pessoal de Marinha deu auxílio a cerca de 4118 tratamentos a doentes, em que cerca de 2768 eram casos de gripe pneumónica. (Bicker, 1920, p. 40)

No dia 1 de Dezembro registavam-se 107 praças em tratamento no hospital do batalhão e 214 dispensadas do serviço. O número máximo de militares doentes com gripe durante a epidemia foi de 167. Mesmo com todo o empenhamento dos militares do batalhão, sempre se prestaram as corretas honras fúnebres aos militares que faleciam. (Bicker, 1920, p. 41)

No dia 12 de Dezembro e após o falecimento do Governador do Distrito de Quelimane, o Primeiro-tenente Oliveira Folha, o Comandante Bicker assumiu as funções de governador interino, funções que assumiu até partir para Lisboa. No dia 13 de Dezembro chegou da Majoria General da Armada a notícia de que o batalhão deveria partir para Lourenço Marques. Partiram 89 praças pertencentes ao batalhão de Lourenço Marques em direção à metrópole por motivos de saúde, contudo estas eram praças que ainda não se tinham apresentado ao batalhão e isto gerava uma contínua confusão na regularização dos vencimentos dos militares do batalhão. (Bicker, 1920, p. 42)

### **5.18 Fim da comissão**

No dia 19 de Dezembro chegou a Quelimane a notícia do assassinato de Sidónio Pais e a sua substituição e nomeação de outro governo. Tendo em conta que Sidónio Pais

tinha sido o principal responsável pela deportação das praças para Moçambique, o batalhão reagiu a esta notícia de forma positiva e manteve sempre a sua postura e comportamento. Contudo, passado um mês da assinatura do armistício e da rendição das últimas forças Alemãs em África, o batalhão continuava sem receber nenhuma indicação para regressar à metrópole. Isto tinha um efeito bastante negativo em todas as praças que não viam uma utilidade nos seus serviços, pois apesar de todo o seu empenhamento a nível cerimonial e de auxílio no combate à gripe, não tinham entrado em nenhuma ação de combate, excetuando a 2ª companhia que tinha sido empenhada na campanha de pacificação. Os militares do batalhão sentiam-se a definharem e a sucumbir aos efeitos do clima em Quelimane. (Bicker, 1920, p. 42)

No dia 21 de Dezembro cessando de exercer o seu comando das forças aliadas naquela região, o General Van Deventer, agradeceu a disponibilidade e a valiosa assistência dada pelo batalhão de Marinha. (Bicker, 1920, p. 43)

Não se verificando mais nenhum caso de gripe pneumónica em Quelimane, o Comandante Bicker mandou regressar a 2ª companhia a Quelimane, tendo estes regressado no dia 22. O Comandante Bicker ficou bastante agradado com o desempenho da 2ª companhia e salientou as qualidades de zeloso, disciplinador e ponderado do Tenente Capelo, não tirando porém o mérito que tiveram também os oficiais, sargentos e praças que o auxiliaram. (Bicker, 1920, p. 43)

No dia 28 chegou uma notícia controversa ao batalhão, a Majoria General da Armada mandara suspender o pagamento em ouro aos marinheiros, notícia que não foi bem recebida. Se a permanência dos marinheiros em Quelimane se tornava dispendiosa, mais valia regressarem a Lisboa, visto que a sua presença em Moçambique já não se justificava. (Bicker, 1920, p. 44)

O estado sanitário da força foi melhorando e o Comandante Bicker decidiu prosseguir com a instrução militar dos marinheiros e também proceder a alguns melhoramentos e outros serviços no quartel. Por restrições de terreno, nunca se conseguiu montar uma carreira de tiro adequada ao treino do batalhão em Quelimane, e consequentemente nunca foi efetuada instrução de tiro. (Bicker, 1920, p. 44)

No início de Janeiro passou a funcionar apenas a última instalação hospitalar a ser construída, o primeiro hospital ficou inativo devido à ausência de doentes. (Bicker, 1920, p. 45)

No dia 27 de Janeiro a Majoria General da Armada expediu uma ordem de que os cruzadores *Adamastor* e *S. Gabriel* deveriam regressar a Lisboa, com as suas guarnições completas e transportando o maior número possível de praças, o que seriam 100 praças para cada um. A viagem nestes cruzadores até Lisboa não seria fácil devido às condições de bordo para hospedar tanta gente. Os marinheiros já tinham sofrido tanto, que foi decidido completar apenas a guarnição do *Adamastor*, visto que o *S. Gabriel* se encontrava parado na Cidade do Cabo, para se efetuarem algumas reparações. (Bicker, 1920, p. 45)

No dia 4 de Fevereiro finalmente chegou a notícia de que o batalhão de marinha se deveria aprontar para embarcar no paquete Lourenço Marques, que saía de Lisboa no dia 1 de Fevereiro. (Bicker, 1920, p. 46)

Dada a maneira como foi organizado o batalhão, as praças nele inseridas e o facto do batalhão ter sido considerado uma unidade correcional, não era de estranhar que surgissem alguns casos de indisciplina dentro das praças, como tal, dentro das competências que possuía, o Comandante Bicker transferiu 29 praças para as tropas coloniais. O desgosto do Comandante em ter de transferir alguns membros indisciplinados e incorrigíveis para as tropas coloniais era compensado pela evolução a nível disciplinar que se ia verificando no batalhão. (Bicker, 1920, p. 47)

Alguns ofícios redigidos pelo presidente da comissão de defesa contra a gripe e do presidente da Câmara Municipal de Quelimane serviam como prova das homenagens prestadas pela sua população pelo excelente desempenho, atitude e postura dos militares do batalhão. (Bicker, 1920, p. 47)

Porém não deixaram de se verificar alguns castigos dados pelo comandante de batalhão aos seus militares. Foram dados 37 castigos de repreensão, 10 castigos de detenção, 90 castigos de guardas, 74 castigos de prisão disciplinar e 21 castigos de prisão correcional. (Bicker, 1920, p. 48)

Os militares do batalhão de Marinha eram claros republicanos e após a vitória alcançada contra os revolucionários monárquicos que se insurgiram contra o governo no

início de Fevereiro de 1919, expediram telegramas felicitando o Presidente da República e o Ministro da Marinha pela vitória. (Bicker, 1920, p. 48)

Como homenagem aos falecidos foi realizada uma cerimónia, constituída por um cortejo fúnebre até ao ponto onde se inauguraram mausoléus construídos para os 3 oficiais falecidos e a praça mais antiga falecida e terminada com uma alocução por parte do Comandante Bicker. (Bicker, 1920, p. 49)

Por não ter podido entrar no porto de Quelimane o paquete *Lourenço Marques*, o batalhão de Marinha teve de se deslocar no paquete *Ibo* até à Cidade da Beira. Esse transporte foi feito em duas viagens, tendo o pessoal desembarcado nos dias 6 e 10 de Março. Aí ficaram alojados vários dias e mais uma vez efetuaram inúmeros transbordos de pessoal e material. Todo o material do batalhão, excetuando material de guerra foi entregue ao Governo do Distrito da Zambézia. No dia 13 de Março, o batalhão embarcou no paquete *Lourenço Marques*, chegando no dia 15 a Lourenço Marques. No dia 16, destacaram os militares que se destinavam a completar a guarnição do *Adamastor*, 4 oficiais, 7 sargentos e 87 praças. (Bicker, 1920, p. 51)

Foram recolhidos vários militares na sede do quartel-general do governo da província de Moçambique e fazendo uma análise do alardo do pessoal pertencente ao batalhão o Comandante Bicker concluiu que: 9 praças que se consideravam ainda ao serviço do batalhão, já tinham seguido para a metrópole, por motivos de saúde; ficava 1 grumete em tratamento no hospital de Lourenço Marques e outros 3 ficavam a aguardar conselho de guerra em Lourenço Marques; pela primeira vez apresentava-se um 1º Marinheiro e 2 grumetes vindos do quartel-general da província; 1 fogueiro seguia preso para Lisboa, para lá ser ouvido em conselho de guerra e apenas outras 4 praças (que constavam la lista inicial entregue pelo *Adamastor*) se encontravam em situação desconhecida, mas suspeitava-se que já estivessem em Lisboa. Como tal, partiram para Lisboa no dia 19 de Março, 16 oficiais, 37 sargentos e 384 praças. (Bicker, 1920, p. 52)

O batalhão chegou a Lisboa no dia 12 de Abril de 1919 e no quartel de Alcântara ficariam alojadas as praças, tendo sido nessa altura criado o depósito de praças da Armada, sob o comando do Capitão-de-fragata Constantino Lima. Apesar do pessoal regressar de uma comissão bastante dura e possuir de inteira justiça 90 dias de licença para gozar, nem todos os militares o conseguiram fazer, algumas praças tiveram de se manter no serviço para garantir a continuidade de alguns serviços. (Bicker, 1920, p. 54)

Algumas praças reforçaram as guardas na Cordoaria, patrulhas noturnas pela zona de Alcântara e também escolta de alguns presos políticos que partiam no paquete *Africa* para o Funchal. (Bicker, 1920, p. 55)

Apenas no dia 3 de Junho de 1919 chegou a ordem para se dissolver o batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique. (Bicker, 1920, p. 45)

Não foi pela falta de vontade dos marinheiros em defender a sua pátria que não se travou um combate com os Alemães, foi simplesmente porque assim não se proporcionou. Isto não impediu que os marinheiros cumprissem de forma honrosa todas as tarefas que lhes eram atribuídas e que mesmo assim ocorressem inúmeras baixas, tendo falecido 3 oficiais e 84 praças. (Bicker, 1920, p. 56)



## 6. Campanha de pacificação a Regone e Gilé

### 6.1 Missão e efectivos

De acordo com a ordem n.º 79/1918 de 18 de Setembro, foi determinado à 2ª Companhia do batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique que seguisse para Moebase e posteriormente para Regone a fim de cooperar na pacificação daquele território, onde se constituía o Comando Militar de Moebase devido a muitos dos régulos dessa região se encontrarem insubmissos aos Portugueses. Por restrição do Capitão dos Portos o efetivo do contingente que partia para esta missão no *Capitania* não podia exceder 70 militares, como tal a viagem teve de ser efetuada em duas levadas. Os militares que embarcaram no *Capitania* foram: o Comandante da 2ª Companhia Primeiro-tenente João Augusto Capelo, o Segundo-tenente Médico Naval Joaquim Guerreiro de Oliveira Duarte, o comandante do 1º Pelotão, Guarda-marinha do secretariado naval Carlos Ayres, o Comandante da secção de Metralhadoras, o Guarda-marinha do secretariado naval António Manuel Mateus, 7 Sargentos, as praças do primeiro pelotão, 10 praças do segundo e a secção de metralhadoras da companhia. (Capelo, 1919, p. 1)

Este contingente foi transportado no rebocador *Capitania* no dia 23 de Setembro de 1918 e possuíam ordens para aguardar em Moebase a chegada do Governador do Distrito. Com o *Capitania* fundeado em frente ao Comando Militar de Moebase, por volta das 16 horas do dia 24 subiu a bordo o Comandante Militar, Tenente Jordão Rodrigues com as indicações e instruções para se proceder ao desembarque da força e à distribuição de alojamentos. (Capelo, 1919, p. 1)

Contudo, no dia 26, por falta de água em Moebase, o Tenente Capelo expediu por comboio para Regone, mantimentos e material excetuando munições, acompanhados por 250 carregadores e partiu juntamente com a sua força e 150 carregadores, no dia 27 à 01h30min por forma a escapar ao calor do dia e para aproveitar a luz do luar. Já nesta altura não se descurava um aspeto deveras importante de qualquer ação militar, a logística, tendo o Tenente Capelo deixado em Moebase 6 praças para tomarem conta de mantimentos não expedidos e para expedirem material que ainda chegaria de Quelimane. (Capelo, 1919, p. 2)

A força chegou a Regone ao fim de 11 horas e após 41 Km de marcha. Os Guardas-marinhas Arantes, Roma e 5 sargentos só chegaram no dia 2 juntamente com a segunda

leva, trazendo instruções do comandante de batalhão para o Tenente Capelo. (Capelo, 1919, p. 3)

As instruções do comandante de batalhão eram 6 e como qualquer ordem dada deve ser, foram estas também concisas e precisas. Eram elas: ocupar e defender o posto do Regone; auxiliar o Comandante Militar de Moebase no aprisionamento dos rebeldes e pacificação da região; requisitar ao Comandante Militar de Moebase além dos carregadores, os cipaios que se considerarem indispensáveis como auxiliares da companhia; comunicar telegraficamente ao comando do batalhão sempre que a ocasião ou o acontecimento assim o justificar; se não houver forma de comunicar com o comando do batalhão e ocorrer algo não contemplado nas instruções, deverá o Tenente Capelo utilizar o seu bom critério e dedicação pelo serviço para resolver a situação, nunca esquecendo que a responsabilidade da pacificação e reocupação dos territórios pertence à autoridade administrativa; por último, apresentar um relatório da forma como foi desempenhada a comissão. (Capelo, 1919, p. 4)

## **6.2 As instalações**

Existia uma casa com 4 divisões, bastante deteriorada por um destacamento de Ingleses que lá tinha permanecido anteriormente. Essa casa seria onde os oficiais estariam hospedados, porém estes acabaram por utilizar as divisões para fazer uma padaria e uma sala de jantar e para armazenar nas outras duas, mantimentos e munições. Os oficiais decidiram ficar hospedados nas barracas de campanha. Os sargentos ficaram num quarto da casa sede do comando do posto e as praças inicialmente ficaram divididas em 3 pequenas casa de terra amassada e tendas individuais. Mais tarde foi construída uma caserna em madeira e todas lá se alojaram confortavelmente, tendo até construído várias camas de rede, com paus e ramagem. (Capelo, 1919, p. 2)



Fig. 18- Tendas de campanha onde se alojaram os oficiais<sup>25</sup>

Foi criado um hospital num pequeno barracão construído pelos militares e existia também uma barraca enfermaria que servia de farmácia. Foi construído um forno e desde o dia 2 de Outubro, passou-se a fazer pão todos os dias sob a supervisão do cabo artilheiro Fontes. (Capelo, 1919, p. 2)



Fig. 19- Barbearia da 2ª companhia<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

<sup>26</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

A água podia-se beber do Rio Mulocué, exceto na época das chuvas e como tal limpou-se o terreno e abriu-se um poço perto do posto, que se veio a demonstrar bastante útil em Novembro, quando choveu durante 6 dias. (Capelo, 1919, p. 3)



Fig. 20- Cozinha da 2ª companhia<sup>27</sup>

Como não poderia faltar numa instalação militar que se preze, foi também criada uma carreira de tiro com 300m. Foi construída no areal da margem esquerda do Mulocué, em frente ao posto, tendo sido inaugurada com o primeiro treino da Força no dia 8 de Outubro. (Capelo, 1919, p. 3)

---

<sup>27</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 203



Fig. 21- Algumas das instalações da 2ª companhia em Regone<sup>28</sup>

### 6.3 Treino

Enquanto a força esteve sediada em Regone executaram vários treinos que ainda hoje se fazem, com a diferença de hoje em dia as metodologias e os equipamentos estarem mais desenvolvidos. A Força executou treinos de marchas forçadas, orientação e combate no mato. Uma das maneiras de executar um treino destas modalidades era dividindo a força em duas, dando um ponto de reunião comum a ambas, mas com itinerários diferentes. Partia então cada um dos grupos por uma das 5 estradas diferentes que saiam de Regone e quando se encontrassem simulavam o combate. Estas sessões tinham como objetivo adestrar os oficiais à navegação terrestre com carta e bussola, adestrar os sargentos no comando das suas guardas avançadas e de retaguarda, treinar as praças na observação do terreno e na atuação em caso de contacto com o inimigo e a habituação às marchas desenvolvendo em todos, espírito de sacrifício. (Capelo, 1919, p. 3)

Os treinos de tiro realizados na carreira de tiro por toda a força foram os de tiro deitado a 100m, deitado e de joelhos a 200m e o grupo que posteriormente seguiu para o Norte fez fogo de joelhos a 200m com a baioneta armada. Todas as praças artilheiros da

---

<sup>28</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Caixa 202

secção de metralhadoras treinaram também a função de apontador a 200m e 300m fazendo tiro em modo automático. (Capelo, 1919, p. 3)



Fig. 22- Tiro ao alvo com metralhadora *Hotchkiss* em Regone<sup>29</sup>

#### 6.4 Os Rebeldes

Todos os régulos desde Regone até à zona de Monte Gilé e do Rio Ligonha se encontravam insubmissos. O Tenente Capelo tinha conhecimento que os régulos possuíam bastantes armas de pederneira e cerca de 70 espingardas *Snider* 14mm, deixadas com bastantes munições no Comando Militar de Gilé quando este foi abandonado devido a aproximação dos Alemães. Alguns dos régulos mais influentes eram Cadauela, Rataue, Jojoga, Intida, Nicaca e o cabecilha da rebelião Rea, cuja sua povoação distava 11 km de Regone. O régulo Nicaca tinha sido o responsável por desenterrar as armas e munições dos cipaios deixadas em Gilé. O território a noroeste de Gilé encontrava-se abandonado com a migração dos nativos para Norte. Este fenómeno ocorreu devido à falta de alimentos causada pelos Alemães e Ingleses, que esgotavam os recursos por onde passavam. (Capelo, 1919, p. 4)

---

<sup>29</sup> Arquivo fotográfico do Museu de Marinha, Ficheiro Ultramar, Moçambique

## 6.5 As intenções do Tenente Capelo

O Tenente Capelo fundamentava-se em vários motivos para considerar necessária uma intimidação imediata a todos os régulos, no sentido de se apresentarem a ele, sob ameaça de que se não o fizessem a força avançaria “a metê-los na ordem”. Ele acreditava que se não se travasse o quanto antes a rebelião, esta ganharia mais força sofrendo o efeito de bola de neve, e como prova disso, já o Rea afirmava em tom de provocação que os brancos não saíam de Regone por terem medo dos rebeldes. Acreditava também que era necessário demonstrar aos nativos que as condições anteriores à Grande Guerra haviam regressado e que era novamente Portugal quem possuía a soberania daquelas terras. Como tal, era necessário empenhar uma força branca a percorrer aquelas terras, visto que as forças Alemãs e Inglesas que lá tinham passado eram constituídas por negros. Capelo julgava ser a época ideal para efetuar estas ações, pois quando comesse a época das chuvas seria extremamente difícil movimentar as tropas, não só devido à chuva mas também ao engrossamento do caudal dos rios. (Capelo, 1919, p. 5)

Sabia-se também, que era inevitável nas duras condições climatéricas de Moçambique, uma força conseguir manter a sua integridade e não ocorrerem baixas por doença. Por isso era necessário aproveitar enquanto a força estava em boas condições para executar um esforço longo e árduo como o deslocamento até Gilé. A título de exemplo, serve a ocasião em que as praças foram examinadas pelo médico, passados 20 dias de estarem em Regone e cerca de 50 delas não se encontravam aptas para efetuar marchas. Era vital que a força estivesse no expoente máximo da sua capacidade física e mental, pois num momento crítico de combate, isso poderia ser a diferença entre o sucesso ou uma terrível derrota. Capelo tinha também a convicção de que se o branco fosse deixado em África, sem ter o que fazer e deixado ao sabor do clima de Regone, seria fácil adoecer e como tal necessitava de estar empenhado, sendo preferível empenha-los numa campanha que poderia demorar o máximo de um mês do que deixá-los em Regone. (Capelo, 1919, p. 6)

Regone ficaria defendida pois metade da força permaneceria lá e Capelo acreditava que mandando assim a outra metade de encontro aos rebeldes, estaria a usar a vulgar estratégia da melhor defesa ser o ataque. Capelo pretendia que esta pacificação ocorresse com o menos derramamento de sangue possível e acreditava que uma força de

brancos marchando em direção aos rebeldes faria com que estes se apercebessem da necessidade de se submeterem a eles e de não resistirem. (Capelo, 1919, p. 6)

## **6.6 Os rebeldes ganham confiança**

O Tenente Capelo decidiu então enviar um grupo de 12 cipaios liderados pelo cabo Empate, conhecido por ser destemido, para enviarem um aviso aos régulos e dar-lhes até dia 5 de Outubro como prazo para se apresentarem. Esta expedição servia também como missão de reconhecimento, para se analisar os efetivos e localizações dos rebeldes, o que seria útil, mesmo não se procedendo a um ataque aos rebeldes. Enquanto os cipaios estivessem nesta missão, seria o tempo que o Comandante Militar teria para pedir autorização para iniciar a campanha. O grupo do cabo empate regressou no dia 5 trazendo novidades, haviam encontrado as povoações do Rea e Rataue desertas, sendo que na última encontraram e aprisionaram Rataue, após este ter sido abandonado pelo seu povo por estar doente. A última povoação onde se dirigiram foi a de Cadauela onde foram recebidos a tiro pelos rebeldes, os cipaios retaliaram, abatendo a tiro 2 rebeldes. Esta atitude dos rebeldes serviu como prova de que não era suficiente a presença dos Portugueses em Regone, para intimidar os rebeldes. (Capelo, 1919, p. 6)

O Comandante Militar esteve em Moebase do dia 4 ao dia 13, e no dia 10 o Tenente Capelo enviou um telegrama ao comandante de batalhão a pedir mantimentos, pois já só tinha mantimentos até dia 23. À chegada do Tenente Jordão Rodrigues, no dia 13 de Outubro, já com a autorização para empenhar as forças, este foi prontamente avisado pelo Tenente Capelo acerca da escassez de mantimentos e decidiu-se assim enviar as companhias indígenas para Namirrué, Inago e Ile e esperar pela chegada dos mantimentos para fazer sair a companhia de Marinha. Esta demora fez com que os régulos ganhassem confiança e já diziam entre os indígenas que os brancos não saíam de Regone por terem medo de avançar nas suas terras. Capelo sabia através das suas fontes, que Rea e os outros régulos bem como os seus súbditos se encontravam escondidos em Mtagadi. O Comandante Militar Jordão Rodrigues quis enviar uma força de cipaios a Mtagadi para proceder a um reconhecimento de área, mas estes em minoria e sabendo que os rebeldes estavam lá reunidos não se mostraram muito confiantes em ir. (Capelo, 1919, p. 7)

Os rebeldes estavam de tal forma convencidos do medo dos brancos que no dia 18 de Outubro Rea atreveu-se a ir à sua povoação, apenas a 11 km de Regone, buscar mantimentos e enviou um dos seus homens recolher informações através de um cipai

que conhecia, o qual foi imediatamente preso mal se soube. Assim que o *Capitania* chegou a Moebase com os mantimentos que o Tenente Capelo havia pedido, foram logo enviados, chegando a Regone no dia 19 de Outubro, aumentando assim a capacidade de sustentação da companhia de Marinha no terreno. (Capelo, 1919, p. 7)

## **6.7 O plano**

Com as condições necessárias reunidas, o Tenente Capelo deu início à missão, saindo para o terreno com o pelotão do Guarda-marinha Ayres (42 praças e 2 sargentos) e com o Guarda-marinha Mateus que comandava 1 sargento e uma equipa de metralhadora (4 praças). Capelo considerava este efetivo suficiente para combater as 70 *Snider* mal manejadas pelos rebeldes, levando assim a que eles fossem derrotados ou à sua fuga e conseqüente destruição e incêndio dos seus acampamentos pelos cipaios. (Capelo, 1919, p. 8)

O plano traçado pelo Tenente Capelo e pelo Tenente Jordão Rodrigues era o de seguir para norte, parando apenas quando necessário, o menos tempo possível e apenas nos sítios onde existisse a possibilidade de ter água potável. A ordem do seu percurso seria pelas povoações de Rea, Rataue, Mtagadi, Moquera, Conco e Gilé. Quando chegassem a Gilé, montariam lá o seu posto com o sargento Martins, comandante do posto de Namirrué, mas que permanecera em Gilé desde o ataque dos Alemães, até que chegasse um novo Comandante Militar. Aguardava-se em Gilé pela chegada de uma companhia indígena que vinha de Angoche, para que estes ficassem a guarnecer o posto. A companhia de Marinha seguiria para sul de volta a Regone, por forma a completar a pacificação e passar pelas povoações onde não tinha ido na viagem para norte, nomeando novos régulos. Visto que a zona para norte de Gilé se encontrava deserta, os rebeldes estariam entre as forças Portuguesas em Gilé e Regone. Caso a companhia indígena não chegasse, o Tenente Capelo deixaria um pequeno grupo de militares em conjunto com os cipaios a guarnecer o posto e seguiria para sul com a restante força. (Capelo, 1919, p. 8)

## **6.8 Pelo mato de Regone**

A força saiu para o terreno no dia 21 de Outubro às 16 horas, apoiada por 250 carregadores com munições e mantimentos para 15 dias. O Comandante Militar que também seguia com o Tenente Capelo, fazia-se acompanhar por um destacamento de 60 cipaios, ou seja, o seu potencial de combate juntos, pessoal de Marinha e cipaios era

bastante elevado para combater um grupo de indígenas mal treinado e sem meios eficazes. Ficavam em Regone as restantes praças que não se encontravam em condições de combater, quer fosse por escoriações nos pés ou febre, mantendo assim em Regone uma capacidade mínima para defender o posto no muito improvável caso de serem atacados. (Capelo, 1919, p. 9)

No dia seguinte às 08h45min e após aproximadamente 18,4 km a força acampou na margem esquerda do Rio Mulocué em frente à povoação do irmão de Rea e mais uma vez, duas mulheres capturadas pelos cipaio confirmaram a presença dos rebeldes em Mtagadi. A força deixou esse acampamento no dia seguinte às 03 horas e passados 16,6 km de marcha, voltam a acampar perto da antiga povoação do Rataue, visto que esta possuía na sua proximidade dois pequenos lagos, dos quais deixaram um para lavagens e outro para beber a água. Numa das suas patrulhas de reconhecimento, um grupo de cipaio encontra resistência por parte de dois indígenas e acaba por matar um e prender o outro. Encontram também duas mulheres que novamente confirmam a presença dos rebeldes em Mtagadi. (Capelo, 1919, p. 9)

Inicialmente, a ordem de marcha adotada pelo Tenente Capelo era: cipaio à frente em exploração do terreno, guarda avançada da força, 1ª secção do pelotão, equipa de metralhadora, comboio dos carregadores, 2ª secção, guarda da retaguarda e por fim cipaio. Contudo, à medida que se iam aproximando dos rebeldes e que o perigo ia aumentando o Tenente Capelo queria concentrar a força mais à frente e não queria o comboio a quebrar a dinâmica do pelotão, como tal decidiu trocar o comboio de carregadores com a 2ª secção, juntando assim o pelotão à frente. (Capelo, 1919, p. 9)

No dia 23 de Outubro às 02h40min a força deixou o seu acampamento em Rataue para trás e enquanto progrediam no terreno, os cipaio descobrem rastros frescos no terreno de indígenas que tentavam fugir à progressão da força. Cerca de duas horas depois e já aproximando-se de Mtagadi, os cipaio observaram gente e como tal, o Tenente Capelo mandou aproximar a guarda avançada, a qual relatou tratarem-se apenas de alguns vigias desarmados deixados por Rea, que fugiram assim que observaram a aproximação dos Portugueses. Ao fim de 11 km de marcha a força decide acampar em Mtagadi, perto do Rio Namuia e encontram uma povoação em construção perto do seu acampamento. Esta povoação continha indícios de ter sido abandonada assim que se aperceberam da chegada dos Portugueses. Mal chegam à povoação, um cipaio descobre as pegadas do

Rea no terreno, apesar do Tenente Capelo estar um pouco descrente quanto a estas afirmações do cipaio, elas rapidamente são confirmadas ao prenderam a irmã e a mulher favorita do Rea, que se encontravam escondidas na mata. A mulher do Rea afirmava que ele tinha estado com vários rebeldes naquela povoação com o intuito de “ fazer guerra a branco”, contudo mal se soube do avanço da força Portuguesa, estes rebeldes abandonaram o Rea, ficando o mesmo sozinho com a sua mulher e a irmã. Assim que se apercebeu do avanço dos Portugueses, Rea fugiu e deixou-as sozinhas, dizendo a sua mulher para ir ter consigo a Muligudge. (Capelo, 1919, p. 10)

## **6.9 As intimidações e a descoberta dos acontecimentos**

A força permaneceu até ao dia 31 em Mtagadi e o Tenente Jordão Rodrigues decidiu enviar grupos de cipaios, bater o terreno á sua volta e dizer às populações que encontrassem que estas se deveriam apresentar aos Portugueses. Caso isto não se verificasse, as populações que fossem encontradas, seriam presas e os seus acampamentos destruídos. Os cipaios foram às povoações de Rea, Gurrua, Nau-nau, Moquera, Murruria, Mderia, Muhaniua, Cueba, Intida, Murrua, Cadauela, Joli e Moneia, encontrando-as todas abandonadas, porém, isso não evitou que tivessem alguns encontros esporádicos com alguns rebeldes pelo matagal, o que culminou em cerca de 20 a 30 rebeldes mortos, mas também serviu para passar a mensagem. (Capelo, 1919, p. 10)

Foram presos cerca de 30 indígenas e mais de 60 mulheres, entre esses indígenas importa salientar o régulo Intida e alguns samassôas (subalternos dos régulos). Foram também apreendidas várias espingardas, pederneiras, um cano de *Snider* e vários cartuchos *Mauser*, não percutidos, o que indicava que a pólvora tinha sido utilizada para recarregar as espingardas, tendo algumas aparecido com pólvora negra que não era Portuguesa nem Inglesa. (Capelo, 1919, p. 11)

Após esta intimidação apresentaram-se indígenas de várias povoações, nomeadamente indígenas de Mtagadi, Rataue e Nipapa. Foram nomeados novos régulos em substituição dos antigos, bem como novos samassôas. Foi também nomeado um régulo para substituir o Rea, de seu nome Quali e como tal, no dia 28 de Outubro o Tenente Capelo telegrafou o Comandante Judice Bicker, comunicando que estavam pacificadas as regiões dos régulos Rea e Rataue. (Capelo, 1919, p. 11)

No dia 31 decidiu-se apresentar o régulo Cadauela, afirmando que os régulos a sul do Mulocué estavam a reunir gente para se irem apresentar ao Comandante Militar. Não obstante, o tenente Jordão Rodrigues decidiu mante-lo preso, por não ser um individuo de confiança e por ter informações muito más a seu respeito. (Capelo, 1919, p. 11)

Com estas apresentações e com as informações retiradas aos indígenas conseguiu-se apurar quais tinham sido os movimentos e as intenções dos rebeldes nos últimos tempos. Apurou-se que os indígenas haviam sido incitados pelas tropas Alemãs e pelas tropas negras Inglesas a não acatar a soberania Portuguesa e como imediatamente à saída destas tropas, não houve a presença de uma força Portuguesa nesta região, essa rebelião foi aumentando até que se tornou efetivamente uma ameaça. Os rebeldes começaram a reunir-se na povoação do Rea para planearem um ataque, após a chegada de um sargento e um grupo de cipaiois ao posto de Regone. Os cabecilhas eram: o Rea, um feiticeiro chamado Mamurrima, que acreditava ser imune aos projecteis, Intida, Tubula, Cadauela, Jojoga, Murruria, Moncia Moquera e Rataue. No entanto quando a companhia de Marinha chegou a Regone, os rebeldes recuaram até a povoação do Cadauela e quando os vigias observaram o avanço do grupo de cipaiois do cabo Empate, decidiram retirar para Mtagadi, tendo no entanto ainda existido aquele pequeno confronto. Finalmente já em Mtagadi, quando souberam da nossa aproximação dispersaram-se pelo mato, indo alguns para norte, ao encontro de outros rebeldes que não estavam coligados com Rea, mas que também não acatavam a nossa soberania e o Rea foge para Muligudge. (Capelo, 1919, p. 12)

Após 9 dias de temperaturas bastante elevadas em Mtagadi, em que apenas dois desses dias (27 e 28), uma pequena chuva serviu para abrandar o calor, a força conseguiu manter o seu estado sanitário num nível aceitável, sendo que ao fim desses 9 dias apenas 3 se encontravam incapazes de marchar. A água naquela zona encontrava-se estagnada e como tal era necessário ferve-la antes de ser consumida. (Capelo, 1919, p. 12)

Importa referir que nesta altura, já Rataue e Cadauela tinham sido presos e já tinha sido nomeado um régulo em substituição de Rea.

## **6.10 Na zona do Monte Gilé**

O Tenente Jordão Rodrigues tinha pedido ao seu escalão superior para a responsabilidade sobre as zonas dos régulos Conco e Mussorrma ficar com o Comando

Militar de Ociua (zona de Gilé) e como tal, ele iria só até à povoação do Murruria e levaria apenas uma força de cerca de 20 marinheiros. No dia 31 partiram em direção ao sul o Guarda-marinha Mateus, os seus 2 sargentos, 31 praças e a equipa de metralhadora, bem como os presos, o sargento Martins e os seus cipaiois. No dia 1 de Novembro o Tenente Capelo juntamente com o Dr. Duarte, o Guarda-marinha Ayres, 1 sargento, 20 praças, o Tenente Jordão Rodrigues e 40 cipaiois saíram de Mtagadi às 04h15min e ao passar pela abandonada povoação do Moquera, queimam-na por o mesmo não se ter apresentado. Após 20 km de marcha, às 08h35min o Tenente Capelo decide acampar perto do Rio Mulocue, na antiga povoação do Nacunho, um samassôa do Murruria. Este era um excelente ponto para montar acampamento pois além das tradicionais palhotas feitas de troncos e ramos, possuía casas com paredes de barro e também bastantes árvores de fruto. (Capelo, 1919, p. 13)

No dia 2 de Novembro, o Tenente Jordão Rodrigues decidiu enviar 25 cipaiois às povoações dos régulos Conco e Mussorrma com o objetivo de intima-los a apresentarem-se ou perderiam as suas povoações e culturas e também tentar prender o régulo Nicaca, pois era ele o cabecilha da revolução naqueles territórios e tinha sido o responsável por desenterrar as armas que estavam em Gilé. Estes dois grupos de cipaiois, eram liderados por um cipaio chamado Abudo, um cabo já bastante antigo no comando militar de Moebase e muito temido pelos nativos pela sua valentia e dureza. Contudo, estas visitas não ocorreram de acordo com as intenções do Comandante Militar e dá-se aqui o primeiro incidente com baixas da força Portuguesa desde o início desta campanha de pacificação. Às 10h30min do dia 3 de Novembro, chegavam ao acampamento 2 cipaiois, absolutamente desorientados e apavorados, dizendo que tinham sido atacados na povoação do Nicaca, que tinham sofrido muitas baixas e que o cabo Abudo tinha sido ferido. Afirmavam também que os rebeldes vinham atrás deles. (Capelo, 1919, p. 13)

Passada meia hora chegou o cabo Abudo, com sinais de ter sido ferido recentemente e de imediato começou a relatar o sucedido. O Abudo dizia que foi queimando as povoações por não se terem apresentado os nativos, e que apenas encontrava mulheres, que foi prendendo. Estava ele prestes a fazer o mesmo na povoação do Nicaca, quando se viu ele e os restantes cipaiois, rodeados por vários rebeldes armados. Nicaca subiu a uma árvore e começou a dirigir-se aos cipaiois, perguntando-lhes se não tinham vergonha de ser negros e de ajudarem os brancos a roubar-lhes as terras. O ambiente foi aquecendo e deu-se início ao tiroteio, os cipaiois foram combatendo, mas

quando se depararam com dois mortos, bastantes feridos e com o receio de serem mortos, começaram a fugir, emaranhando-se no mato. Segundo informação de outros cipaio e como prova da valentia do cabo Abudo, contavam estes que ele apenas retirou, quando deu por si sozinho no terreno e apenas com um cartucho, altura em que foi ferido. O cabo Abudo afirmava que eles eram mais de 50, ou seja, mais que todos os brancos que tinham estado reunidos em Mtagadi, e quase todos armados com espingardas *Snider* 14mm, algumas pederneiras e pequenas lanças. (Capelo, 1919, p. 14)

Encontrando-se em clara situação de desvantagem, o Tenente Capelo não possuía outra alternativa que não a de chamar reforços a Regone, como tal foram enviados pela margem direita do Mulocue, vários Cipaio para trazer não só reforços, mas também mantimentos. O Tenente Capelo julgava ser melhor regressar a Mtagadi, aguardar lá pelos reforços e ter uma retirada planeada no caso de ataque em grande número por parte dos rebeldes. Mais uma vez, salientando a importância do cabo Abudo, este alertou o Tenente Capelo, para a má impressão que esta atitude causaria nos auxiliares indígenas, nomeadamente carregadores e moleques e como tal, o Tenente Capelo decidiu ficar na povoação de Nacunho e fortifica-la por forma a estarem preparados para um eventual ataque dos rebeldes. (Capelo, 1919, p. 14)

Durante a tarde do dia 3, foram-se fazendo os trabalhos de fortificação e iam chegando à povoação vários cipaio que tinham fugido no confronto anterior. Às 15 horas chegam vários cipaio afirmando que os rebeldes se encontravam na povoação do Moquera, apenas a 12 km dali. Após os vários trabalhos, às 17 horas o dispositivo de segurança estava montado, em forma de triângulo equilátero, com os vértices constituídos pelas casas de barro e unidas com sacas e caixotes para fazer de barreira. Foram também cavadas trincheiras para permitir aos homens fazer tiro deitado e foram limpos os campos de tiro. Foram-se distribuindo os cipaio e as praças ao longo do dispositivo e estavam todos nos seus postos durante o dia e iam-se rendendo no arco noturno, estando metade em cima e metade a descansar. As fortificações foram-se melhorando ao longo dos dias até que coubesse um homem em pé nas trincheiras para fazer fogo e abriu-se um fosso á volta do dispositivo com ligação ao rio Mulocué. (Capelo, 1919, p. 15)

Um dia passado e sem sinal de ataque dos rebeldes, decidiu-se enviar o cabo Abudo e um grupo de cipaio efetuar o reconhecimento à povoação do Moquera. Estes regressaram, tendo apenas observado um cipaio morto e indicações de que os rebeldes

tinham chegado a essa povoação e voltado para trás. Naquele momento encontravam-se apenas 3 cipaio desaparecidos, tendo 2 deles regressado no dia 6 com a informação de que o outro se encontrava ferido em Rataue. Tinham os 3 lá ido parar após a fuga desorganizada. (Capelo, 1919, p. 15)

A chegada de mantimentos, medicamentos e munições deu-se finalmente, no dia 7 de Novembro, quando os Guardas-marinhas Arantes Pedroso e Manuel Mateus, juntamente com 3 sargentos, 2 equipas de metralhadora e 50 praças chegaram a Nacunho. O Tenente Capelo pretendia soltar alguns presos e presas dizendo-lhes que iria para as povoações do Cadauela e Intida para os submeter, mas em vez disso, dirigir-se-ia com os seus reforços pela margem direita do Mulocué em direção a Gilé, acampando lá e atacando os rebeldes aos primeiros alvares. (Capelo, 1919, p. 15)

Todavia o Comandante Militar não concordou com este plano e preferia dirigir-se à povoação do Sebe, um samassôa do Moquera, que se tinha demonstrado muito simpaticante com a situação dos Portugueses quando se tinha apresentado a eles no dia 31 de Outubro, mas em contradição, no dia 2 de Novembro durante o confronto dos cipaio e dos rebeldes, foi dos que mais instigou os rebeldes contra os Portugueses. (Capelo, 1919, p. 11)

No dia 8 de Novembro às 04h20min a força saiu de Nacunho com um dispositivo em forma de quadrado, com 8 homens à frente e à retaguarda, com 20 homens em cada lado e com um cordão de cipaio ao redor do quadrado a explorar o terreno, as duas equipas de metralhadora dirigiam-se imediatamente atrás dos 8 homens da frente. Das 09 horas as 13h40min a força fez um alto de grande duração junto a um riacho e às 15h20min chegaram ao Rio Muraquela onde acamparam. (Capelo, 1919, p. 15)

No dia 9 às 04h40min deram início à marcha, passando pela povoação do Mussorima, que foi imediatamente destruída e após 9,5 km de marcha, decidiram acampar na margem esquerda do Molocué, perto da povoação do irmão do Nicaca. Apesar da força ser suficientemente grande para não necessitar de atuar à defesa, o Tenente Capelo decidiu mandar construir trincheiras por forma a aumentar a segurança e poder diminuir o número de elementos de vigia durante a noite. (Capelo, 1919, p. 16)

Foram enviados cipaio para reconhecer o território à volta do acampamento e após incendiarem várias povoações abandonadas, trazem consigo uma mulher doente

com varíola. Esta mulher confirmou o Nicaca, Mussorima e o Conco como sendo os cabecilhas da revolução naqueles territórios. Afirmou também, que os vigias que estes tinham colocado no terreno, haviam detetado a aproximação dos Portugueses em direção aquele território, dando origem a uma fuga para a serra Namarrugo a nordeste, juntamente com todas as mulheres, excetuando esta que se encontrava doente. Confirmou mais uma vez, que os rebeldes eram bastantes, que se encontravam armados e que tinham o objetivo de “fazer guerra a branco”. (Capelo, 1919, p. 16)

Dia 11 a força saiu do seu acampamento em direção á povoação do Nicaca, com o mesmo dispositivo adotado no deslocamento anterior, deixando no acampamento todo o material que a pudesse atrasar. Às 07h30min chegaram à povoação do Nicaca que se encontrava abandonada, decidiram então deslocar-se a uma fazenda sua que se encontrava ali perto, perto do Rio Muraquela, onde se tinha dado o combate do dia 2, contudo também se encontrava abandonada e decidiram então parar para almoçar. Os cipaiois queimaram e destruíram a povoação e a fazenda e às 13 horas e após 20 km de marcha chegavam ao seu acampamento. O dia seguinte foi dado para descanso aos marinheiros, contudo os cipaiois receberam a tarefa de ir queimar algumas povoações que se situavam para lá do Mulocué, encontrando-as abandonadas. Nesse dia vieram também nativos de Moquera apresentar-se ao Comandante Militar, tendo sido nomeado um novo régulo para aquela povoação. Nesse dia chegou também um cipaio vindo de Regone, trazendo um telegrama do Governador do Distrito para o Comandante Militar. Nesse telegrama informava o Governador do Distrito, que a 36ª companhia indígena se encontrava em Namirrué e que o Tenente Rodrigues deveria entrar em contacto com ela, informando-a de que deveria seguir para o Gilé com a companhia de Carinha e cooperar com eles na pacificação daquele território. O Comandante Militar enviou um grupo de cipaiois à 36ª companhia indígena, passar-lhes as instruções do Governador para se dirigirem para Gilé ou que no mínimo dispensassem um pelotão para perseguir os rebeldes dispersos pelo mato. A companhia de Marinha estava escassa de alimentos e como tal havia uma forte necessidade de que esta tarefa fosse realizada pelos elementos da 36ª companhia. (Capelo, 1919, p. 17)

No dia 12, a companhia de Marinha deslocou-se à povoação do Conco a 2 km de Gilé, onde se esperava encontrar alguma resistência, contudo esta povoação também se encontrava abandonada e mais uma vez os cipaiois incendiaram esta e outras povoações que se encontravam nas redondezas. Durante a sua atividade os cipaiois trouxeram 2

presos. Eram 2 indígenas que se encontravam de vigia num monte próximo daquela zona. Com as informações retiradas a esses homens, conseguiu-se apurar que os régulos da margem direita do Mulocué, salientando Mussorima, Conco, Nicaca e Maguriua se tinham reunido na povoação de Nicaca, que possuíam 3 ou 4 *Snider*, algumas espingardas *Kropatschek*, muitas pederneiras, as quais carregavam com as munições de *Snider* que tinham roubado de Gilé e que as restantes armas tinham sido queimadas pelos Alemães. Ao ter ouvido esta afirmação o Tenente Capelo de imediato se apercebeu do pânico em que o cabo Abudo deveria estar durante o ataque dos rebeldes, para afirmar a existência de quase 50 *Snider* com os rebeldes. Estes homens afirmaram ainda que assim que esses cabecilhas souberam da aproximação da companhia de Marinha perderam a coragem e fugiu cada um para seu lado, o Nicaca escondeu-se no mato com os seus filhos, Conco fugiu para norte do Gilé e que com a destruição que os cipaio efetuaram pelas povoações e culturas, muitos dos fugidos iriam morrer à fome. A força regressou ao acampamento perto de Nicaca ainda no dia 12 de Novembro e nos dias seguintes foram-se apresentando vários indígenas de Mussorima e do Conco dizendo que estavam cansados da guerra e que se submetiam aos Portugueses. (Capelo, 1919, p. 18)

No dia 17 regressaram os cipaio, que em vez de terem ido a Namirrué, tiveram de ir a Amela (muito mais longe), pois era lá que se encontrava a 36ª companhia. Traziam vários homens e mulheres presos, várias pederneiras, uma *Snider* e uma espingarda Inglesa. Os cipaio trouxeram alguns mantimentos e também a notícia que o pelotão da 36ª deveria chegar no dia 18 à tarde ou no dia 19 de manhã. (Capelo, 1919, p. 18)

No dia 18 à tarde chegou o Alferes Rufino, nomeado novo Comandante Militar da zona de Ociua e o sargento Martins. Após uma conversa entre os oficiais, chegou-se à conclusão de que toda aquela região se encontrava pacificada e a rebelião terminada. Os principais motivos concluídos pelos oficiais para a rebelião ter terminado foram: os régulos haviam perdido todo o seu prestígio e influencia sobre os nativos após fugirem como cobardes dos Portugueses; os rebeldes não possuíam armamento em condições e a maioria do pouco armamento que possuíam tinha sido apreendido pela companhia; todos os postos militares daquela zona ficaram restabelecidos e todos os indígenas se recordariam durante muito tempo das razias feitas pelos cipaio e de que eles próprios tinham admitido estar fartos de guerra. (Capelo, 1919, p. 18)

Como tal, ficou acordado de que o Alferes Rufino permaneceria em Gilé com alguns cipaio de Moebase e que assim que chegasse o pelotão de indígenas da 36ª companhia, a companhia de Marinha e o Tenente Jordão Rodrigues seguiriam com os cipaio para sul. (Capelo, 1919, p. 18)

### **6.11 De regresso à base**

No regresso para Regone, importa apenas salientar um incidente com um elefante, que se dirigia a um riacho perto de um ponto onde a força pernoitava. O animal fez acordar várias praças, carregadores e presos sobressaltados e no meio da confusão foram disparados vários tiros, o que levou à evasão de alguns presos e à morte de um preso e um carregador. A força chegou a Regone no dia 22 de Novembro às 07h30min e por motivos de urgência médica, decidiu o Dr. Duarte, que o Guarda-marinha Roma, 1 sargento e 23 praças seguissem logo para Moebase por forma a embarcarem o mais rápido possível no *Capitania* que chegava a Moebase no dia 25. E ainda bem que estes homens partiram logo, pois de dia 26 a 2 de Dezembro fizeram-se sentir violentas chuvas em Regone, o que fazia piorar o estado de saúde destes homens. (Capelo, 1919, p. 19)

Alguns cipaio que vieram de Gilé relataram que a região voltava à normalidade verificando-se bastantes indígenas a regressarem às povoações. Todos os régulos pertencentes ao Comando Militar de Moebase foram-se apresentar a Regone e os régulos Conco e Mussorima tinham sido presos em Gilé. (Capelo, 1919, p. 20)

No dia 3 o Tenente Capelo recebeu um telegrama do comandante de batalhão a informá-lo de que a companhia só podia regressar a Quelimane depois de estar resolvida a epidemia de gripe que por lá se fazia sentir, contudo se achasse pertinente podia retirar para Moebase. Após conversa com o Tenente Jordão Rodrigues e após concluir que existia água potável em Moebase e que tinha os carregadores necessários para levar o todo o material para lá, o Tenente Capelo assim o fez e partiram no dia 9 para Moebase. Chegando no dia 10 de Dezembro e prevendo já que fossem ficar naquela zona algum tempo, o Tenente Capelo deu ordem aos seus homens para melhorarem tanto os seus alojamentos como as zonas das retretes. No dia 14 suspeitou-se existir um doente com gripe entre os militares mas rapidamente se concluiu que não era nada de grave. Para piorar a situação, no dia 15 avariou a linha telegráfica entre Quelimane e Moebase. Ficando o Tenente Capelo sem comunicações com o comandante de batalhão. (Capelo, 1919, p. 20)

No dia 19 chegou o *Capitania* a Moebase e o comandante do navio informou o Tenente Capelo de que o Comandante Bicker, por não conseguir comunicar com Moebase que o tinha incumbido de passar as indicações ao Tenente Capelo para embarcar no *Capitania* e se dirigirem para Quelimane. A força embarcou no dia 21 às 17 horas e chegaram a Quelimane no dia 22 às 11 horas. (Capelo, 1919, p. 20)

## **6.12 Os cipaiois**

Sobre esta campanha, parece-me bastante pertinente fazer uma breve menção e salientar o importantíssimo trabalho realizado pelos cipaiois, julgo que seria injusto não o fazer. Eram eles quem possuía o conhecimento do terreno e muitas vezes guiavam os marinheiros. Eram eles que muitas vezes, enquanto os marinheiros descansavam, se lançavam em reconhecimentos ou em razias nas povoações vizinhas dos seus acampamentos, acabando por muitas vezes ter menos tempo de descanso e estando mais vezes expostos ao perigo. É de fácil verificação que o trabalho dos Portugueses teria sido bem mais difícil sem a cooperação desta tropa.



## Conclusão

Portugal entrou na Grande Guerra em parte graças à sua aliança com a Inglaterra, mas principalmente porque necessitava de defender as suas colónias e garantir que numa discussão pós-guerra teria argumentos para não ser deixado de parte numa potencial divisão dos territórios em África. Portugal não podia manter-se neutro e esperar que a Inglaterra zelasse pelos interesses Portugueses.

A tentativa de travessia do Rovuma, que ficou conhecido como um dos episódios mais tristes para Portugal na Grande Guerra, foi o resultado de um conjunto de fatores negativos que se foram reunindo e contribuíram para o desastre desta operação.

Começando pelas fracas condições de habitabilidade sentidas a bordo do *Adamastor*, em que se faziam sentir temperaturas demasiado elevadas nos paióis de munições, este foi um dos motivos, além do mau estado de algumas armas, que levaram ao fraco ou nenhum apoio de artilharia durante a travessia.

Também o mau ambiente que por vezes se fez sentir entre o comando do *Adamastor* e o comando das forças terrestres do Exército levou a que toda a operação não fosse planeada da melhor forma. Um planeamento para uma operação desta complexidade deveria ter sido feito em harmonia entre os dois comandos, consultando-se mutuamente por forma a cobrir todos os detalhes e pormenores da operação, em vez disso sentiu-se que cada um queria planear a sua área sem qualquer interferência do outro. É de fácil verificação que não existia uma verdadeira coesão entre esses comandos.

A má interpretação e as más decisões, relativamente às informações que se recebiam sobre o inimigo, fizeram com que os soldados e marinheiros Portugueses se fossem meter “na toca do lobo”. Numa operação devemos sempre planear para o cenário mais provável, mas tendo em consideração e preparado para agir em caso de se verificar o cenário mais perigoso. As forças nunca se poderiam ter deslocado para a fábrica de ânimo leve e com excesso de confiança julgando que a mesma estaria vazia.

Por fim, o próprio estado da força pode até ser considerado tão importante como o planeamento. Os soldados encontravam-se muito debilitados fisicamente, tendo passado recentemente por situações de fome extrema, encontravam-se magros e desgastados também devido ao último deslocamento até Namáca. Os marinheiros encontravam-se também desgastados face a todas as tarefas de preparação da travessia e

a todos os trabalhos que tinham realizado, alguns inclusivamente para auxiliar soldados que se encontravam demasiado fracos para trabalhar. Estes fatores originaram uma força cansada, fraca, carregada excessivamente e que à partida se sabia não ter treino suficiente para guerra de guerrilha.

Todas estas circunstâncias levaram à concretização de uma tragédia em vez de um sucesso militar.

O batalhão de Marinha expedicionário a Moçambique, inicialmente criado como escape para elementos problemáticos de várias unidades e onde foram inseridos os marinheiros anteriormente enviados para Moçambique, realizou a sua comissão sem travar nenhum combate com os Alemães. No entanto não deixou de ter uma comissão bastante atarefada e a falta de combate com os Alemães não impediu que o batalhão sofresse inúmeras baixas, devido aos efeitos devastadores do clima. Muitos dos militares não possuíam a robustez física necessária para uma campanha daquele tipo.

Os militares do batalhão estavam muito mal preparados face à comissão que enfrentaram, tanto em aspetos táticos e técnicos, como também ao nível das condições sanitárias. O próprio treino dos militares foi conduzido já no terreno e durante o decorrer das operações.

Um aspeto bastante negativo e que importa salientar é que já várias expedições tinham sido enviadas para África desde o início da guerra, inclusivamente para Angola e apesar das experiências vividas e das dificuldades sofridas, não houve medidas significativas que alterassem a forma como eram prevenidos o impaludismo ou as gripes epidémicas e a forma como estas doenças eram tratadas. O facto do grande número de baixas do batalhão se ter devido a doenças é uma prova disso. O próprio fardamento dos militares não era adequado ao clima e ao meio ambiente em que estavam inseridos.

Deste batalhão resta apenas salientar o enorme auxílio que prestaram à população de Quelimane, quando por lá se fizeram sentir os efeitos da gripe epidémica. A 2ª companhia teve especial destaque na campanha de pacificação em Regone e Gilé, pois a sua presença nesses territórios juntamente com as ações de intimidação efetuadas pelos cipaios, foram os fatores que preponderantes para a desistência dos rebeldes que tinham sido instigado pelos Ingleses e Alemães a não acatarem a soberania Portuguesa.

Até hoje, não havia sido elaborada nenhuma obra que contivesse estas atuações da Marinha Portuguesa em Moçambique durante a Grande Guerra tão detalhadas, portanto, considero ter atingido os objetivos que tracei no início desta dissertação, apresentando uma obra detalhada, objetiva e fidedigna sobre esta temática.



## Bibliografia

- ABECASSIS, Fernando *et al.* (2014), *A Grande Guerra em Moçambique*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- AFONSO, Aniceto (2008), *Grande Guerra : Angola, Moçambique e Flandres 1914-1918*, 1ª ed., Matosinhos, Quidnovi.
- ÁLVARES, Mário, & TELO, António José (s.d.), *Armamento do Exército Português, Armamento Ligeiro*, Vol. 1, Lisboa, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lda.
- ARRIFES, Marco Fortunato (2004), *A primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- BOTELHO, José Justino Teixeira (1936), *História militar e política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias*, 2ª ed., Lisboa, Centro tip. Colonial.
- BRANDÃO, José (1983), *SIDÓNIO "ELE TORNARÁ FEITO QUALQUER OUTRO", Contribuição para a História do Presidencialismo*, Lisboa, perspectivas & realidades.
- COSTA, Gomes da (1925), *A GUERRA NAS COLONIAS 1914-1918*. Lisboa, Portugal-Brasil.
- ECO, Umberto (1988), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, 4ª ed., Lisboa, Presença.
- ENES, António (1946), *O "Ultimatum" visto por António Enes com um estudo biográfico por F. A. Oliveira Martins*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- (1971), *Moçambique - Relatório apresentado ao Governo*, 4ª ed., Lisboa, Agência geral do ultramar.
- FREIRE, João (2013), *Do controlo do mar ao controlo da terra, A Marinha, entre o combate ao tráfico negreiro e a imposição de soberania no norte de Moçambique 1840-1930*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha.
- INSO, Jaime Correia do (2006), *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha.
- LIMA, Américo Pires de (1933), *Na costa de África (memórias de um médico expedicionário a Moçambique)*, Gaia, Edições Pátria.
- MARQUES, Ricardo (2012), *Os Fantasmas do Rovuma*, 1ª ed., Alfragide, Oficina do Livro.
- MARTINS, Ferreira (1952), *MARINHEIROS EM TERRA, RECORDAÇÕES DO PASSADO ESTIMULANTES DO FUTURO*, Agência geral do Ultramar.

- (1956), *O corpo de marinheiros da Armada no seu primeiro centenário 1851-1951*, Lisboa, [s.n.].
- PIRES, António J. (1924), *A Grande Guerra em Moçambique*, Porto, Edição do autor.
- SARAIVA, José Hermano et al. (1983), *História de Portugal, 1640 - Actualidade*, Lisboa, Publicações Alfa.
- SERPA, António Cardoso de (1918), *Relatório da Coluna de Manica, Campanha do Barué de 1917*, Macequece.
- SERRÃO, Joel (1963), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, 1ªed., Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990), *O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Publicações Alfa.
- (2004), *NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL*, vol. 4, 4841ª ed., Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Autores.
- TELO, António José (1999), *HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA, HOMENS, DOCTRINAS E ORGANIZAÇÃO 1824-1974 (TOMO I)*, Lisboa, Academia de Marinha.
- (2004), *Moçambique – 1895, A Campanha de Todos os Heróis*, Lisboa, Tribuna da História.

### **Artigos de Periódicos**

- CANN, John P. (Maio de 2002), “Moçambique, África Oriental Alemã e a Grande Guerra”, *Revista Militar*, vol. 5, pp. 361- 392.
- COSTA, Adelino Rodrigues da (2014), “Moçambique (1914-1918): O improvisado, a doença e os Alemães”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXLIV, ano 144, Lisboa, pp. 491 a 519.
- PACHECO, Bessa (2014), “A Marinha na I Guerra Mundial”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXLIV, ano 144, Lisboa, pp. 449 a 489.
- PEREIRA, José António Rodrigues (Maio de 2014), “A Marinha na Grande Guerra. O Teatro de Operações de África”, *Revista Militar*, vol. 5, pp. 459- 471.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (2006), “Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do Exército Português em Moçambique no século XVIII”, *História: Questões & Debates*, nº 45, Curitiba, pp. 57- 95.
- SILVA, F. David e (2014), “A Marinha e a “Paz Armada”- Planos Navais 1897-1916”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXLIV, ano 144, Lisboa, pp. 395 a 447.

VENÂNCIO, Andreia Roque (Novembro de 2014) “A nova corrida a África”, *Revista de Ciências Militares*, vol.2, pp. 363- 373.

## Websites

Arquivo Histórico Militar, “ Arquivo Particular Serpa Pinto”, 2001, [http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia\\_de\\_Fundos/Documents/FP-18%20-%20Serpa%20Pinto%20\\_1877-1946.pdf](http://www.exercito.pt/sites/AHM/Guia_de_Fundos/Documents/FP-18%20-%20Serpa%20Pinto%20_1877-1946.pdf), acessido em Junho de 2015.

BARROSO, Luís Fernando Machado, “A Diplomacia 1890-1910: A Chave para a Manutenção do Império Africano”, 2008, [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=288](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=288), acessido em Maio de 2015.

CLARE, John D., “Austria-hungary and Serbia”, [s.d.], [http://www.johndclare.net/causes\\_WWI4\\_AustriaandSerbia.htm](http://www.johndclare.net/causes_WWI4_AustriaandSerbia.htm), acessido em Junho de 2015.

COSTA, Adelino Rodrigues da, “A Marinha na Primeira Guerra Mundial”, [s.d.], <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20Marinha%20na%20Primeira%20Guerra%20Mundial.pdf>, acessido em Maio de 2015.

Encyclopedia Britannica, “Boer”, 2014, <http://www.britannica.com/topic/Boer-people>, acessido em Junho de 2015.

Fundação Mário Soares, “Ditadura de João Franco”, [s.d.], <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00437>, acessido em Junho de 2015.

History, “World War I History”, [s.d.], [http://www.history.com/topics/world-war-i/world-war-i-history#section\\_1](http://www.history.com/topics/world-war-i/world-war-i-history#section_1), acessido em Maio de 2015.

Mapping History, “Africa after the Berlin Conference”, [s.d.], <http://mappinghistory.uoregon.edu/english/AF/AF01-02.html>, acessido em Maio de 2015.

Museu da Presidência da República, “Presidentes - Primeira República - Sidónio Pais”, [s.d.], [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_bio.php?id=28](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=28), acessido em Maio de 2015.

PINTO, José Luís Leiria, “A Marinha Portuguesa na Grande Guerra”, [s.d.], <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20Marinha%20Portuguesa%20na%20Grande%20Guerra.pdf>, acessido em Maio de 2015.

PINTO, José Luís Leiria, “Cruzador “Adamastor””, [s.d.], <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Cruzador%20Adamastor.pdf>, acessido em Maio de 2015.

ROSEMBERG, Matt, “Berlin Conference of 1884-1885 to Divide Africa”, [s.d.], <http://geography.about.com/cs/politicalgeog/a/berlinconferenc.htm>, acedido em Maio de 2015.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro”, [s.d.], <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20mem%C3%B3ria%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>, acedido em Maio de 2015.

TELO, António José, “Cronologia - 1914. Portugal e a Grande Guerra”, [s.d.], <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>, acedido em Maio de 2015.

## **Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha**

### **Moçambique**

Pasta Moçambique, 1912-1949, Nº 1516.

### **Cruzador Adamastor**

Caixas 594-595-596-597-598-599-600-600A do ano de 1896 a 1933.

FONSECA, Quirino da (1916), *Operações de Guerra no Rovuma 2ª Parte – documento 7, Relatório sobre as operações de guerra no Rio Rovuma efectuadas pela esquadilha de embarcações do cruzador “Adamastor” de 21 a 28 de Maio sob o comando do Capitão-tenente Quirino da Fonseca, oficial imediato do mesmo cruzador*, Lourenço Marques, 1916, Caixa 596- pasta 1916.

PRETO, Manso (1917), *Relatorio do Chefe dos Serviços de Saúde referido ao ano de 1916*, Tungue, 1917, Caixa 596- pasta 1916.

RIBEIRO, Freitas (1916), *Operações de Guerra no Rovuma 1ª Parte - documentos de 1 a 6, Relatório do comandante do cruzador “Adamastor” de 14 de Maio a 4 de Agosto de 1916 compreendendo as operações de guerra no Rovuma*, Lourenço Marques, 1916, Caixa 596- pasta 1916.

Nº de ordem 133, *Registo de Ordens ao navio*, Ano 1916/1918, cota 6-IX-8-2.

Nº de ordem 134, *Registo de Ordens ao navio*, Ano 1918/1919, cota 6-IX-8-2.

Nº de ordem 134, *Relação Oficiais, Sargentos e Praças, prestaram serviço a bordo “Adamastor” durante Operações Guerra no Rio Rovuma*, Ano 1916, cota 6-IX-8-2.

Nº de ordem 134, *Características, história, Comandantes e lotações*, Ano 1890/1933, cota 6-IX-8-2.

## **Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique**

Nº de ordem 9056, *Registo de Ordens do Batalhão*, Ano 1918, Cota 6-XVI-3-4.

Nº de ordem 9057, *Registo de Ordens do Batalhão*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-4.

Nº de ordem 9058, *Registo de Actas do Conselho Administrativo*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-4.

Nº de ordem 9060, *Alardo Geral*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-4.

Nº de ordem 9069, *Correspondência Expedida*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5.

Nº de ordem 9070, *Correspondência Recebida*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5.

Nº de ordem 9071, *Relatório das Juntas do Batalhão*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5.

CAPELO, João Augusto (1919), *Comissão da 2ª Companhia ao Comando Militar de Moebase de Setembro a Dezembro de 1918, relatórios do Comandante e do Médico*, Lisboa, com o nº de ordem 9071, *Relatório das Juntas do Batalhão*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5.

BICKER, Judice (1920), *Relatório da comissão desempenhada pelo batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique, de 1918 a 1919*, Lisboa, com o nº de ordem 9071, *Relatório das Juntas do Batalhão*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5.

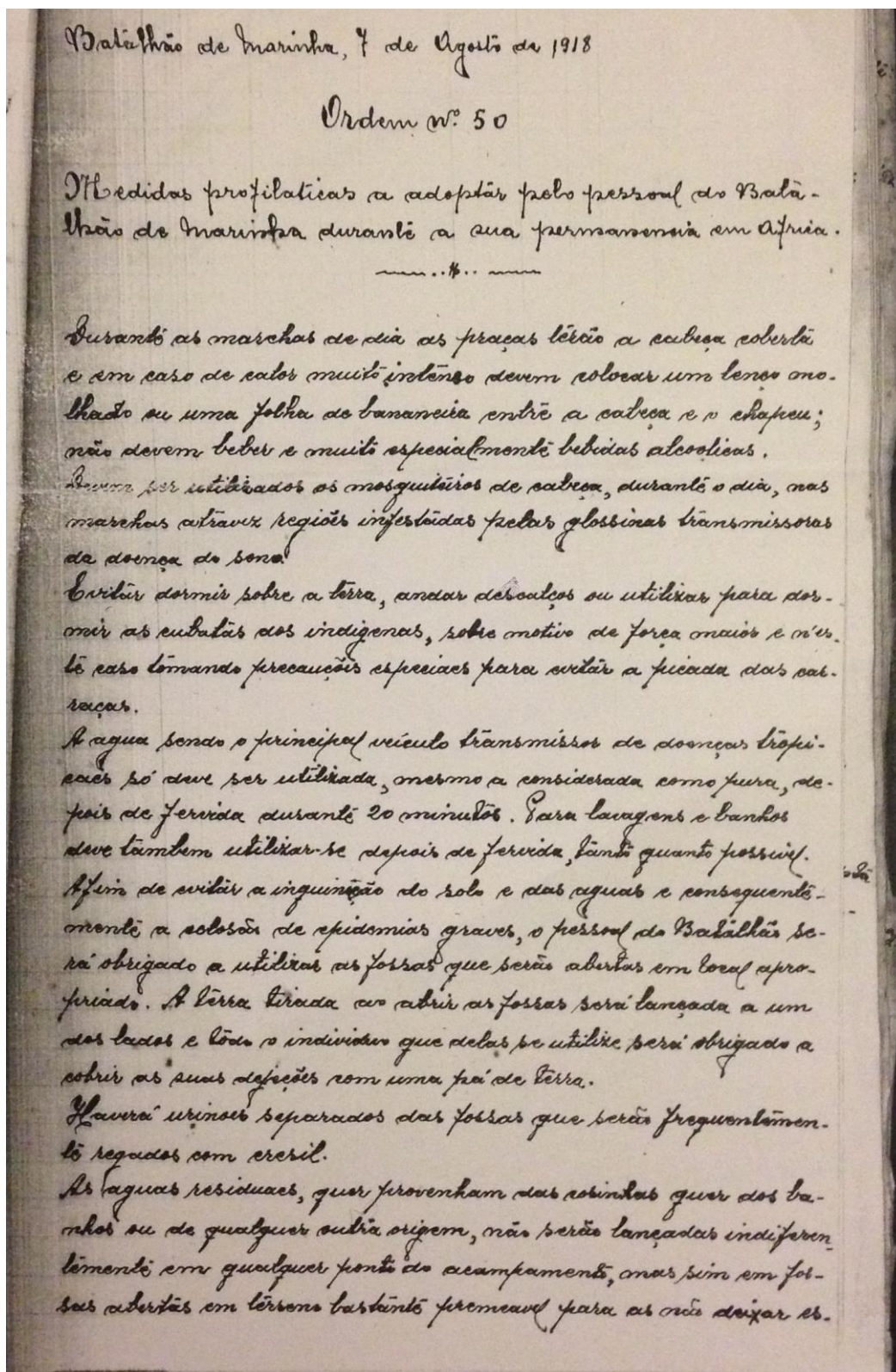
Nº de ordem 9071-A, *Mapas do Estado da Guarnição*, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-5

Pasta Expedicionário a Moçambique, 1918-1919, Nº 1353.



## Anexos

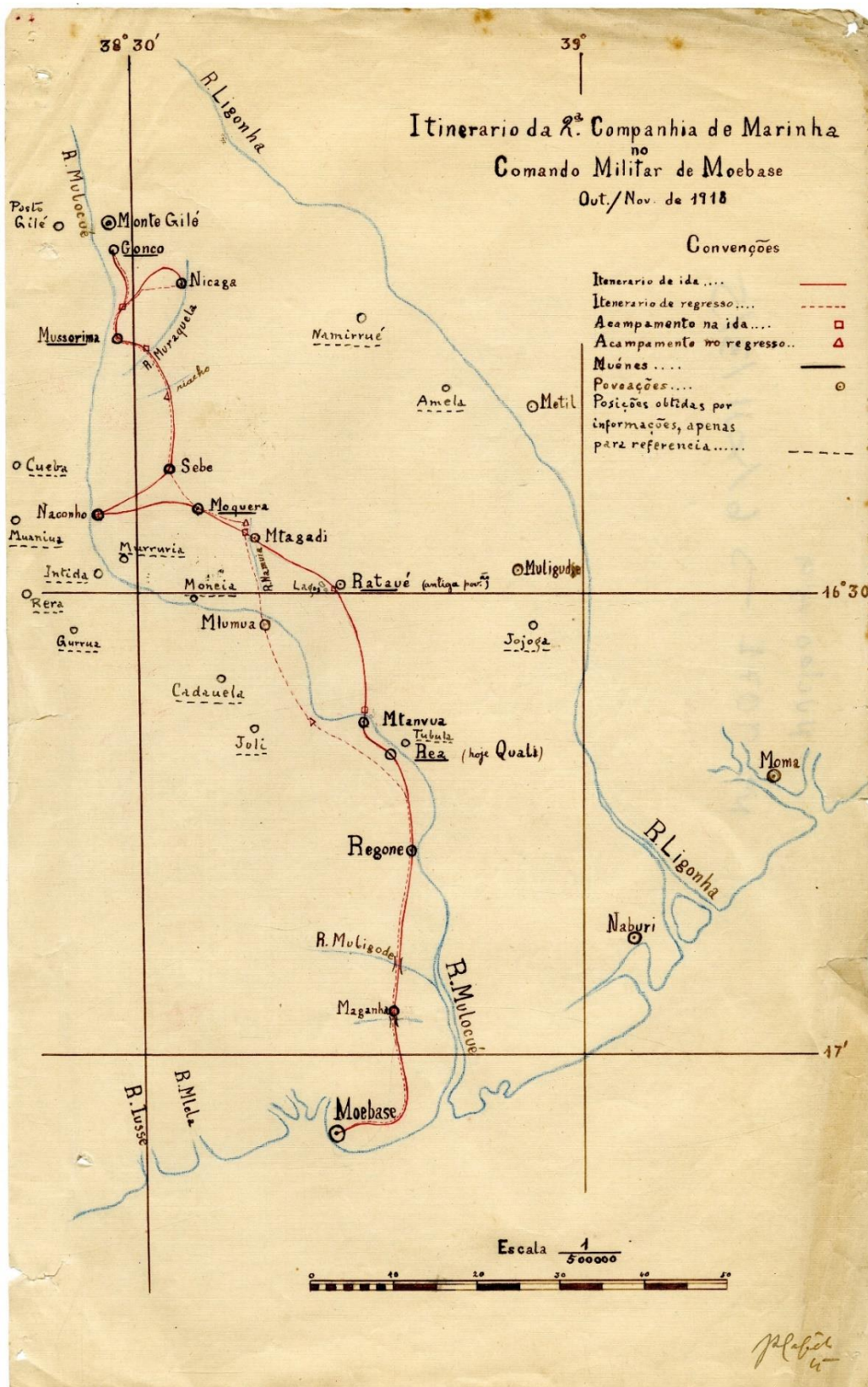
Anexo A – Fotocópia da Ordem ao batalhão nº50 (Medidas profiláticas a adotar) <sup>30</sup>



<sup>30</sup> Nº de ordem 9057, Registo de Ordens do Batalhão, Ano 1918/19, Cota 6-XVI-3-4



Anexo B – Itinerário da 2ª Companhia de Marinha no Comando Militar de Moebase (Out./Nov. de 1918)<sup>31</sup>



<sup>31</sup> (Capelo, 1919)